

Identidade e Migração em Portugal: Passado e Presente

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Larissa Monteiro Mota

**Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e
Transnacionalismo**

Julho, 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-ethnicidades e Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica da professora doutora Maria Dulce de Oliveira Pimentel Antunes e do professor doutor Miguel Bandeira Jerónimo.

Dedico esta dissertação à minha família, que me manteve sã durante a pandemia

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer pelo apoio da minha família na realização desse mestrado. Acredito que o último ano não tenha sido fácil para ninguém, levando em consideração a pandemia pela qual ainda passamos, mas sei que minha saúde mental teria sofrido muito mais caso não tivesse meus pais e minha irmã ao meu lado. Estiveram comigo para toda crise de ansiedade, para todo momento de insegurança. Eu não seria capaz de expressar quanto os amo.

Agradeço também aos meus amigos, Bárbara, Isis, Gabriel, Mari, Márcia e Renata, que tanto ouviram sobre minhas dificuldades e minhas ideias mirabolantes. Espero um dia ser tão capaz quanto eles parecem acreditar que sou.

Agradeço ao professor Miguel Bandeira Jerónimo pela sua ajuda e paciência. O decorrer desta dissertação não foi fácil, interrompido por problemas de saúde física e mental, mas eu nunca ouvi uma palavra rude vinda do professor. É engraçado quanto que a compreensão das nossas circunstâncias pode valer.

Por fim, agradeço à professora Dulce Pimentel e à Universidade Nova de Lisboa por tudo que pude aprender durante a oportunidade incrível que foi este mestrado.

Identidade e migração em Portugal: passado e presente

Larissa Monteiro Mota

Esta dissertação trabalha com a ideia de que a invocação de sistemas coloniais de conhecimento é realizada ainda hoje por partidos políticos, na busca de uma identidade nacional fixa na qual seu eleitorado possa se reconhecer. Os sentimentos de pertença assim promovidos lidam com uma imagem homogênea da comunidade nacional, idealizada e anterior aos avanços nos sistemas de transporte e comunicação que levariam à pós-modernidade. Diante da multiplicidade identitária que as atuais redes transnacionais permitem, partidos modificam seus discursos para atender a parcelas da população que se acreditam prejudicadas ou ameaçadas pela presença imigrante. Com isto em mente, a dissertação se divide em cinco partes: o primeiro capítulo discute o processo de formação identitária e sua associação com o estado-nação; ele é seguido por um breve exame da migração no mundo atual e como se desenvolve em Portugal especificamente; o terceiro capítulo apresenta um estudo do cenário político interligado ao tema das migrações, no qual discutimos a emergência de partidos neonacionalistas e a politização das imigrações; o quarto capítulo trata de sistemas coloniais de conhecimento, numa descrição dos conceitos historicamente criados para justificar a exploração imperial; e, por fim, temos a análise do programa eleitoral de seis partidos portugueses – o Chega, o Bloco de Esquerda, a Iniciativa Liberal, o Partido Comunista Português, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata – durante as eleições legislativas de 2019, de modo a verificar possíveis utilizações dessas ideologias e imaginários imperiais. É realizada uma análise quantitativa de termos associados a essas ideologias, cujo resultado serve como base para a análise qualitativa dos programas. O objetivo é determinar se esse legado imperial ainda aparece no cenário político de Portugal e como os partidos equilibram a imagem de um país historicamente tolerante com a perpetuação de ideologias desenvolvidas para sustentar o sistema de exploração colonial. Questionamos, ademais, se a entrada de partidos de direita na Assembleia da República em 2019 pode ser enquadrada no contexto mais abrangente da emergência de direitas neonacionalistas na Europa como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, identidade nacional, discurso político, identidades políticas

Identity and migration in Portugal: past and present

Larissa Monteiro Mota

This dissertation works with the idea that the invocation of colonial systems of knowledge is still carried out today by political parties, in the search for a fixed national identity in which their electorate can recognize themselves. The feelings of belonging thus promoted deal with a homogeneous image of the national community, idealized and preceding the advances in transport and communication systems that would lead to post-modernity. Faced with the multiplicity of identities that current transnational networks allow, parties modify their discourse to serve segments of the population that believe themselves to be harmed or threatened by the immigrant presence. With this in mind, the dissertation is divided into five parts: the first chapter discusses the process of identity formation and its association with the nation-state; it is followed by a brief examination of migration in today's world and how it develops in Portugal specifically; the third chapter presents a study of the political scenario linked to the theme of migrations, in which we discuss the emergence of neo-nationalist parties and the politicization of immigration; the fourth chapter deals with colonial systems of knowledge, in a description of the concepts historically created to justify imperial exploitation; and, finally, we have the analysis of the electoral program of six Portuguese parties – Chega, Bloco de Esquerda, Iniciativa Liberal, Partido Comunista Português, Partido Socialista and Partido Social Democrata – from the 2019 legislative elections, in order to verify possible uses of these ideologies and imperial imaginaries. A quantitative analysis of terms associated with these ideologies is carried out, the result of which serves as a basis for the qualitative analysis of the programs. The objective is to determine if this imperial legacy still appears in the Portuguese political scene and how the parties balance the image of a historically tolerant country with the perpetuation of ideologies developed to sustain the system of colonial exploitation. We also question whether the entry of right-wing parties into the parliament in 2019 can be placed in the broader context of the emergence of neo-nationalist right-wing parties in Europe as a whole.

KEYWORDS: Portugal, national identity, political discourse, political identities

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas.....	7
Introdução	8
Objetivos específicos.....	11
Método	12
Capítulo I: A questão identitária.....	13
I.1. Comunidades imaginadas e o estado-nação.....	15
I.2. O sujeito pós-moderno.....	24
I.3. A esfera doméstica: cidadania e política	31
Capítulo II: Migração na pós-modernidade	43
II.1. Migração no mundo globalizado	44
II.2. Migração em Portugal	51
Capítulo III: Populismo e nacionalismo contemporâneos.....	54
Capítulo IV: Sistemas coloniais de conhecimento e seus vestígios	61
Capítulo V: O contexto português do século XXI.....	81
V.1. Bloco de Esquerda.....	85
V.2. Chega	88
V.3. Iniciativa Liberal.....	99
V.4. Partido Comunista Português	101
V.5. Partido Socialista.....	104
V.6. Partido Social Democrata	110
V.7. Visão Geral.....	115
Conclusão.....	119
Referências Bibliográficas	124
Anexos	137

Lista de Abreviaturas

BE: Bloco de Esquerda

CEE: Comunidade Económica Europeia

CEPLP: Comunidade Económica de Países de Língua Portuguesa

CPLP: Comunidade de Países de Língua Portuguesa

FMI: Fundo Monetário Internacional

IFI: Instituições Financeiras Internacionais

IL: Iniciativa Liberal

INE: Instituto Nacional de Estatísticas

ONU: Organização das Nações Unidas

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCP: Partido Comunista Português

PS: Partido Socialista

PSD: Partido Social Democrata

SEF: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SGMAI: Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

SPN: Secretariado de Propaganda Nacional

UE: União Europeia

Introdução

Diversas são as teorias que buscam descrever a vivência e o comportamento humanos. O estudo das migrações não deixa de ser uma reflexão sobre a organização social humana e sobre como aspectos contextuais afetam trajetórias individuais e coletivas e as relações entre indivíduos. As dinâmicas de um mundo cada vez mais conectado são adicionadas ao enquadramento preexistente de estados nacionais em um balanço de poder, o que resulta em uma desconexão entre a pluralidade cultural interna aos estados e sua projeção de uma comunidade interna homogênea (Smith 1991). Preocupações internas como a identidade nacional ganham destaque devido ao fortalecimento de redes transnacionais e ao descentramento do sujeito, como sugerido por Hall (2006). A transição para sociedades pós-modernas e pós-industriais na década de 1990 traz também perspectivas de teor construtivista que colocam o sujeito no centro da análise, como demonstrado por Hall (2006; 2010) nos Estudos Culturais e por Wendt (1992) na Teoria das Relações Internacionais. O construtivismo de Wendt (1992), em particular, discute como a institucionalização de interesses e identidades permite que indivíduos sejam socializados para pertencer à determinada comunidade, e adiciona ainda a ótica do sujeito e de sua estrutura (o contexto em que se insere) como mutuamente constitutivos.

As teorias aqui abordadas – a pós-colonial, a construtivista, entre outras – nos permitem analisar como questões históricas podem reaparecer nas esferas política e social, perpetuando padrões de comportamento, não só no ambiente doméstico, mas também nos planos nacional e internacional. Essa perspectiva é importante porque olha para o mundo atual como resultado de um passado de exploração colonial e para a expansão cultural como um exercício de poder, cujas consequências se perpetuam no tempo. Ao mesmo tempo, nos desafia a investigar como esse modelo histórico ainda está embrenhado em estruturas políticas contemporâneas, restringindo interações individuais e coletivas, limitando possibilidades e escolhas, constituindo assim um mecanismo poderoso de reprodução social, de desigualdades várias. É preciso compreender que os sistemas semióticos aos quais o ser humano pertence possuem origens em discursos que, se apresentados de forma explícita, poderiam ser reconhecidos como ultrapassados; como os conceitos de superioridade biológica que surgiram na era moderna e que fizeram parte do repertório colonial (Bethencourt 2015).

Infelizmente, foi sobre muitos desses conceitos que as sociedades nacionais atuais foram construídas, o que ocasiona uma inevitável ressurgência de formas veladas de sistemas semióticos passados. O racismo apareceu como uma forma de controle social, sendo reproduzido no interior da administração colonial e das instituições nacionais (Anderson 2006; Arendt 1979; Bethencourt 2015). Ocorrências no final do século XX permitem que interpretações previamente marginalizadas sejam introduzidas ao cânone acadêmico, abrindo espaço para articulação com os grupos prejudicados pelos modelos de poder vigentes (Bhabha 1998). Embora essa área possua muitas vertentes a serem exploradas, como a diversificação identitária que deriva do encontro de sistemas semióticos, nosso enfoque fica na questão migratória, tendo o objetivo de interligar questões de estudos culturais, estudos migratórios e teoria pós-colonial. Defendemos que os processos de produção e difusão de significados no interior de comunidades imaginadas – nacionais, em sua maioria – estão associados a relações de poder que remetem ao período colonial.

A análise desse legado é um instrumento valioso na investigação de estruturas sociais e políticas atuais, em particular aquelas associadas à temática migratória. Construído sobre a concepção moderna de estados-nacionais, no qual a comunidade interna era vista como mais estável, o cenário que surge desde o fim do século XX engloba identidades múltiplas, dinâmicas, concebidas em meio a um processo de globalização que não deixa de replicar assimetrias do passado (Hall 2006). A compressão espaço-tempo que se intensifica com a entrada no século XXI leva ao aumento do fluxo de informações e pessoas e a mudanças em diversos panoramas humanos. Appadurai (1996) aponta, nesse sentido, o dinamismo que se faz presente em termos de imaginários coletivos, influenciados pela diversidade de pessoas (*ethnoscape*), pelo desenvolvimento tecnológico (*technoscape*), pela progressão do capital global (*financescape*), pelo alcance da esfera midiática (*mediascape*) e pela constituição e compartilhamento ideológicos (*ideoscape*). O autor sugere que os fluxos globais ocorrem por entre as desconjunturas desses diferentes panoramas, o que resulta na discordância de ideias entre nação e estado. No que diz respeito à mobilidade humana, verifica-se que as alterações culturais e políticas hoje presentes tem menos a ver com o volume migratório e mais a ver com os padrões dessa mobilidade e como derivam de políticas ou sistemas históricos (McKeown 2004; Czaika and Haas 2014). Diante de tais desarmonias, não podemos ignorar a emergência de movimentos reativos de conservação identitária (Norris e Inglehart 2019).

Esta é a aparente contradição do mundo pós-moderno: sociedades cosmopolitas e diversas, onde também cresce a intolerância contra o “outro”.

É nesse quadro que se insere a politização das questões identitária e imigratória. Buonfino (2004) discute as formas tomadas pelo discurso político quanto à imigração, encaixando-as em duas vertentes – a securitização e a economização – dentro das quais é moldado o outro, estrangeiro. Esses discursos não deixam de refletir relações de poder internas ao espaço nacional, aparecendo não só como possível efeito do processo de globalização, mas como uma ramificação da interação entre as preocupações do público eleitor, a retórica política e a cobertura midiática (Buonfino 2004). Essa relação entre atores políticos, mídia e público aparece também em Bourbeau (2011), embora o autor defenda que a politização de um tema possa ser realizada tanto de maneira positiva quanto negativa, encarando a securitização como um fenômeno separado. Tendo tais perspectivas em mente, defendemos que a politização da identidade e da imigração seria uma das novas estratégias tomadas por partidos políticos para responder ao declínio da centralidade estado-nacional, tanto no cenário internacional quanto no ambiente doméstico.

A criação de alteridade como estratégia política não é muito diferente daquela observada em períodos coloniais, na qual ideologias eram desenvolvidas para justificar a exploração dos povos dominados. O caso português se torna de particular interesse por ser um estado que não só esteve envolvido com o pioneirismo colonial, mas que construiu sua identidade nacional como profundamente entrelaçada com seu estatuto imperial e sua expansão marítima (Bethencourt e Chaudhuri 1999; Buettner 2016b). Diante da proximidade do fim desse regime, seria improvável acreditar que as estruturas de conhecimento então construídas tenham sido completamente apagadas das instituições políticas atuais. Concebida como uma nação “multirracial e pluricontinental” (Buettner 2016a) durante o período do Estado Novo, a comunidade portuguesa entra no século XXI como um polo de atração para a imigração (Baganha, Marques, e Góis 2009).

Sugerimos que os desafios que essa mudança impõe ao estado português podem ser observados pelas alterações na composição da Assembleia da República. As eleições legislativas de 2019 chegaram a ser colocadas pela mídia como o fim da exceção portuguesa, com a entrada da extrema-direita no parlamento (Matos 2019), porque até então o país se vira como possuinte de um passado de tolerância que impedira a emergência de grandes preconceitos no cenário político. A vitória de novos partidos e a reconfiguração da estrutura partidária preexistente indicam que o interesse dos eleitores

foi atraído pela mudança de discursos e ideologia. Tendo em mente esta suposição, torna-se necessário analisar as divergências e semelhanças presentes nos programas dos partidos eleitos nas eleições de 2019. Ao mesmo tempo, buscamos traçar conexões entre esses discursos e as ideologias desenvolvidas até o século XX, de modo a relacionar as estratégias políticas atuais – de limitação ou expansão da comunidade política – com aquelas do período colonial.

Objetivos específicos

A atenção dispensada ao passado discursivo português origina na crença de que posicionamentos políticos atuais estão associados a uma trajetória histórica de produção de conhecimento e de formulação de sistemas de significação internos à sociedade portuguesa. Língua, cultura e poder se mesclam no interior de espaços de socialização, em particular o sistema educacional. A maneira como os indivíduos interpretam os signos e códigos hoje existentes deriva do sistema semiótico no qual se inserem e das estruturas de poder que ali são replicadas (Hall 2010). Chamamos de sistemas coloniais de conhecimento o repertório ideológico e acadêmico desenvolvido durante o período colonial, que carrega ainda as justificativas morais para tal sistema de exploração.

A partir do pressuposto que os sistemas coloniais de conhecimento ainda afetam o cenário político português – um fato que se revela pelo resgate de argumentos da retórica colonial –, surge a pergunta de quais são os argumentos escolhidos e qual a intenção que pode ser inferida por seu uso. Sugerimos que essas diferentes abordagens se relacionam com as estratégias tomadas pelos partidos para atingir e influenciar determinadas comunidades políticas, criadas ou pela multiplicidade identitária do mundo globalizado ou pela hostilidade reativa que Waldinger (2017) descreve ser incitada.

A projeção de alteridade aqui observada tem características em comum com discursos coloniais no que toca a formação de identidades aparentemente estáticas. De modo a compreender melhor a relação entre tendências atuais e passadas, devemos primeiramente discutir o papel da construção identitária na legitimação do estado-nação e como a temática da migração se insere nesse contexto. Realizamos ainda um breve exame dos modelos políticos que colocam em pauta a questão migratória, de modo a comentar sobre seu alinhamento com o cenário português. É feita uma revisão do sistema de conhecimento desenvolvido pelo império português, salientando seu papel como ferramenta de construção nacional. O objetivo é determinar se resquícios desse sistema se fazem presentes no cenário político português e com que propósito. Nos utilizamos da

abordagem pós-colonial para analisar como – e se – os programas eleitorais resgatam elementos de sistemas coloniais de conhecimento.

Simultaneamente, é realizada uma ponderação mais abrangente sobre os movimentos políticos que aparecem no mundo globalizado, em particular a onda anti-imigração que fez parte do programa de Marine Le Pen e Trump, entre outras figuras emblemáticas. Questionamos como a entrada de partidos de direita na Assembleia da República em 2019 acompanha ou não tais tendências, visando estabelecer semelhanças ou oposições entre o que a literatura chama de partidos neonacionalistas ou populistas autoritários e a realidade política portuguesa.

Método

O trabalho tem como base a análise de conteúdo dos programas eleitorais de seis partidos portugueses: os quatro partidos com maior ocupação do parlamento, que seriam o Partido Socialista (PS), o Partido Social Democrata (PSD), o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP); e os dois partidos de direita que chegaram ao parlamento em 2019, o Chega e a Iniciativa Liberal (IL). É realizada uma busca por palavras-chave associadas a ideologias coloniais. Em seguida, é apontado o contexto de uso dessas palavras-chave, de modo a esclarecer o tom no qual os termos são utilizados e se condizem com as ideologias previamente discutidas, ou se as opõem.

Foi escolhido o uso de métodos mistos, de modo que os dados qualitativos obtidos na análise dos programas eleitorais fossem convertidos em dados quantitativos através da enumeração de termos específicos, visando criar uma base de comparação entre os partidos analisados. A identificação da recorrência de temas associados a ideologias imperialistas busca estabelecer uma visão das ênfases adotadas por cada partido, que é mais profundamente explorada na análise qualitativa do conteúdo.

Capítulo I: A questão identitária

No decorrer desta tese iremos observar inevitáveis associações entre identidade, Estado-Nação e as ideologias coloniais portuguesas. Este capítulo explora o motivo por trás do resgate dessas ideologias no cenário político atual, colocando a questão identitária como uma ferramenta política para legitimação dos diferentes partidos e para a angariação de votos. Primeiramente, entretanto, devemos compreender as teorias que interligam nação e indivíduo. Com este objetivo, nos voltamos para Hall (2006) e seus postulados quanto ao sujeito pós-moderno, de forma a analisar a identidade em seu menor nível – o individual, doravante denominado sujeito – e como este é mutuamente constitutivo com identidades coletivas.

Hall (2006) estabelece três concepções históricas de sujeito: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico (moderno) e o sujeito pós-moderno. Essas distinções são interessantes por permitirem que enfatizemos a ocorrência do que o autor chama de “descentramento do sujeito”, na qual alterações contextuais entre o período moderno e pós-moderno levaram a uma constituição menos estável do que é compreendido como identidade individual. Embora essa mudança não seja necessariamente relevante para a formação de identidades culturais, ela nos ajuda a compreender o seu papel no mundo atual.

Enquanto o sujeito do iluminismo defende a existência de uma essência inata ao ser humano e independente de seu contexto, o sujeito sociológico pertence a um momento de desenvolvimentos na teoria social e nas ciências humanas dos séculos XIX e XX que introduziam a interação com a sociedade como parte desta equação (Hall 2006). Sob tal perspectiva, o sujeito moderno não estava imune ao ambiente em que se inseria, mas também não perdia completamente a identidade intrínseca postulada pelo iluminismo. Esse entendimento garantia ao sujeito um grau de estabilidade e interiorização que veremos ser resgatado no discurso da identidade nacional, mesmo após o surgimento do que Hall (2006) chama de sujeito pós-moderno.

Para compreender o suposto funcionamento do sujeito sociológico, entretanto, devemos primeiro olhar para os avanços intelectuais da época. Trago atenção para três dos “descentramentos” levantados por Hall (2006): a descoberta do inconsciente por Freud; Saussure e a virada linguística; e o poder disciplinar de Foucault. O autor se utiliza da interpretação de Lacan para falar de como, pela perspectiva do subconsciente freudiano, não existiria um produto finalizado do ser, mas um processo contínuo de

identificação com os sistemas semióticos apresentados ao sujeito. Seria o contato com esses sistemas que permitiria ao indivíduo colocar-se como parte do “nós” ou do “outro”, numa dinâmica que não é imutável.

Similarmente, Saussure apresenta a língua como um sistema social pré-existente ao indivíduo e dentro do qual as palavras também estão em processo contínuo de ressignificação (Hall 2006). Deetz (2003) descreve essa virada linguística como o reconhecimento de que a experiência humana é um construto social criado dentro da estrutura da língua; o sujeito desenvolve sua identidade a partir dessa perspectiva, uma lente inicial pela qual enxerga a sociedade. Para além disso, a compreensão desses sistemas de constituição mútua abrange a existência de relações de poder inerentes à língua, que são naturalizadas nos discursos e internalizadas pelos indivíduos (Deetz 2003).

O poder disciplinar é apresentado por Foucault (1999) como o mecanismo pelo qual essas relações de poder são mantidas dentro das instituições, onde elementos normalmente vistos como individuais são submetidos a constante vigilância e pressão para se adequarem aos padrões sociais. Essa visão das instituições como ferramenta dos sistemas semióticos se articula com o sujeito sociológico ao demonstrar as diferentes forças exercidas no indivíduo pelo seu ambiente. Na próxima seção, iremos discutir em mais detalhes o papel que a língua e as instituições possuem na construção identitária, não só como espaços dentro dos quais o indivíduo atua, mas também como o contexto onde conhecimento e ideologia são produzidos e difundidos.

Esta primeira abordagem do sujeito nos leva a um questionamento mais profundo do que a identidade cultural engloba. Frequentemente falamos de um “eu” ou “nós”, terminologias que implicam – como já foi mencionado ao discutirmos Freud – um reconhecimento do sujeito com um grupo coletivo. Este trabalho interpreta a identidade cultural como uma das facetas da identidade individual, uma imagem exterior tomada pelo sujeito para compor parte do seu “eu”, derivada de uma trajetória histórica que busca definir essa coletividade. Hall (1990) descreve esse processo como um “se tornar” (*becoming*) em vez de “ser” (*being*), que envolve internalização de representações externas, ao ponto que a “experiência colonial” leva o próprio sujeito marginalizado a identificar-se no “outro” projetado. Assim, colocamos a identidade cultural como o reconhecimento do sujeito na coletividade constituída pelo “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade

ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO 2002).

A ênfase que damos à cultura como contexto provém de como essa é intencionalmente propagada por mecanismos criadores de sistemas semióticos; sejam eles instituições nacionais ou discursos propagandísticos de alcance global. Ao examinar as circunstâncias da expansão do inglês como língua de uso internacional, por exemplo, Pennycook (1994) demonstra como relações de domínio militar e econômico estão ligadas a interferências nos sistemas semióticos de uma região. O autor apresenta uma trajetória histórica da divulgação da língua inglesa como promotora dos interesses britânicos ou americanos no cenário internacional, fato esse que evidencia a interconectividade presente entre essas instituições – frequentemente estatais – de influência cultural e a promoção de discursos ideológicos em prol de determinada identidade. Outra referência mais recente no estudo do imperialismo cultural britânico é a obra de Ritter (2021).

Antes de entrarmos em análises dos mecanismos de manutenção identitária presentes na sociedade do século XXI, nos redirecionamos para uma revisão histórica da constituição de identidades culturais em seu formato mais reconhecido, a identidade nacional. Utilizamos em particular a literatura que encara a nação como uma construção da modernidade, apoiada por comunidades imaginadas ao redor das quais os estados foram estabelecidos (Anderson 2006). Essa concepção de identidade nacional permite que compreendamos o sujeito como produto e agente na estrutura em que se insere, cujos interesses e ações são moldados pelas instituições e espaços de socialização envolvidos em sua construção identitária. A relação entre o individual e o coletivo é um dos enfoques desta dissertação.

I.1. Comunidades imaginadas e o estado-nação

A relevância do estado-nação no estudo da sociedade dos séculos XX e XXI não pode ser ignorada. Não só é ainda uma referência universal na compreensão do que constitui o “nós”, mas o estado é também colocado como um dos principais atores dentro da Teoria das Relações Internacionais (Nogueira e Messari 2005), sendo abordado por múltiplas vertentes, mesmo diante do “descentramento” descrito por Hall (2006). No

campo identitário, Anderson (2006, 2, tradução nossa) expressa uma noção similar ao afirmar que “desde a Segunda Guerra Mundial, toda revolução bem-sucedida se definiu em termos nacionais (...) e, ao fazê-lo, se ancorou firmemente em um espaço territorial e social herdado do passado pré-revolucionário”.

Como mencionado anteriormente, não abordamos essa concepção identitária nacional como um fenômeno intrínseco ao ser humano, como seria suposto pela ótica do sujeito iluminista, mas como um produto ideológico que demanda constante manutenção. Seguimos o que propõe Anderson (2006) sobre como ideologias políticas por si só não teriam ocasionado a emergência do nacionalismo, senão pelas estruturas sociais historicamente estabelecidas que permitiram alterar a forma como o indivíduo encarava sua realidade. Mais que isso: A estaticidade dos sistemas culturais da época – as comunidades religiosas e os reinos dinásticos (Ibidem) – foram desafiados pelo desenvolvimento de novas perspectivas pelo sujeito.

Sugerimos que a compreensão de como símbolos tomaram novos significados mediante alterações contextuais eventualmente permitiu ao estado-nação a remodelação de sistemas semióticos para atender a objetivos políticos. Antes disso, porém, foi necessário o desenvolvimento de estruturas pré-nacionais cujo produto final não possuía um resultado fixo em mente. Embora a literatura da área seja extensa, esta dissertação acaba tomando como base os escritos de Anderson (2006) e Balibar (1991) sobre a nação como uma produção humana, historicamente localizada e não linear, cujos precursores analisaremos a seguir.

Entre essas circunstâncias históricas, temos primeiramente as explorações do mundo não-europeu, a partir das quais houve uma expansão geográfica e cultural da percepção humana sobre a sua realidade (Anderson 2006), e, em segundo lugar, o estabelecimento de línguas territorializadas, fora do domínio da Igreja (Anderson 2006; Balibar 1991). A criação da imprensa e a produção de livros em línguas não-sacras no século XVII – no que Anderson (2006) chama de capitalismo de imprensa – tiveram efeitos negativos sobre a estabilidade das comunidades religiosas. Nosso foco fica restrito à ligação entre as formações nacionais e esse processo de secularização, mas a literatura da área é extensa, abordando como a dessacralização da era moderna também viu surgir movimentos de contra-secularização (Berger 1999) e como a experiência europeia foi uma entre muitas (Calhoun, Juergensmeyer, e VanAntwerpen 2011). O fator linguístico desse processo é de particular interesse, não só porque aparece como um elemento de

identificação dentro de uma comunidade, mas também porque se torna veículo para os demais discursos ideológicos.

Sobre a relevância da língua na construção identitária, Charaudeau (2015) determina três domínios de atuação: o domínio da socialização, por ser o meio pelo qual os indivíduos interagem; o domínio do pensamento, que se aproxima ao colocado por Hall (2006) no sentido da língua ser o sistema de significados através do qual o indivíduo pensa sua existência; e o domínio dos valores, que entra na questão dos discursos difundidos em um determinado sistema cultural. De fato, Anderson (2006) descreve como, com o declínio do latim e a produção de livros em línguas mais acessíveis à população, ocorre também uma maior fixação desses vernáculos e os indivíduos passam a reconhecerem-se como parte de comunidades que funcionam dentro daquele mesmo sistema de significados.

Antes mesmo desse movimento capitalista de busca por um mercado nos vernáculos populares, já havia um esforço por parte de alguns monarcas na definição de línguas para uso administrativo, por questões de conveniência e centralização (Anderson 2006; Balibar 1991). Anderson (2006) defende que a criação dessas “línguas de poder” foi em detrimento do latim, que já se via diminuído pela imprensa e pelo Protestantismo – que também fazia uso da língua impressa – o que teria contribuído para o declínio do Cristianismo como a comunidade religiosa à qual os indivíduos submetiam sua identificação.

Os sistemas culturais clássicos eram profundamente conectados; o enfraquecimento da Igreja foi tanto uma consequência de embates com os reinos dinásticos e com as fragmentações religiosas ali presentes (Balibar 1991), quanto um fator de influência para o declínio das monarquias. Devemos mencionar que esse enfraquecimento percebido por Balibar (1991) diz respeito ao contexto específico da formação nacional europeia e que não abrange os efeitos que as novas configurações religiosas iriam continuar a exercer no cenário internacional, sendo até hoje um dos elementos pelos quais o sujeito encara sua realidade (Berger 1999). No contexto dos séculos XVIII e XIX, entretanto, verifica-se uma mudança na Igreja como instituição. O caráter instável dos reinos dinásticos não condizia com a constância necessária para uma identidade cultural firme, porque não possuíam uma territorialidade bem definida, em expressões de soberania que variavam de acordo com casamentos dinásticos, cuja

legitimidade política dependia do direito divino que era colocado em causa pelo Protestantismo (Anderson 2006).

Uma última mudança sinalizada por Anderson (2006) foi o abandono do “tempo messiânico” e o desenvolvimento da concepção linear de tempo, a partir da qual é possível conceber história. Este último fato em particular permite aos indivíduos se compreenderem como parte de uma continuidade temporal, com um passado e futuro que podem ser pensados como comuns ao grupo. Nas palavras de Anderson (2006, 26, tradução nossa), a “ideia de um organismo sociológico que se move de acordo com o calendário através de um tempo homogêneo e vazio é um análogo preciso da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida se movendo estavelmente através da história”.

Tendo em mente as circunstâncias históricas que se estabeleceram, torna-se necessário questionar o sucesso da nação como modelo identitário e de estado. É interessante notar que o tema do sistema capitalista ressurgiu múltiplas vezes na revisão bibliográfica até aqui: Hall (2006) menciona o consumismo como força homogeneizante global; Anderson (2006) remarca a importância do capitalismo de imprensa para a fixação de uma língua comum; e Balibar (1991) expressa que as unidades nacionais em si são constituídas como forma de domínio entre centro e periferia dentro da economia-mundo. Uma obra que trabalha mais profundamente com essa relação é a de Greenfeld (2009), onde propõe o nacionalismo como fator para a emergência da esfera econômica na consciência coletiva contemporânea, apontando tal condição como resultante, mais especificamente, do modelo de nacionalismo americano. Embora não tentemos discutir os pormenores aqui envolvidos, a literatura da área demonstra que os campos econômico, político e identitário são frequentemente teorizados em conjunto.

Balibar e Wallerstein (1991) situam o estado-nação como uma organização derivada do sistema de economia-mundo, em que cada unidade é constituída a partir da competição com as demais em serviço do centro e em favor de seu domínio sobre a periferia. Embora essa interpretação possa parecer demasiado voltada para a esfera econômica, não podemos ignorar que motivações econômicas possuem efeitos culturais, como no caso do capitalismo de imprensa. A teoria que “toda nação moderna é um produto da colonização: [e que] sempre foi, até certo ponto, colonizada ou colonizadora e, às vezes, ambas ao mesmo tempo” (Balibar 1991, 89, tradução nossa) dialoga

diretamente com o sistema colonial como um sistema social dentro do qual são definidos símbolos e significados – cultura – que expressam as relações de poder ali presentes.

Perspectivas que partilham dessa mesma interconectividade são as de Smith (1991) e Breuilly (1993) quanto à ocorrência de revoluções nas esferas administrativa/política, econômica e cultural das potências da Europa ocidental dos séculos XVI e XVII, que teriam servido de exemplo para a formação de estados-nações nos séculos XIX e XX. Os autores colocam o estado – especificamente a organização dos estados absolutistas europeus – como uma das circunstâncias contextuais necessárias para a constituição da nação, pois a centralização administrativa que garantia levou à criação de infraestruturas que integraram o território e a população, fechando-os dentro de um mesmo sistema semiótico. A revolução econômica de Smith (1991) também se baseia na teoria de Wallerstein do sistema-mundo e defende que o sistema capitalista que se estabeleceu criou fluxos mundiais de trocas, ocasionando a criação de burguesias locais pela acumulação de capital proveniente da exploração da periferia, numa colocação muito similar às palavras de Balibar (1991) sobre o sistema colonial.

A terceira revolução teria acontecido na esfera cultural, tendo também um caráter educacional: o enfraquecimento da comunidade religiosa centrada no Cristianismo, que aqui já foi comentado, abriu espaço para o desenvolvimento de conhecimento fora da Igreja (Smith 1991). Gellner (2008) interpreta que a formação dos estados-nações foi acompanhada pela criação de um sistema educacional transmissor dessa cultura nacional, capaz de impactar unidades sociais previamente autogeridas. O poder estatal na constituição da ordem social moderna está dependente de seu monopólio do sistema educacional, mais até do que seu monopólio do uso legítimo de violência (Gellner 2008). Smith (1991) relata que o estado buscou incorporar os intelectuais ao seu corpo administrativo, de modo que trabalhassem em prol dos interesses políticos de seus governantes, o que lhe possibilitou um maior controle sobre a caracterização da comunidade que se formava. Entraremos um pouco mais nessa questão ao discutirmos as instituições pelas quais o estado promoveu uma ideia unitária de nação, mas antes continuamos com a trajetória histórica da identidade nacional.

A partir deste momento descrevemos nacionalismo como a criação do sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional, sem necessariamente estarmos falando de uma ideologia ou propaganda previamente formada com o intuito de estimular tal reconhecimento; essa definição nos permitirá diferenciar entre os processos que se

desenvolveram espontaneamente e aqueles que foram articulados com um propósito. Pela ótica moderna, o nacionalismo produz a identidade nacional (Smith 1991), o que não anula seu enraizamento na realidade. A nação é imaginada no sentido de ser uma compreensão abstrata vivida pelos indivíduos de uma mesma comunidade, sem uma base natural, mas que se torna real através da socialização do indivíduo (Anderson 2006; Balibar e Wallerstein 1991; Smith 1991). A obra de Anderson (2006) nos oferece uma perspectiva cronológica desse fenômeno, separando-o em três ondas nacionalistas: os pioneiros crioulos; a segunda onda, europeia; e a última onda, anti-imperialista e mais voltada para o oriente.

É interessante remarcar que as colônias americanas envolvidas na primeira onda tinham uma língua e ancestralidade comuns com suas metrópoles, um fator que contribuiu para a adoção dos ideais políticos e econômicos que se desenvolveram na Europa ocidental durante o século XVIII (Anderson 2006). Os nacionalismos que emergiram tiveram origem na elite americana, que buscava defender seus interesses contra a inferioridade imposta pela metrópole em relação ao seu nascimento, no que pode ser encarado como um esforço do centro local para manter seu poder frente ao centro do sistema-mundo de Wallerstein (Balibar e Wallerstein 1991). Esse movimento, entretanto, continuou a promover o mesmo sistema exploratório, utilizando-se da centralização administrativa, da definição territorial e da relativa homogeneidade linguística que a colonização havia estabelecido (Anderson 2006).

Originado do descontentamento da elite crioula, o nacionalismo americano foi capaz de concretizar muitos aspectos que hoje são identificados como essenciais para a construção de uma comunidade étnica – palavra cujo uso será melhor explicado ao falarmos da etnização da nação –, como: o reconhecimento sob uma mesma denominação (americanos), um mito de ancestralidade comum, memórias históricas e cultura compartilhadas, um território com o qual se identificam, entre outros (Smith 1991). Os ideais iluministas alcançaram as colônias através dos fluxos coloniais e se difundiram por meio da imprensa e das universidades, o que, em associação com a discriminação vivenciada, contribuiu para o sentimento de alteridade que se formava e para a busca por independência (Anderson 2006).

Em contraposição, a segunda onda possuiu um caráter mais proposital, em que as estruturas sociais que possibilitariam a constituição da nação teriam que ser implementadas por esforços estatais, devido à falta de homogeneidade no interior dos

impérios europeus, que eram polivernaculares e definidos de acordo com reinos dinásticos (Anderson 2006). A revolução lexicográfica do século XIX aparece aqui novamente como um importante fator na constituição de identidades culturais mais sólidas na Europa: a fixação vernacular que ocorreu pela imprensa e pelo estabelecimento de línguas administrativas, o capitalismo de imprensa, e a revolução educacional contribuíram para o estabelecimento de comunidades que se viam como autônomas. Vale comentar que esta revolução não tinha grande penetração nas massas, que se mantinham analfabetas. Hobsbawm (2012) atribui a devida importância às escolas e universidades, livros e jornais, mas também esclarece que a população em geral não tinha acesso aos ideais nacionalistas que se difundiam pelos reinos, mantendo-se desuniforme.

O capitalismo de imprensa não serviu somente para instaurar a língua como sistema social da aristocracia e da burguesia emergente; as experiências nacionalistas da primeira onda foram registradas e passaram a circular nesse meio, funcionando como modelos para os estados europeus (Anderson 2006). Anderson (2006, 86) descreve os nacionalismos oficiais da Europa do século XIX como “um modo de combinar naturalização com a retenção do poder dinástico”. A mudança cultural advinda do contato com o modelo americano, em conjunto com o enfraquecimento das comunidades religiosas e as demais circunstâncias que abordamos, ocasionou perda de legitimidade por parte dos governantes europeus e levou o setor educado do povo a se enxergar como uma comunidade de iguais, que podia exigir melhorias de seu estado (Anderson 2006; Hobsbawm 2012).

Ao falar de movimentos como a Anglicização ou a Russificação, Anderson (2006) se remete à mobilização de características culturais e um passado histórico que apresentavam como comum para defender as relações de poder existentes e não perder seu controle sobre a periferia. É o que Smith (1991) chama de nacionalismo “*state-sponsored*” (patrocinado pelo estado): uma aristocracia constitui sua própria etnia lateral e utiliza sua posição como classe dominante para acessar instituições que a ajudam a recrutar a classe média, de modo que esta também passe a se identificar com aquela comunidade, mesmo quando não possui os mesmos privilégios.

O mundo após as guerras mundiais já se apresentava como um sistema de nações, no qual essas se apresentavam como agentes em representação de seu povo dentro de organismos internacionais; na Liga das Nações, por exemplo, e na Organização das Nações Unidas após o fracasso da primeira. A última onda de nacionalismos, que se

desencadeou com o fim da Segunda Guerra Mundial, se apresentou como uma mistura da intencionalidade dos nacionalismos oficiais com o envolvimento popular do pioneirismo crioulo (Anderson 2006). Esta primeira relação é fácil de ser observada: as línguas assumidas pelos estados-nações eram línguas europeias, legado do imperialismo, que foram instituídas por elites bilingues sobre a massa monoglota através de instituições como o sistema educacional, a mídia e regulações administrativas (Anderson 2006). Por sua vez, a participação popular é demonstrada pelo nacionalismo colonial e os movimentos de descolonização que se passam no decorrer do século XX. Devido ao tamanho dos impérios globais europeus, tornou-se necessária a inserção de nativos das colônias em suas administrações; o acesso à educação formal por parte da juventude colonial permitiu um processo de reconhecimento entre os indivíduos vindos das colônias, que, apesar de diferenças étnicas, eram unidos pela sua posição de subordinação (Anderson 2006).

Essa trajetória histórica demonstra a relevância das instituições estatais no desenvolvimento das diferentes formas de nacionalismo, mesmo quando este acaba por se colocar contra os interesses das nações europeias que o difundiram, como foi o caso da última onda. Nesse sentido, Smith (1991, 61, tradução nossa) afirma que “a criação de nações seculares foi, afinal, o resultado de um vigoroso programa de socialização política por meio do sistema público de educação de massa”. O autor não é o único a apontar os mecanismos pelos quais o estado realiza tal socialização: Anderson (2006) menciona não só o sistema educacional, mas a mídia e o sistema administrativo como instituições importantes para a regulação identitária; Appadurai (1996) discute o papel da mídia como influenciadora cultural, particularmente em tempos contemporâneos; e Hall (2006) defende que é o exercício do poder cultural que permite pensar identidades nacionais como unificadas.

Sugerimos que todos esses mecanismos se enquadram na “produção do povo” estudada por Balibar (1991, 95, tradução nossa), que se deu por meio da “combinação da força e da educação” para garantir a internalização dos elementos nacionais como parte da identidade do sujeito. Existe aqui um paralelo com as comunidades religiosas que apareciam como sistema semiótico clássico em Anderson (2006): a religião e sua socialização do indivíduo não tem um fim definitivo, mas é absorvida pelas instituições do estado, que nacionalizam essas características de modo a transformar a nação no principal ponto de referência coletivo (Balibar 1991).

A literatura indica que religião, nação e etnia estão profundamente interligadas (Balibar e Wallerstein 1991; Smith 1991). Isso ocorre porque tanto nação quanto etnia são comunidades imaginadas, muitas vezes de forma simultânea, para legitimar objetivos políticos. Balibar (1991) diz haver uma etnização da nação, a partir da qual a classe dominante define uma identidade originária, com base em um passado compartilhado, que é passada ao resto da população por meio das instituições estatais (espaços de socialização). O acesso popular à escola é observado pelo autor como um aspecto de particular interesse, porque funciona em duas frentes: a primeira, de inclusão, é a forma como o ensino da língua oficial garante o estabelecimento de um sistema semiótico comum, que convida o povo a uma comunidade de pertencimento; o segundo, de fechamento, é a elaboração de categorias raciais que etnizam diferenças sociais e as enraízam em questões de genealogia.

O racismo colonial apareceu como uma justificativa para a manutenção do modelo exploratório e do poder dinástico, em que a superioridade inata das nações europeias era representada pela amplitude territorial do império (Anderson 2006). Haider (2019) discute como o fenômeno racial teve seu início nas relações laborais coloniais e na passagem para uma força de trabalho forçada majoritariamente negra – o período do tráfico de escravos – que foi racionalizada pela inferioridade daqueles que não pertenciam ao que passava a constituir a classe dominante branca. No continente africano, a dependência do trabalho alheio pela classe dominadora instaurou o conceito de raça como algo primordialmente econômico, que só posteriormente viria a ser utilizado de forma política; era uma forma de controle social (Arendt 1979). Nesse mesmo sentido, Wallerstein (1991, 61, tradução nossa) declara que “os mitos clássicos de raça não se referem inicialmente à nação, mas à classe, e o fazem a partir de uma perspectiva aristocrática”. Assim, podemos dizer que a nação – como uma comunidade etnizada – foi promovida para expressar a competição entre os estados, enquanto a raça foi pensada para sustentar a exploração centro-periferia no sistema da economia-mundo (Wallerstein 1991).

A família é levada ao centro da discussão nacional, devido não só à tentativa de definir o conceito de raça sobre uma base biológica, mas também ao seu papel na socialização do sujeito. Balibar (1991) descreve como, mediante a instauração do estado nacional-social, o governo passa a intervir dentro do espaço familiar; se torna responsável pelo registro de filiações e casamentos, estabelece leis de controle moral sobre a vida

privada dos indivíduos e assume o papel, previamente da Igreja, de policiar os valores familiares. Dessa interferência vem também o poder disciplinar de Foucault (1999), pelo qual o próprio sujeito é transformado num instrumento de controle social. Outra instituição que vale ser mencionada como advinda do estado nacional-social é a prisão, que toma posse do poder punitivo e age como modo de submissão do corpo humano às relações de poder sociais (Foucault 1999; Haider 2019).

Embora tenhamos abordado os mecanismos estatais de formação identitária em termos gerais, é interessante fazer uma breve menção de formatos mais concretos que essas instituições podem tomar. Em sua análise da expansão do inglês como língua internacional, Pennycook (1994) aponta a influência do *British Council* na divulgação de propaganda cultural em favor da Grã-Bretanha e contra as ideologias fascistas do pré-Segunda Guerra, funcionando como agente no cenário internacional. Ainda hoje, instituições similares existem para a promoção ao redor do mundo de línguas historicamente tidas como europeias, como o Instituto Camões (Portugal), o Goethe-*Institut* (Alemanha), a *Alliance Française* (França) e o Instituto Cervantes (Espanha).

O que observamos até o momento é que identidades, mesmo identidades nacionais, não são elementos estáticos. O descentramento do sujeito sugerida por Hall (2006) tem início nessa concepção do sujeito sociológico, moderno, mas é somente com a virada pós-moderna que vemos o indivíduo ser abordado em diversos campos teóricos como possuinte de agência e, assim, capaz de realizar alterações ao seu contexto. Como veremos na próxima seção, isso se dá devido ao aumento do fluxo mundial de pessoas e informações, que criou espaços de negociação semiótica.

I.2. O sujeito pós-moderno

O motivo pelo qual trago com tanta insistência o cenário internacional para uma discussão que tem como foco a realidade portuguesa é que mudanças contextuais no decorrer do século XX integram Portugal em uma rede de fluxos mundiais onde são estabelecidos interstícios de articulação entre diferenças culturais (Bhabha 1998). Tendo analisado as estruturas históricas da modernidade e como se relacionaram com o desenvolvimento do sistema de estados-nações, ficamos livres para nos focar na maneira que o sujeito pós-moderno diverge da construção identitária proposta até o momento. Não existe, entretanto, uma ruptura exata que possa ser apontada como a passagem para a pós-modernidade, mas sim tendências do século XX que são intensificadas pelos contínuos avanços tecnológicos e do modelo capitalista.

Similarmente ao que ocorreu na transição para o estado-nação, temos o enfraquecimento dos sistemas semióticos vigentes, impulsionado pela compressão espaço-tempo decorrente de melhorias na comunicação e no transporte globais (Hall 2006). A dinamicidade aqui presente deriva do surgimento de novas influências ao sujeito, cujos espaços de socialização deixam de se limitar às instituições controladas pelo estado. Hall (2006, 13) afirma que “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis”. Mais do que nunca, a unidade da nação tem que conter o que Bhabha (1998, 211) chama de “ansiedade do espaço moderno irremediavelmente plural”, que se amplia com os efeitos da globalização. Já abordamos a maneira como a identidade nacional moderna engloba características de inclusão e de fechamento, mas o descentramento da pós-modernidade e a multiplicidade identitária que passa a incorporar tendem esse equilíbrio para processos de caracterização pela diferença (Hall 2006); um indivíduo faz parte do “nós” porque as representações do “outro” às quais têm acesso não lhe cabem.

Sobre as representações do “outro”, Said (1990) discute como a produção de conhecimento durante a modernidade esteve centrada numa perspectiva primeiramente europeia e posteriormente norte-americana, que utilizaram suas posições de poder no cenário internacional para projetar autoridade sobre o campo acadêmico. O autor reforça que é preciso localizar quem escreve sobre o Oriente e a relação que essas produções possuem com a literatura e as instituições da área – chamadas por Said (1990) de localização e formação estratégicas –, porque inevitavelmente carregam características etnocêntricas. Quando falamos de *representações* do “outro”, portanto, referenciamos a maneira como culturas que não se adequam à comunidade interna da nação são frequentemente reduzidas, generalizadas e distorcidas para atender aos interesses da classe dominante.

É o que Conrad (2019, 13) aponta como um dos defeitos intrínsecos às ciências sociais e humanas em sua tentativa de pensar uma história global: existe um “nacionalismo metodológico” que permeia as disciplinas, porque os autores são guiados pela ótica do estado-nação como a “unidade de análise fundamental”. Por outro lado, Bhabha (1998) se revela otimista quanto à entrada de novas vozes na produção cultural e de conhecimento. A pós-modernidade é marcada pela migração pós-colonial e pelo contato com identidades que se inserem onde a força homogeneizadora ocidental falha

(Bhabha 1998). Isso não anula o etnocentrismo que essas obras podem carregar, mas a disponibilidade de perspectivas mais diversas permite uma redefinição dos processos de reconhecimento.

A concepção do sujeito não foi o único ponto a ser afetado pelos avanços tecnológicos do final do século XX. O pensamento pós-moderno nos é interessante porque olha para discursos previamente tidos como verdades objetivas e as situa dentro de estruturas de dominação (Nogueira e Messari 2005), similarmente ao que discutimos na seção 1 sobre como a identidade nacional foi também um projeto estatal, apesar de ser projetada como um fenômeno natural. Autores que trabalham com o campo educacional na pós-modernidade puxam dessa perspectiva o questionamento de como a Razão moderna se inseriu nos objetivos das classes dominantes e como a transição para o pensamento crítico dentro da escola, que colocam como parte do modelo democrático, instaura incertezas quanto à legitimidade do estado (Carr 1995; McKinlay 1998). Sua percepção da democracia como uma força descentralizadora levanta a questão de que outras estruturas atuais constituem esse novo estágio da modernidade.

Antes de analisarmos as circunstâncias contextuais específicas à pós-modernidade, expressamos a reserva de que esse fenômeno não ocorreu de forma homogênea por todo o globo; a modernidade foi um projeto ocidental em sua essência (Hall 2010). O alcance da globalização e dos fatores de descentramento depende não só da localidade, mas também das relações de classe e da distribuição de conhecimento internas às nações. Com esse fato em mente, reconhecemos que o processo de globalização acaba por funcionar em prol da disseminação da cultura ocidental (Canclini 1990; Appadurai 1996; Hall 2006), de modo que algumas tendências compartilhadas podem sim ser delineadas. Essas tendências não se traduzem necessariamente em uma homogeneização cultural, mas não podemos negar a posição de poder do Ocidente quanto a esse sistema global, mesmo quando forças externas passam por processos de adaptação a seus novos contextos. Embora concordemos com a percepção de Appadurai (1996) quanto à complexidade das dimensões culturais da globalização, acabamos nos voltando para o paradigma de centro-periferia de Wallerstein (Balibar e Wallerstein 1991) para reforçar as relações de poder intrínsecas a este movimento de interconectividade global.

A denominação aqui usada de pós-modernidade se refere a um momento que inclui movimentos pós-coloniais, crises ideológicas ocasionadas pelo fim da Guerra Fria, movimentos construtivistas que contextualizam o indivíduo como produto de sua

realidade social, entre tantos outros. Mais que isso, é uma continuação de tendências descentralizadoras já presentes na modernidade, como a própria globalização. O recorte temporal ao qual nos referimos é especificamente o pós-Segunda Guerra, o período de descolonização e o pós-Guerra Fria, em que novas dinâmicas internacionais começam a se estabelecer: ao mesmo tempo que estados descolonizados assumem espaço como atores internacionais – dentro da Organização das Nações Unidas, por exemplo –, a orientação das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) parece atender tendências ocidentais (Oliveira 2009). Oliveira (2009) toca nessa questão ao falar de como o abandono de ideias keynesianas nas décadas de 1970 e 1980 levou estados africanos à liberalização, com repercussões negativas para seu desenvolvimento. Millet e Toussaint (2005) expressam um pensamento similar, embora em linguagem mais radical, ao declarar o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial como instituições que servem não à estabilidade econômica mundial, mas ao mercado financeiro.

Essas instituições surgem no contexto dos acordos de Bretton Woods e do Plano Marshall, ações de política externa estadunidense que visavam manter e aumentar seu poder no cenário internacional (Simon 2010). Desenvolvidos sob o pretexto de reestruturação econômica que ajudaria os países europeus na sua recuperação após as dívidas contraídas na Segunda Guerra Mundial, o sistema de Bretton Woods removeria os obstáculos para o comércio internacional e criaria uma ordenação monetária internacional através da formação do FMI e do Banco Mundial. Foi instituído em paralelo à Organização das Nações Unidas, sendo ambos idealizados para ajudar na constituição de uma ordem mundial liberal a partir da cooperação internacional (Ikenberry 2011). Ikenberry (2011) comenta sobre a centralização ocidental desse sistema, que só se intensificou com o decorrer da Guerra Fria ao ter os Estados Unidos assumindo uma posição de liderança. O fim da União Soviética e a reaproximação da China comunista à economia mundial no final do século XX significaram que o processo de globalização – impulsionado pelo liberalismo de Bretton Woods – tomava novas dimensões territoriais (Cooper 2016).

Para traçar as continuidades e rupturas do último século, nos remetemos a Bauman (2001) e ao que ele chama de “modernidade líquida”. Esta configuração é criada pela imediatividade que se vive atualmente – a compressão espaço-tempo – em que avanços tecnológicos permitiram velocidades de contato nunca antes vistas; o próprio poder ganha um caráter extraterritorial, pois já não responde a limitações espaciais

(Bauman 2001), fluindo em redes deslocalizadas dentro de um sistema de fluxos e relações de poder assimétricas (Canclini 1990). Esse aspecto extraterritorial está presente também no trabalho, que aparece em variações cada vez mais digitalizadas, e no capital, com o desenvolvimento do mercado financeiro (Appadurai 2009). Associamos as descrições de Bauman (2001) do capitalismo leve pós-moderno com a passagem para o liberalismo: o estado perderia seu papel de interventor nas estruturas sociais e o próprio indivíduo assumiria a culpa ou o mérito de suas ações, orientando-se não mais pela rigidez da ordem nacional, mas pela multiplicidade de valores ao qual é exposto.

Nesse sentido, Appadurai (1996) coloca a relação entre indivíduos desterritorializados e eventos de visibilidade de massa no centro da discussão sobre modernidade e globalização, porque permitem ao sujeito uma identificação que não está limitada ao projeto nacional. Com o avanço do capitalismo eletrônico e a facilitação de fluxos migratórios, ocorre certo grau de emancipação com a comunidade nacional, que Bauman (2001) interpreta como o declínio do estado como o estabelecido da ordem. A crescente individualização decorre do aumento de competitividade do capitalismo leve; no cenário internacional, tem-se a exploração de mão-de-obra barata e a busca por novos mercados estimulada pelo sucesso do consumismo (Schiller, Basch, e Blanc-Szanton 1992; Bauman 2001). A internacionalização do trabalho suscita certo grau de vulnerabilidade no indivíduo, pois cria uma força de trabalho deslocada e subempregada (Schiller, Basch, e Blanc-Szanton 1992).

Os fluxos migratórios da contemporaneidade possuem efeitos muito claros sobre o sistema global, que não ficam restritos a questões de organização econômica internacional. Bauman (2001) aponta a divergência existente entre os “nômades” do passado, que eram excluídos da comunidade interna da nação e vistos de forma negativa, e os “nômades” do presente, criados pela mobilidade do mundo pós-moderno e pela digitalização do trabalho. Enquanto os primeiros eram encarados como um sinal de atraso, fora do progresso do sedentarismo moderno, os segundos se tornam parte do novo normal, dentro do qual ocorre perda do senso de comunidade. Em contraposição, Bauman (2001) ressalta que povos sedentários ainda se mantêm na contemporaneidade e acabam por representar uma resistência ao nomadismo que se populariza.

Hall (2006) também descreve esse aumento de tensão entre o local e o global no que diz respeito a identidades na pós-modernidade: o autor discute como a difusão do consumismo – compreendido como o estabelecimento do sistema internacional capitalista

– ocasionou uma homogeneização cultural, que, por sua vez, é encontrada com resistência em termos locais. Em resposta a essa perspectiva homogeneizadora, Appadurai (1996) diz não haver tal homogeneização, mas sim uma disjunção entre o estado e as comunidades nacionais cada vez mais dinâmicas, com panoramas globais complexos causados pela crescente desterritorialização de diversos elementos culturais. É um sentimento visto também em Kearney (1995), que associa a desterritorialização de comunidades, de suas identidades e política, à criação de novos nacionalismos, sustentados por redes transnacionais e pela visibilidade internacional. Trazemos essas observações para demonstrar que não é só o contato com o “nômade”, o migrante, que causa estranheza, mas também a exposição à cultura do “outro”. De fato, seria difícil definir o que inspira maior resistência: a diferença percebida por marcadores físicos, devido à presença do migrante; ou a diferença de sistemas semióticos que ocupam os mesmos espaços de socialização no mundo pós-moderno.

Antes de entrarmos em discussões de cidadania e assimilação, entretanto, devemos remarcar que esses embates políticos não podem ser dissociados das relações de poder do sistema de economia-mundo. Embora a pós-modernidade abra espaços de articulação das diferenças, ainda é preciso reconhecer que esses fluxos ocorrem por meio de vias sobre as quais o estado-nação ainda possui efeito regulador (Cooper 2016). Além disso, essa articulação encontra as instituições da modernidade, que mantêm sistemas semióticos que serviram para a constituição dos povos sedentários mencionados por Bauman (2001). **A dificuldade de romper com as estruturas do sistema colonial/imperialista previamente estabelecido aparece como um fator na mobilização comunitária contra identidades emergentes** (Smith 1991). Hall (2010, 290, tradução nossa) exemplifica o resultado desse contato:

Se a pós-modernidade global representa uma abertura ambígua ao diferente e ao marginal e converte certo tipo de descentralização da narrativa ocidental em uma possibilidade prometedora, isso tem como correlato, no próprio centro da política cultural, um efeito de reação: a resistência agressiva ao diferente, a tentativa de restaurar o cânone da civilização ocidental, o ataque direto ou indireto ao multiculturalismo; o retorno às grandes narrativas da história, da língua e da literatura (os três grandes pilares que sustentam a identidade nacional e a cultura nacional); a defesa do absolutismo étnico, do racismo cultural que marcou as eras de Thatcher e Reagan; as novas xenofobias que estão prestes a devastar a fortaleza europeia. (Hall 2010, 290, tradução nossa)

A globalização como uma tendência da modernidade pode ter permitido a inclusão de sistemas semióticos previamente marginalizados ao cenário internacional, mas também foi marcada pela imposição do projeto de modernização ao mundo não-ocidental, o que acarretou o estabelecimento de novas elites e novos desequilíbrios de poder

(Appadurai 1996), novos centros no interior da periferia global. Efetivamente, Smith (1991) diz que o controle das instituições estatais por essas elites limitou consideravelmente o sucesso de movimentos étnicos separatistas, afirmando que em sua maioria novos estados foram resultado do processo de descolonização e não de secessão.

Como exposto por Charaudeau (2015), a identidade é construída de acordo com o princípio de alteridade, nessa determinação do que cabe ao “nós” e ao “outro” através de um sistema de representações. O autor postula que o contato entre diferentes comunidades identitárias pode tomar quatro formatos: a inclinação para si mesmo, na qual a presença de um novo grupo é encarada como uma ameaça à integridade do primeiro, levando-o a um fechamento para manutenção dos valores e características que identificam como suas; a abertura para o outro, que permite influências mútuas entre os grupos; a dominação de um grupo pelo outro, na qual o grupo que se considera superior tenta se sobrepor ao outro e força-lo à assimilação; e a mescla do grupo, ocorrendo uma hibridização com o passar do tempo.

O transnacionalismo aparece como o enquadramento analítico pelo qual estudiosos podem compreender como esses distintos sistemas semióticos são trazidos para uma mesma realidade. A emergência deste tema de estudo acompanha o interesse no processo de globalização, que tem como uma de suas características principais esse aumento de conexões entre atores não-estatais, como empresas, organizações não-governamentais e indivíduos, através de fronteiras nacionais – o chamado transnacionalismo (Vertovec 2009). Essas conexões tem origem no sistema capitalista global, cujas forças econômicas são centrais aos fluxos migratórios; as redes de contato que se estabelecem como resposta a esse deslocamento permitem que práticas culturais e identitárias extravasem para além do nacional (Schiller, Basch, and Blanc-Szanton 1992). Quando Cooper (2016) fala da “dança dos fluxos e dos fragmentos” que permeia o sistema capitalista internacional, discute como o novo alcance midiático admite uma fragmentação do imaginário que, além de ocasionar possível hibridização, também abre espaço para um apego emocional por parte do migrante a suas particularidades culturais. O migrante pós-moderno vive no cruzamento de redes transnacionais que englobam sua sociedade de origem e sua sociedade de assentamento (Schiller, Basch e Blanc-Szanton 1992).

A reestruturação de identidades descrita como uma consequência do processo de globalização inevitavelmente se faz presente na esfera política. Essa visão poderia ser

colocada dentro do que Bauman (2001) chama de privatização do público, sugerindo que a projeção de identidades e problemas individuais para o cenário político não corresponde mais à internalização de valores nacionais, mas à adoção de temas por movimentos sociais para legitimar seus próprios interesses, privados. O que se observa é um retorno das narrativas históricas de continuidade, estimuladas pela resistência ao contato com os interstícios de Bhabha (1998), esses espaços de sobreposição de identidades múltiplas. Uma das estruturas que contribui para essa descentramento é o modelo democrático, que prioriza os sentimentos da população sobre determinados temas para sustentar uma base eleitoral (Bauman 2001).

No que diz respeito ao resgate de continuidades históricas e de narrativas primordialistas, Hall (2006) comenta em particular sobre a realidade britânica, mas também extrapola este fenômeno para toda a Europa, apontando que este “racismo cultural” aparece não só em partidos políticos de direita, mas também de esquerda. Surge a necessidade de analisar como a questão identitária é negociada no interior do estado-nação, para além das instituições estatais de formação nacional, e como é trazida para a esfera política.

I.3. A esfera doméstica: cidadania e política

Ao falar sobre o movimento rastafari na Jamaica, Hall (2010) defende que a ideologia identitária por si só não aparece como uma força social e política, a não ser que esteja envolvida com a criação de movimentos sociais que passem a funcionar como agentes políticos. É a ação política, movida pela organização ao redor de ideologias unificadoras, que garante importância material aos discursos veiculados. Embora a pós-modernidade dê centralidade à agência individual, não é possível articular mudanças sociais sem que esses discursos sejam integrados à opinião pública ou a coletividades; é necessário incorporá-los em sistemas ideológicos (Appadurai 1996).

Como vimos anteriormente, o estado possui instituições específicas que lhe permitem a constituição da comunidade nacional, entre elas o estado nacional-social. Quando falamos da intervenção estatal na vida privada, podemos apontar alguns elementos que estruturam a “nação cívica” como formação identitária: o fechamento e apego a um território originário; a participação na vida pública; a cidadania, com os direitos e deveres que a constituem; e a educação cívica (Smith 1991). Tendo debatido a relevância dos demais elementos, nos voltamos para a cidadania e seu papel de “fechamento social” (Brubaker 2009).

Embora possua ligação com o território da nação, o conceito de cidadania não é definido simplesmente pela residência de determinado indivíduo no interior de um estado-nação. Regulamentos para o acesso à cidadania variam entre os países, podendo incorporar princípios de lugar de nascimento (*jus soli*), linhagem sanguínea (*jus sanguinis*), situação conjugal e, por fim, residência prolongada (Weil 2001). Weil (2001) argumenta que a nacionalidade é orquestrada no limite entre a lei pública e privada: pública porque a cidadania é um elemento essencial ao poder do estado-nação; privada porque atua sobre direitos de propriedade, circulação, herança, entre outros.

A vulnerabilidade que mencionamos fazer parte do mundo pós-moderno está bem presente na experiência migrante. Waldinger (2017) descreve como esses indivíduos chegam à sociedade de assentamento com a classificação excludente de estrangeiros, sem possuir os mesmos direitos que os cidadãos, e com a distinção de pertencer a uma comunidade nacional alheia, da qual estão separados. Ademais, os obstáculos impostos pelo estado à imigração – a documentação necessária, os requerimentos e taxas a serem pagas, o fator psicológico quando não se possui os recursos para migrar toda a família, etc. – elevam os custos associados, servindo para filtrar os grupos que tem acesso à nação (Waldinger 2017). O autor adiciona que, mesmo após obter sucesso na entrada, ainda existe uma estratificação social relacionada ao status sob o qual tal migração é realizada, definindo tempo de residência permitida, atividades que podem ser realizadas enquanto presente, entre outras limitações.

Para além dessa questão de exclusão da comunidade interna, o estrangeiro está no cerne da disputa entre as classes dominantes da sociedade de assentamento e as elites migrantes, tendo que se submeter à força hegemônica de ambas as classes na construção de suas identidades e relações sociais. Sobre como esses poderes são articulados, Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992, 13) afirmam que “enquanto, em última análise, as relações de dominação são mantidas pela força, a ordem social é reforçada pelas práticas diárias, hábitos e bom senso através dos quais os dominados vivem suas vidas, sonham seus sonhos e entendem seu mundo”. A socialização do sujeito, especificamente o migrante, se dá por meio dessas redes transnacionais. Uma das maneiras pelas quais essas forças hegemônicas se traduzem é a construção racial: percepções de raça ou etnia como concebidas na sociedade de assentamento são projetadas às comunidades migrantes, que devem adequar esses padrões àqueles de suas sociedades de origem (Schiller, Basch e Blanc-Szanton 1992).

Tal projeção nos leva a questionar se, em tempos pós-modernos, a cidadania não perde parte de sua força inclusiva, diante da percepção da diferença. Nesse sentido, Waldinger (2017, 5, tradução nossa) argumenta que “a condição de uma pessoa como cidadã, residente permanente legal, ou imigrante indocumentado está escondida durante interações cotidianas”. Estados com histórico de emigração que mantém alguma variação do *jus sanguinis* são por vezes confrontados com indivíduos normalmente categorizados como o “outro”, mas que tem acesso à cidadania devido a relações de sangue. É o caso da maioria da Europa ocidental, cujos estados podiam ser considerados países de emigração até a Segunda Guerra Mundial e que, desde então, tornaram-se países de imigração (Weil 2001).

Retornamos assim à questão da etnização dos estados-nações, a partir da qual grupos percebidos como exteriores não são aceites como membros da horizontalidade nacional. Brubaker (2015) comenta sobre como, mesmo quando há fragmentação étnica no interior de um estado – fenómeno que associa com estados pós-coloniais –, ainda existem grupos singularizados como não-pertencentes, num processo que sustenta relações de poder e desigualdade. Ao mesmo tempo, esses grupos são submetidos à dominação das comunidades nacionais vigentes e forçados a se assimilarem à identidade cultural tida como local (Charaudeau 2015). Especialmente no que toca à cidadania, muitos dos processos de naturalização envolvem o aprendizado da língua e história nacionais, juramento de lealdade à nação e, por vezes, até mesmo a renúncia da cidadania original (Weil 2001).

No caso dos Estados Unidos, por exemplo, houve um enquadramento do modelo assimilacionista no desenvolvimento de seu nacionalismo, de maneira a estabelecer uma imagem de mobilidade social e incorporação dos migrantes em uma identidade única que fosse benéfica para a imagem nacional (Schiller, Basch, e Blanc-Szanton 1992). Ainda assim, o assimilacionismo em geral possui raízes coloniais e um carácter de sobreposição da cultura étnica local sobre aquelas que são vistas como inferiores (Alba e Nee 1997). Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) defendem que é só com os movimentos por direitos civis no final do século XX que ocorre uma maior aceitação do pluralismo cultural e das redes transnacionais que, como já discutimos, marcam os espaços intersticiais da pós-modernidade. Remarcamos que a assimilação e o transnacionalismo não são mutuamente excludentes, mas que a primeira inclui discursos que promovem

alteridade, porque, ao afirmar a necessidade do “outro” de se adequar à sociedade de assentamento, reforça a diferença daqueles que não passam por tal integração.

Mesmo a ocorrência do processo de assimilação não impede, contudo, a perpetuação de desigualdades étnicas. A etnização da comunidade nacional possibilita a caracterização do “outro” por meio de marcadores – nome, sotaque, aparência ou localidade de residência, como exemplificados por Waldinger (2017) – que não são facilmente apagados, seja pelo acesso à cidadania, seja pela assimilação cultural. Brubaker (2015) aponta algumas das maneiras pelas quais a desigualdade étnica se manifesta: pela exclusão ou restrição de estrangeiros étnicos no que diz respeito a oportunidades de emprego, de acesso a universidades ou de negócios; pelo privilegiamento da etnia local nessas mesmas áreas; pela atribuição de recursos públicos através de sistemas de mecenato étnico; por meio de políticas públicas que levam a concentrações residenciais em bairros desfavorecidos, encarceramento desproporcional e segregação dentro das escolas; entre outros.

O fator-chave nessa discriminação deixa de ser a desigualdade com base legal e passa a ser a percepção da diferença, ao ponto que o mero pertencimento a um grupo que é reconhecido como não-autorizado, como frequentemente em condição ilegal, automaticamente coloca os demais membros sob suspeita (Waldinger 2017). Waldinger (2017) sugere que esses limites sociais internos são acompanhados de crescente rigidez nos limites externos – as barreiras para a migração e para o acesso a cidadania –, de modo que o controle legal do estado mantém seu papel de fechamento da comunidade interna.

Em oposição a esse movimento da comunidade interna, grupos de estrangeiros étnicos podem assumir um posicionamento de separação social deliberada, visando se proteger de “ambientes que são percebidos como fisicamente perigosos, economicamente desfavoráveis, moralmente comprometedores ou culturalmente ameaçadores” (Brubaker 2015, 41, tradução nossa). É o que Itzigsohn e Saucedo (2002) chamam de “transnacionalismo reativo”, que seria uma resposta a experiências negativas na tentativa de integração à sociedade de assentamento, presente também entre imigrantes de segunda geração. As consequências dessa ativação de redes transnacionais por migrantes não são claras; a literatura descreve como o envio de dinheiro para a sociedade de origem pode atribuir prestígio ao migrante (Itzigsohn e Saucedo 2002) e como redes comunitárias de apoio na sociedade de assentamento criam oportunidades, mas a consequente segregação também pode contribuir para a manutenção das desigualdades étnicas (Brubaker 2015).

Tendo apresentado as diferentes maneiras como os limites sociais internos podem se organizar, torna-se necessário buscar como essas concepções identitárias afetam o cenário doméstico do estado-nação. Afinal, é a articulação desses conceitos dentro de uma coletividade que lhes garante força social e política. A *identity politics* (política identitária) surge nesse contexto como uma ideologia orientadora pela qual eleitores favorecem determinados políticos, num apoio que deriva da negociação de identidades no interior do sujeito pós-moderno (Hall 2006; Haider 2019). Como discutimos, o sujeito contemporâneo não está limitado à identidade nacional na composição do seu “eu” e acaba por definir-se de acordo com relações de classe, de raça, de comunidade étnica, entre outros. Torna-se necessário observar como essa pluralidade se traduz na esfera política.

Bernstein (2005) realiza uma análise mais a fundo do termo política identitária, já que seu uso acaba tomando diferentes definições de acordo com o intuito que serve. Um dos exemplos que a autora menciona é o peso negativo colocado sobre o termo como referência à mobilização feminista ou antirracista na política. Foi por essa razão que sentimos necessidade de resgatar este conceito e demonstrar como a identidade está presente no seio de todo movimento social, seja como foco para pertencimento, seja como objeto de oposição, não podendo ser limitada a um uso derogatório contra movimentos em prol de direitos civis.

Essa perspectiva não nega a possível ação reducionista da política identitária. Esse perigo é muito bem alertado pelo Coletivo Combahee River (1977, tradução nossa) ao escreverem: “Esse enfoque em nossa própria opressão é incorporado pelo conceito de política identitária. Acreditamos que a política mais profunda e potencialmente mais radical vem diretamente de nossa própria identidade, em oposição a trabalharmos para acabar com a opressão de outras pessoas”. É uma advertência colocada também por Appadurai (1996) e Bernstein (2005) ao falarem de como narrativas primordialistas/essencialistas são construídas mesmo diante do pluralismo contemporâneo, sendo por vezes uma estratégia para mobilização social.

Outro aspecto levantado por Bernstein (2005) é sua escolha por estudar identidades externamente impostas, ou seja, aquelas que a sociedade reconhece no indivíduo como categorias às quais ele pertence; sexo, raça, etnia, etc. A relevância desse fato está em sua possível associação com o que falamos da separação social deliberada. O indivíduo, ao ser confrontado com as identidades projetadas sobre ele pelo contexto,

passa a internalizar seu pertencimento a determinada coletividade e pode acabar priorizando essa identidade como reação às relações de poder da sociedade em que se insere. Essa abordagem se aproxima daquela de Haider (2019), que interpreta a política identitária como uma “ideologia que surgiu para apropriar esse legado emancipatório e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas” (Haider 2019, 27).

Em seu livro, Haider (2019) parece tomar uma base quase que puramente econômica ao tratar da questão identitária. O autor trabalha com a ideia de performances de marginalidade, em que elites entre os periféricos acabam por se beneficiar do sistema imposto; sua entrada no cenário político não tem o caráter revolucionário que movimentos sociais anteriores tiveram, porque o interesse desses indivíduos está em apaziguar a comunidade à qual respondem e sustentar o balanço de poder preexistente, já que é isso que os mantêm relevantes. Devemos lembrar que, embora exista uma associação entre economia, classe e construção identitária, a formação histórica de sistemas de conhecimento que projetam a inferioridade de grupos raciais ou étnicos faz com que esses desequilíbrios existam mesmo dentro de uma mesma classe social. O que começou como econômico se difundiu para o social através da produção de conhecimento colonial e imperialista.

A essa questão adicionamos a relevância do enquadramento narrativo e da sua análise (*frame analysis*). Snow e Benford (1988) propõem que a mobilização social não depende só de estruturas desiguais que inspirem ambições de mudança ou de uma liderança capaz de organizar o grupo em suas ações sociais, mas também de uma formação ideológica na qual o contexto possa ser enquadrado de modo a orientar que tipo de demandas o grupo realiza e para quem. Os autores determinam três tipos de enquadramento: o diagnóstico, o prognóstico e o motivacional. “O enquadramento diagnóstico envolve a identificação de um problema e a atribuição de culpa ou causalidade” (Snow e Benford 1988, 200, tradução nossa), apresentando a tendência de focar em um fator como uma espécie de inimigo comum. Embora os autores realizem sua análise com base no movimento do desarmamento, sugerimos que um fenômeno similar ocorre na política identitária, em que certos grupos são singularizados não só como o “outro”, mas como uma verdadeira ameaça.

O enquadramento prognóstico é por vezes uma extensão do diagnóstico, porque apresenta soluções e estratégias para o problema identificado, normalmente trabalhando com o que foi previamente apontado como a causa deste (Snow e Benford 1988). Na

perspectiva de um movimento social que vê os imigrantes como culpados por determinado acontecimento – a diminuição da oferta de trabalho, por exemplo –, suas propostas se voltariam para o fortalecimento dos limites externos ao estado-nação. A elaboração desses discursos não é suficiente por si só, exigindo um enquadramento motivacional para incitar ação social por parte do grupo; é preciso estabelecer um motivo pelo qual o grupo é incentivado a se mobilizar de forma política (Snow e Benford 1988). Sobre a influência desse caráter discursivo, recorremos a Hill e Wilson (2003):

“Política identitária” é uma forma que sugerimos para ver como a cultura e a identidade, percebidas de várias maneiras como tradicionais, modernas, radicais, locais, regionais, religiosas, de gênero, de classe e étnicas, são articuladas, construídas, inventadas e mercantilizadas como meios para atingir fins políticos. Nesse sentido, vemos a política identitária como discurso e ação dentro de arenas públicas da sociedade política e civil, onde a cultura é usada para subverter, apoiar, proteger e atacar, e onde a identidade não pode ser entendida sem algum recurso a teorizações mais amplas e comparações de instituições, práticas e ideologias de estados nacionais, governos, partidos políticos, corporações transnacionais, organizações não governamentais e organizações internacionais e supranacionais, como as Nações Unidas e a União Europeia. (Hill e Wilson 2003, 2, tradução nossa)

A interpretação de Hill e Wilson (2003) da política identitária como um processo “*top-down*” – ou seja, cujos paradigmas são primeiro moldados por entidades políticas, econômicas, sociais etc., e só então difundidos para o público – dialoga com o que discutimos até agora sobre o papel institucional na formação do indivíduo. Por mais que a pós-modernidade tenha permitido uma abertura para outros agentes que não o estado-nação, este ainda possui forte controle sobre os espaços de socialização do sujeito e sobre as normas que devem respeitar. Como resultado desses sistemas, entretanto, a etnização da nação é reproduzida pelos membros de uma mesma sociedade, no que chamamos anteriormente de limites sociais internos. Hill e Wilson (2003) apelidam essa negociação horizontal da construção identitária de *politics of identity* (política de identidade) e postulam que se apresenta como um processo *bottom-up*, produzido pelo público para ser posteriormente adotado por entidades de poder.

O discurso é o enquadramento que permite que atores sociais e políticos afetem a coletividade e atinjam seus objetivos. De Cillia, Reisigl, e Wodak (1999) discutem como a prática discursiva possui efeitos sobre a produção de conhecimento e de posicionamentos sociais, enfatizando que a projeção de uma identidade nacional no imaginário coletivo é também um ato de exclusão. Os autores especificam a existência de discursos construtivos, perpetuadores, transformativos e destrutivos. A estratégia construtiva estaria associada a procedimentos linguísticos a partir dos quais se pensa a comunidade nacional, como o uso de “nós” em determinadas falas e como a escolha de

certas palavras permite remeter a um “eu” coletivo. A estratégia perpetuadora tem como objetivo a manutenção do *status quo*, podendo se apresentar como justificativas para ações sociais discriminatórias; De Cillia, Reisigl, e Wodak (1999) dão como exemplo a colocação do imigrante como uma ameaça à identidade nacional.

As estratégias transformativas e destrutivas, por sua vez, possuem a intenção de modificar características até então estabelecidas, embora em diferentes graus. A transformativa parece manter como base algum aspecto da identidade previamente fixada, sustentando quaisquer alterações como ainda seguindo princípios nacionais (De Cillia, Reisigl, e Wodak 1999). Por outro lado, os autores veem a estratégia destrutiva como visando a desmistificação da identidade nacional e a ruptura com essa suposta continuidade histórica. Sobre essa última classificação, entretanto, questionamos se um discurso não poderia se posicionar como destrutivo – no sentido de querer dismantelar o *status quo* –, mas na realidade ser meramente transformativo e buscar em um passado ainda mais “originário” as motivações para suas ações sociopolíticas.

Uma das narrativas que podem ser apontadas como parte desses discursos motivacionais para manutenção da comunidade nacional é o da securitização da migração. Collyer (2006) discute como a introdução deste tema está associada ao fim da Guerra Fria e, assim, ao fim de uma interpretação de ameaça como derivada de relações interestatais. O cenário de disputas de poder existente até esse momento relegava o tema da segurança a uma posição secundária: ter poder significava ter segurança (Buzan 1983). Esse foco no nível estatal, embora compreensível em seu contexto histórico, negligencia as relações entre indivíduo, estado e sistema internacional – os três níveis de análise propostos por Waltz na Teoria das Relações Internacionais – e como cada um desses níveis possui influência sobre os demais (Ibidem). A passagem para o que estamos aqui considerando pós-modernidade permitiu o reconhecimento de áreas de exercício de poder que iam além do poder militar estatal, com a emergência do *soft power*¹ (Nye 2004) e a abertura para atores internacionais que não os estados-nações (Nogueira e Messari 2005). Na Europa, é necessário compreender que práticas de segurança funcionam no interior da esfera política, abrangendo diferentes perspectivas quanto à mobilidade humana (Huysmans and Squire 2009). Huysmans (2000) argumenta que a “europeização” de

¹ Utilização da cultura, tecnologia e da ideologia de um Estado como moeda de negociação e para legitimização de sua posição no cenário internacional.

políticas migratórias que se deu a partir de 1980 serviu para solidificar a securitização da migração, porque ao estabelecer privilégios de mobilidade para essa comunidade interna também abriu espaço para esforços de excluir e regular aqueles que vinham de fora, o que contribui para o conceito de “Europa-fortaleza”. Para além disso, a atenção à questão migratória foi reforçada após o 11 de setembro de 2001, quando o ataque às torres gêmeas marcou os parâmetros pelos quais ataques terroristas subsequentes seriam encarados (Buonfino 2004; Collyer 2006).

Isso não impediu que as narrativas construídas tomassem significações além do terrorismo. Mesmo antes do 11 de setembro, a compreensão de segurança já se deslocava para incluir esferas além da estatal, como a divisão de Buzan (1983) da segurança entre os setores militar, político, econômico, ambiental e societal, com a migração sendo atribuída a esta última esfera. Weiner (apud Collyer 2006) comenta sobre situações em que o país não está verdadeiramente em perigo, mas em que a estabilidade da nação também passa a ser interpretada como uma questão de segurança, e divide a concepção dos migrantes como ameaça em cinco categorias: como oponentes do regime nacional; como um risco político para a sociedade de assentamento; como uma ameaça para a identidade cultural; como um risco econômico ou social; e como um risco para a sociedade de origem, caso sejam usados como reféns. Essas categorias são interessantes por demonstrarem como a securitização se expande para incluir as dimensões do *soft power* e como se articulam ao redor do imaginário de uma unidade nacional.

Os imigrantes não-documentados são colocados como um alvo específico dessa securitização, não por qualquer evidência empírica que comprove uma maior tendência à participação na criminalidade, mas por sua condição irregular e pela impossibilidade de serem rastreados (Collyer 2006). Da mesma forma que a perpetuação de desigualdades étnicas entre indivíduos da sociedade de assentamento leva à suspeita de membros de um determinado grupo pela simples possibilidade de estarem em condição irregular, marcadores que identificam essas pessoas como não-cidadãos também são adotados pelas forças do estado, como a polícia, e utilizados na sua sondagem de ameaças (Collyer 2006). Falando especificamente da situação na União Europeia, Collyer (2006, 267, tradução nossa) remarca que “é importante que qualquer ameaça à ‘segurança social’ surja de fora da sociedade onde a segurança está sendo ameaçada”. A “europeização da política migratória” engloba não só medidas de segurança como também um espetáculo

discursivo entre atores políticos, o que alimenta sentimentos negativos contra as comunidades de estrangeiros étnicos (Huysmans 2000).

Essa criminalização do imigrante é anterior ao modelo de securitização do pós-onze de setembro. Hall et al. (1978), por exemplo, discute o processo pelo qual *muggings* (assaltos a mão armada) e a comunidade negra foram associados na Grã-Bretanha da década de 1970, apesar dos assaltos descritos também serem realizados pela população branca. Embora não entrem no mérito de se realmente existia mais alta criminalidade nessa parcela da população, os autores defendem a necessidade de compreender a hostilidade que se criava entre a comunidade negra – especificamente sua camada mais jovem – e a polícia como produto das relações de poder da sociedade britânica. A juventude negra aparecia como uma fração distinta do proletariado metropolitano, cuja discriminação derivava de um enquadramento tanto racista quanto capitalista (Hall et al. 1978). Em sua conclusão sobre como as instituições nacionais reproduziam essas tensões, os autores escrevem:

A posição da juventude negra, definida em termos da reprodução das relações de classe através do sistema educacional, do mercado habitacional, da estrutura ocupacional e da divisão do trabalho, não pode ser devidamente analisada fora do enquadramento do racismo. O racismo não é simplesmente a atitude discriminatória (...) É o mecanismo específico que “reproduz” a força de trabalho negra, de uma geração para outra, em lugares e cargos racialmente específicos. (Hall et al. 1978, 389, tradução nossa)

Em uma abordagem similar, de Giorgi (2010) estuda essa criminalização do imigrante a partir da perspectiva neomarxista da “economia política da punição”, que encara o sistema penal nacional como uma forma de regulação da força de trabalho, a qual passa a incluir esses grupos de estrangeiros étnicos. O poder punitivo incorporado pela prisão seria importante não só pela disciplinarização da população em geral que já discutimos aqui, mas pelo seu papel na domaçoão de grupos tumultuosos, considerados “classes perigosas” e gerados pela própria desigualdade do sistema capitalista (Schumpeter 1942 apud de Giorgi 2010).

De Giorgi (2010) afirma que, enquanto nos Estados Unidos a ameaça imigrante foi evocada a partir do medo de competição no mercado de trabalho nacional ou de abusos dos auxílios estatais, na Europa esta construção se deu por meio da estigmatização do imigrante como criminoso. O autor reconhece que essa imagem é perpetuada por retóricas populistas promovidas por partidos políticos e pela mídia de massa, com o objetivo de explorar inseguranças públicas em prol de interesses particulares. Esses enquadramentos discursivos criam necessidades de resposta por parte do governo estatal, que se traduzem

não só em ações punitivas, mas em uma politização generalizada da temática migratória (Buonfino 2004). Colocamos essa interação entre opinião pública e mídias no desenvolvimento de políticas governamentais como as “políticas de identidade” de Hill e Wilson (2003).

Outra vertente do discurso de politização é a economização da migração, que, embora apontada por de Giorgi (2010) como mais evidente nos Estados Unidos, ainda se faz presente na realidade europeia. Forças conflitantes fazem parte dessas negociações de poder, havendo, por um lado, os agentes econômicos – frequentemente da elite – que se beneficiam da chegada de mão-de-obra barata e vulnerável, e por outro lado a comunidade interna que sofre com consequências socioeconômicas do modelo neoliberal e que vê como ameaça a força de trabalho imigrante (Buonfino 2004). A literatura da área também chama atenção para a intensificação da *group relative deprivation* (privação relativa do grupo), que seria a sensação da comunidade interna de estar sendo privada de determinados recursos – que são vistos como limitados – devido à presença imigrante (Buonfino 2004; Meuleman et al. 2020).

Essa politização é exacerbada pela existência da União Europeia, fazendo surgir uma visão do exterior como fonte de perigo em comparação com a segurança da Europa (Collyer 2006), que é perpetuada não só pela mídia e pela opinião pública, mas também por partidos políticos. Buonfino (2004) e Bourbeau (2011) abordam como processos de politização e securitização estão ligados ao posicionamento discursivo de atores políticos e midiáticos, que influenciam o público. Bourbeau (2011), especificamente, fala sobre como a politização da imigração não significa que esta será necessariamente enquadrada como algo negativo e reflete sobre os diferentes graus de securitização que o tema possui, dependendo do contexto – no caso, entre o contexto canadense e o francês. Tendo em mente os formatos distintos que a politização e securitização da imigração podem tomar, gostaríamos de enfatizar o papel do que Norris e Inglehart (2019) chamam de “política do medo”, que seria a manipulação da imagem do “outro” em oposição à comunidade identitária nacional, de modo que os partidos possam se posicionar como os defensores dos interesses dessa comunidade interna. É uma perspectiva partilhada por Buonfino (2004, 34, tradução nossa) ao descrever como tanto os partidos de extrema direita quanto os meios de comunicação de massa “entendem que a maneira mais conveniente de atrair as massas é produzir medo pelo próprio bem-estar”.

A transferência de culpa para uma fonte externa diante de momentos de crise econômica se revela uma estratégia discursiva bem-sucedida, como exemplificado pelo sucesso eleitoral de partidos de extrema-direita em alguns países europeus (Norris e Inglehart 2019; Meuleman et al. 2020). Essa retórica nacional da securitização aparece em contraponto ao movimento de organizações supranacionais – a União Europeia – para a proteção de direitos humanos e da democracia (Buonfino 2004); apesar da pluralidade instaurada pela pós-modernidade, o poder ordenador do estado se faz presente na maneira como segurança e territorialidade se mantêm interconectadas.

Tendo em mente as diferentes formas de fechamento aqui descritas, exploraremos nos próximos capítulos as estratégias políticas pelas quais os partidos alcançam seus eleitorados e como essas se articulam com as condições da migração no cenário internacional.

Capítulo II: Migração na pós-modernidade

O fim da Guerra Fria foi interpretado por muitos como representativo de uma tendência mundial para o abandono do sistema intervencionista keynesiano em prol do neoliberalismo, mas, embora esse último tenha tido influência nos projetos de integração internacional que se seguiram – o projeto europeu, em particular –, sua adesão esteve associada à adaptabilidade de princípios neoliberais a comprometeros sociais preexistentes (Ventresca 2021). Não existe uma corrente de pensamento única sobre a influência da globalização na organização estatal, em particular no que diz respeito a orientações políticas e ao favorecimento ou não do estado de bem-estar social. Weiss (2000) comenta sobre as diferentes vertentes no estudo da globalização, que visam definir se as redes transnacionais que se estabelecem continuam a se inserir num modelo estado-nacional ou se podem ocasionar uma alteração na configuração de poder para fora das mãos do estado. A literatura da área apresenta posicionamentos contrastantes: podem encarar a liberalização do cenário internacional como um impulso para o aumento de competitividade interestatal, o que ocasionaria menor intervenção governamental na economia para tornar o estado mais atrativo para a economia internacional; podem acreditar em um movimento compensatório por parte do estado de intervenção para combater a insegurança do mercado neoliberal; ou podem interpretar o estado de bem-estar social como dissociado do processo de globalização (Weiss 2000; Genschel 2004; Meinhard e Potrafke 2012). Em última análise, parecem ser as características domésticas que determinam as estratégias tomadas pelo estado e pelos partidos no seu apelo ao povo (Swank e Betz 2003; Genschel 2004).

Dentre essas características, temos a insegurança causada pela pós-modernidade. Uma temática recorrente na literatura é aquela de “vencedores” e “perdedores” da globalização, especificamente no campo econômico, sob cuja perspectiva a comunidade interna à nação acabaria sendo prejudicada pela flexibilização do capital, com a parcela de menor nível educacional sendo uma das mais vulneráveis (Swank e Betz 2003; Norris e Inglehart 2019). Como mencionado no capítulo passado, essa insatisfação não é ignorada pelos atores políticos, no caso os partidos. De fato, Swank e Bertz (2003) comentam sobre como partidos populistas de extrema-direita, cuja popularidade parece aumentar diante da intensificação dos processos de modernização contemporâneos, tendem a englobar programas neoliberais combinados com um posicionamento antissistema e anti-imigração.

O estado de bem-estar social aparece, nesse contexto, como um fator que se contrapõe à virada para a extrema-direita, exatamente por neutralizar parte da insegurança causada pela competitividade contemporânea (Swank e Betz 2003). Isso sugere que um estado de bem-estar social abrangente diminui a susceptibilidade do eleitorado aos discursos motivacionais de partidos anti-imigração, possivelmente por diminuir também a vulnerabilidade intrínseca ao sistema neoliberal internacional. As nuances desses posicionamentos políticos serão melhor exploradas no próximo capítulo, mas torna-se necessário olhar também para as tendências migratórias mundiais, para que possamos compreender como a dualidade cidadão/migrante, ou até grupo étnico nativo/grupo étnico estrangeiro, se encaixa no contexto europeu do século XXI, que inclui tanto esse movimento anti-imigração quanto sistemas de bem-estar social bem estabelecidos.

II.1. Migração no mundo globalizado

O estabelecimento da modernidade ocorreu em paralelo com diferentes movimentos migratórios, que permitiram não só o avanço de ideais iluministas ou de uma compreensão mais horizontal de comunidade, mas também a fixação de fronteiras administrativas e territoriais (Anderson 2006). Seria impossível pensar o mundo atual sem os fluxos de pessoas e informações que o constituíram. Embora a literatura da área não possua uma interpretação única das dinâmicas migratórias que se estabelecem, tomamos como base a divisão de Bauman (2013) em três fases da migração moderna: o período colonial, durante o qual migrantes europeus espalharam-se pelo mundo em busca de “terras vagas”, que na realidade seriam aquelas cujos habitantes nativos não possuíam o poderio para se opor à ocupação europeia; o início do declínio colonial, em que nativos das antigas colônias passam a ir para as metrópoles no seguimento da descolonização e se submetem ao processo de assimilação designado pelo estado-nação para manter a unidade política e cultural de sua comunidade interna; e a chamada “era das diásporas”, que se diferenciaria das demais por possuir fluxos mais multilaterais, a partir dos quais os indivíduos se estabelecem em redes transnacionais.

Embora não seja ainda claro o efeito do sistema internacional neoliberal sobre o estado de bem-estar social, parece haver um consenso sobre como o estágio de modernização ao qual chegamos causa uma intensificação dos movimentos migratórios (Bauman 2001; 2013; Norris e Inglehart 2019). Autores propõem que a liberalização econômica e o estabelecimento de trocas comerciais ocasionam fluxos de pessoas de uma

forma que não seria mais unidirecional; fato este que é potencializado pelas desigualdades que se agravam tanto internacional quanto internamente (Czaika e Haas 2014). Czaika e Haas (2014) questionam, entretanto, a hipótese de ter havido uma “globalização da migração” e demonstram que a diversificação das origens desses fluxos não significa que também houve multiplicação nas escolhas para assentamento.

A Europa possui uma trajetória única nesse sistema, dado que começou como uma zona de emigração durante a primeira fase proposta por Bauman (2013). A literatura descreve como os estados europeus só se tornaram países de imigração após a Segunda Guerra Mundial e como esse processo não ocorreu imediatamente, nem de forma igualitária por todos os países (Münz 2007). Nas décadas de 1950-1960, a demanda por mão-de-obra em alguns estados se refletiu no aumento da migração intra-europeia, com países como Portugal e Itália mantendo seu papel de emigração laboral (Ibidem). Ao mesmo tempo, os processos de descolonização que se instauravam ocasionaram a volta para as metrópoles de parte da população colonizadora, à qual se adicionavam nativos das colônias, que seguiam o fluxo para regiões com as quais compartilhavam conexões linguísticas, culturais, etc. (Münz 2007; Bauman 2013; Czaika e Haas 2014).

Embora a França e a Alemanha já apresentassem uma tendência de imigração durante a década de 1960, foi durante 1970 que a migração laboral na Europa ocidental alcançou o seu auge, sendo também quando medidas de controle migratório passaram a ser instauradas (Münz 2007; de Giorgi 2010). Münz (2007) coloca esse período como o momento em que países receptores interromperam seu recrutamento, devido ao aumento da população nacional ativa e à crise do petróleo de 73. De Giorgi (2010) adiciona que foi quando se estabeleceu a base para os modelos regulatórios da atualidade, apontando as crescentes taxas de desemprego e a estagnação econômica como fatores internos dos estados. Apesar desse movimento para um fechamento, na década de 70, Portugal especificamente registrou uma balança migratória que tendia fortemente para a imigração, no que foi encarado como um resultado do fluxo pós-colonial (Münz 2007; Baganha, Marques, e Góis 2009).

Seria aproximadamente duas décadas mais tarde que países como Portugal, Espanha e Itália – até então conhecidos como fornecedores de mão-de-obra para o resto da Europa – iriam adotar medidas de controle sobre a chegada de imigrantes do Sul global (de Giorgi 2010). O final do século XX foi, portanto, marcado pela contraposição entre, de um lado, um mundo que adentrava na pós-modernidade e perdia suas barreiras

culturais e econômicas como produto da compressão espaço-tempo, e, do outro, um reforço de sistemas regulatórios por parte dos estados-nações para manter sua unidade, especialmente no que dizia respeito à imigração (Ibidem).

Simultaneamente, houve a partir de 1980 um foco na integração europeia, que levaria à transição da Comunidade Econômica Europeia para a União Europeia (UE) e ao estabelecimento do Espaço de Schengen na década de 1990, com uma relativa dissolução das fronteiras nacionais pertencentes a essa comunidade. A liberdade interna, contudo, demandou que novas restrições fossem instauradas externamente, de modo que os controles fronteiriços da UE mantivessem certo grau de uniformidade e fechamento (Eilstrup-Sangiovanni 2021). A entrada de países do leste europeu teria se apresentado como um desafio ao status quo da região, porque incluiu estados com experiências culturais e sociopolíticas distintas; que não possuíam a mesma tradição democrata e cujas comunidades nacionais eram menos igualitárias (Schimmelfennig 2021; Eilstrup-Sangiovanni 2021).

A politização dessa integração diante dos desafios e crises que ocorreram desde os anos 90 – intensificação do fluxo migratório vindo do leste europeu, a crise econômica de 2008, a crise migratória de 2015 e a pandemia de 2020, para citar algumas – contribuiu para a idealização do paradigma da “Europa-fortaleza”, que defenderia a manutenção da comunidade europeia interna através da fortificação das fronteiras externas, visando a proteção dos valores imaginados como nacionais (Eilstrup-Sangiovanni 2021). Uma outra perspectiva que cresce é a do euroceticismo, a partir da qual partidos tomariam um posicionamento nacionalista, mais isolacionista, de reintrodução das fronteiras entre os estados europeus para combater os efeitos negativos de privação causados pelo sistema neoliberal internacional – é o que Schimmelfennig (2021) chama de “reação populista”.

É preciso reconhecer que a instauração de obstáculos ocorre como reação, no decorrer do século XX, ao processo de descolonização, às mudanças demográficas, ao crescimento econômico e à criação da União Europeia, que tornaram a Europa uma zona de grande interesse para a imigração (Czaika e Haas 2014). Similarmente, o fim de regimes comunistas e a emergência de conflitos intraestatais levaram à intensificação de fluxos migratórios durante a década de 1990 (Münz 2007), em despeito das barreiras impostas. Houve, assim, uma diversificação dos países de origem dos migrantes, que não foi refletida nas suas escolhas de destino (Czaika e Haas 2014). Pelo contrário, foi observada uma concentração dos destinos migratórios, especificamente no Norte global,

acompanhado por um declínio nos fluxos para a América Latina e a África (Czaika e Haas 2014).

Surge o que Czaika e Haas (2014) chamam de *hubs* regionais de migração, caracterizados por serem um número limitado de pontos de atração que recebem migrantes de uma rede cada vez mais diversificada de países. A partir de tal constatação, os autores questionam a ideia de que a globalização teria criado um cenário internacional mais igualitário e argumentam que esse processo foi, na realidade, altamente assimétrico, favorecendo determinados países e regiões, classes sociais e grupos profissionais. De fato, quando falamos de um direcionamento por parte dos estados quanto ao tipo de imigrante que é concedido acesso, essa categorização não fica restrita a questões culturais. Na conclusão de seu artigo, Münz (2007) fala sobre como a imigração é essencial para alguns estados-nações e sobre como o real desafio não é impedir a entrada de migrantes, mas sim atrair aqueles que são de interesse para o desenvolvimento econômico.

Temos assim a definição dos imigrantes *desejáveis*, que seriam responsáveis por complementar a população nacional ativa nos setores onde há necessidade, e os *indesejáveis*, que combinam as imagens de ameaça cultural e econômica. Isso ocorre devido ao fato que nem todo tipo de trabalho pode assumir a extraterritorialidade que Bauman (2001) diz ser característica do capitalismo leve. Para aqueles cargos que não podem ser desterritorializados, ocorre um movimento contrário: em vez do trabalho ser movido para países cujas circunstâncias trabalhistas são benéficas às empresas, os trabalhadores em condição de vulnerabilidade são permitidos entrada ao estado-nação, porque aceitam condições de trabalho inferiores às da comunidade interna e não possuem as mesmas proteções que os cidadãos (de Giorgi 2010).

Essas circunstâncias são muito bem detalhadas por Holmes (2019) em seu estudo da agroindústria nos Estados Unidos e do papel do imigrante sazonal – no caso, mexicano e indígena – na colheita de frutas. O autor situa o sofrimento desses indivíduos no contexto do sistema neoliberal internacional, dentro do qual a competição com grandes empresas estabelece a migração como um movimento forçado, derivado das desigualdades cada vez mais graves nas comunidades originárias. Ao mesmo tempo, Holmes descreve como a presença imigrante também se torna necessária no interior da sociedade estadunidense, porque a agroindústria nacional passa a depender das poucas exigências desses indivíduos para se manter em competição com rivais internacionais.

É o que Holmes (2019) chamou de “contínuo de vulnerabilidade estrutural”, que seria a capacidade de olhar para o agronegócio estadunidense dentro da cadeia hierárquica internacional como possuinte de relativamente baixo poder quando comparado a multinacionais e outros atores, sendo vulnerável às mudanças do meio, mas também refletiria sua posição de maior poder em relação aos seus trabalhadores, especialmente os imigrantes não-documentados. O autor afirma que “a remuneração e as condições laborais dos apanhadores [...] funcionam como amortecedores entre as alterações do mercado e a viabilidade do resto do negócio” (Holmes 2019, 161). Sua crítica, portanto, é ao próprio sistema neoliberal como causador de incerteza e como incitador da presença imigrante.

Apesar do autor colocar o imigrante como benéfico para a economia local, também aponta os constantes obstáculos por eles encarados, não só para poder atravessar a fronteira, mas no próprio ambiente de trabalho. Utilizamos sua investigação para ilustrar as condições da migração no cenário atual, de modo que possamos compreender como tanto os fluxos migratórios quanto as barreiras impostas são produtos das assimetrias nas relações de poder presentes no processo de globalização. Holmes (2019) descreve como o trabalho nos campos agrícolas é marcado por hierarquias de base étnica, seguindo divisões de raça, classe social e cidadania. A aceitação de más condições laborais e do racismo presente nas relações de trabalho por parte do imigrante deriva de seu limitado acesso a direitos civis, sociais e políticos, além do medo do poder punitivo do estado (de Giorgi 2010; Holmes 2019). Essa vulnerabilidade no interior da sociedade de assentamento, associada às necessidades econômicas que os levam à emigração em primeiro lugar, colocam esses indivíduos em uma posição de subjeção a sofrimentos corporais e psicológicos.

É verdadeiramente possível culpar o sistema neoliberal pela experiência migratória daqueles que não tem a sorte de serem considerados *desejáveis*? Essa pergunta não possui uma resposta clara, embora existam indícios de que a presença de um estado de bem-estar social abrangente possa diminuir os sentimentos anti-imigração (Swank e Betz 2003; Mau e Burkhardt 2009). Similarmente, autores da área sugerem que crises econômicas podem causar aumento da insegurança da comunidade nacional e que a percepção da ameaça, instigada certas vezes por discursos políticos, é o que leva à intensificação da hostilidade contra imigrantes (Swank e Betz 2003; Hjerm e Nagayoshi 2011). Quanto à atitude para com estrangeiros, Mau e Burkhardt (2009) comentam que cidadãos de regimes socio-democráticos tendem a se posicionar de forma mais positiva,

mas que características como nível educacional, idade e alinhamento político também alteram esses comportamentos. Esse postulado coincide com o que foi proposto por Norris e Inglehart (2019) sobre as mudanças culturais que acompanham a globalização e como estas alteram o posicionamento quanto à imigração.

Nós tocamos nesse assunto quando falamos das novas experiências trazidas pela pós-modernidade e como estas colaboraram para uma nova compreensão de sujeito, a partir da qual a identidade individual transborda para além do nacional. As transformações propostas por Norris e Inglehart (2019), por sua vez, falam de mudanças nos valores sociais trazidos pela contínua modernização no Ocidente, de modo que a própria percepção da diferença não seria mais encarada com medo, pelo menos por uma parcela da população nacional. O primeiro fator a ser analisado é o da reposição populacional, em que a morte da população mais velha e a chegada de jovens à idade ativa ocasionam alterações no que é valorizado pela maioria, devido a diferentes experiências de vida: de indivíduos nascidos durante o período entre-guerras para os chamados *Millennials* (nascidos entre 1980 e 1996), que cresceram dentro da era da globalização (Norris e Inglehart 2019).

Ocorreu também uma revolução educacional no Ocidente, em que a população passou a ter mais acesso à educação superior, com um aumento geral do nível de escolaridade (Ibidem). Sobre o efeito dessas mudanças, Norris e Inglehart (Ibidem, 39, tradução nossa) afirmam que “além de estar fortemente ligada a valores pós-materiais e atitudes socialmente liberais, a educação expande as habilidades cognitivas, conhecimentos e capacidades das pessoas. A geração Millennial cresceu na era da informação, onde o ambiente tecnológico alterou profundamente o uso de mídia, comunicações digitais, conectividade em rede e barreiras geográficas para o mundo além das comunidades locais e nacionais”. De acordo com os autores, a própria vivência escolar teria sido alterada pela presença de estudantes internacionais nas universidades do Ocidente.

Não é só no ambiente universitário que se identifica um aumento da diversidade étnica. O influxo de migrantes em sociedades pós-industriais, em particular na Europa ocidental, transforma a comunidade interna, especialmente diante da queda da taxa de natalidade entre a população nativa (Norris e Inglehart 2019). Como discutido anteriormente, a diversificação étnica da população aparece como uma força descentralizadora do sujeito, mas também permite a socialização desse pluralismo como

parte de uma mesma sociedade (Bhabha 1998; Norris e Inglehart 2019). Esse pluralismo é intensificado em zonas metropolitanas, que aparecem como focos de atenção migratória no que Czaika e Haas (2014) interpretam como uma consequência de processos de urbanização e de migração rural-urbana. A urbanização em si também é colocada como outro aspecto da modernização que causa mudanças estruturais na vida da população (Norris e Inglehart 2019).

Essas transformações a longo prazo de valores não ocorrem de maneira linear, no entanto, sendo afetadas também por fatores externos ao simples progresso da modernidade. Ao falarmos da securitização da migração, discutimos como o onze de setembro de 2001 afetou a concepção internacional do que englobava segurança nacional; foi um exemplo de como eventos históricos interferem com o imaginário coletivo. Norris e Inglehart (2019) indicam que tanto acontecimentos temporalmente-específicos quanto legados culturais possuem uma ação negativa sobre a tendência para atitudes socialmente liberais que é vista na pós-modernidade. Talvez mais importante que os eventos em si sejam os discursos que surgem sobre esses temas. Não é incomum que lideranças políticas se utilizem do contexto histórico para explorar inseguranças do público e influenciar o eleitorado em seu favor (Swank e Betz 2003; Mau e Burkhardt 2009; Norris e Inglehart 2019).

Tendo em mente a maneira como a experiência humana foi alterada na pós-modernidade, Norris e Inglehart (2019) estudaram a teoria do *cultural backlash* (reação cultural), na qual o reconhecimento dessas transformações estruturais e sociais desencadeia uma reação de retorno a valores considerados originários, presente especificamente no grupo previamente dominante. Essa colocação se assemelha à concepção de Anderson (2006, 101, tradução nossa) de como o nacionalismo oficial da segunda onda seria uma “estratégia antecipatória adotada por grupos dominantes que são ameaçados com marginalização ou exclusão de uma emergente comunidade nacionalmente imaginada”. Ou seja, seria possível sugerir que existe historicamente um movimento reativo de fechamento sempre que forças descentralizadoras ameaçam a hegemonia preestabelecida.

Esse pressuposto se alinha a Norris e Inglehart (2019, 449, tradução nossa) quando colocam o alinhamento conservador como uma “nova minoria cultural”, que se mantém normalmente entre a população branca, menos educada, de gerações mais velhas e que vivem em zonas rurais, setores que os autores classificam como em declínio nas

sociedades pós-industriais ocidentais. Sua insatisfação e “reação cultural” se manifestam por meio de escolhas eleitorais, motivadas também pelas características do discurso político contemporâneo: na extrema-direita e sua defesa da comunidade interna nacional; mas também na incorporação da retórica anti-imigração por partidos de outros alinhamentos de forma a alcançar esse eleitorado (Hall 2006; Norris e Inglehart 2019).

II.2. Migração em Portugal

O caso português deve ser compreendido como parte do contexto do sul europeu de países que até recentemente eram conhecidos pela emigração da mão-de-obra para o resto da Europa ocidental, papel esse que não os impediu de acompanhar, já na década de 1990, a tendência europeia de recepção de imigrantes do sul global (Machado 1997; Peixoto 2007; Baganha, Marques, e Góis 2009). Isso não significa que suas circunstâncias se tornam completamente homogêneas: a Península Ibérica foi encarada como a “nova porta de entrada” para a Europa, participando em percursos circulares nos quais nem todo migrante que imigra para Portugal necessariamente planejava permanecer ali (Machado 1997). Machado (1997) descreve que esse fenômeno não era novo, sendo observado já na década de 1950 com imigrantes caboverdianos.

O autor aponta quatro fluxos de pessoas que compõem a realidade portuguesa: a imigração, a emigração, o regresso de emigrantes e o retorno das ex-colônias. Estes dois últimos teriam funcionado no final século XX como uma maneira de equilibrar a balança migratória portuguesa, que por muito tempo tendeu para a emigração. Diz que, após um período de estagnação entre 1975 e 1980, Portugal manteve um fluxo considerável de saídas, das quais uma parcela tinha países não-europeus como seu objetivo, como os Estados Unidos e o Canadá. Observa-se, então, que apesar do foco dado à imigração no imaginário nacional desde a década de 1990, Portugal não possui o mesmo perfil migratório que o resto da Europa, mesmo entre os países do sul europeu, porque não perdeu sua tradição de emigração (Peixoto 2007).

Relevante também é a constituição desses fluxos, que coloca Portugal numa posição de ser, ao mesmo tempo, centro e periferia: é fonte de mão-de-obra não-qualificada para o resto da Europa, mas fonte de trabalhadores qualificados para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); simultaneamente, recebe mão-de-obra qualificada europeia e não-qualificada africana (Pires 1990; cf. Machado 1997). Peixoto

(2007) descreve como esse padrão se manteve no início do século XXI: embora a balança migratória portuguesa já tendesse para a imigração, um número significativo de emigrantes se deslocava, de forma permanente ou temporária, com foco principalmente nos demais estados da União Europeia e com motivações econômicas para tal movimento.

Seu fluxo migratório, especificamente, foi constituído até os anos 90 por indivíduos provenientes de antigas colônias portuguesas – os PALOP e o Brasil – no que Peixoto (2007) chama de “sistema migratório lusófono”. No final do século XX, Portugal se destacava como destino para imigrantes vindos do chamado “terceiro mundo”, mas a conexão linguística entre a sociedade de origem e a de assentamento indicava que essa escolha era baseada não em puros interesses econômicos, mas sim em semelhanças culturais (Machado 1997). Machado (1997) enfatiza, entretanto, que a presença de imigrantes dessas mesmas origens em outros países europeus demonstra que o fator econômico ainda se sobrepõe ao cultural e que, por vezes, Portugal era um país de passagem para o resto da comunidade europeia.

Esse “sistema migratório lusófono” se inseriu em um contexto de busca por mão-de-obra advinda do crescimento econômico e do projeto de integração europeu, mas também da consolidação do paradigma da “Europa-fortaleza”, fazendo com que leis de controle migratório fossem propostas; no caso português, por exemplo, foi aprovada em 1993 uma lei de restrição à imigração, encabeçada pelo Partido Social Democrata (PSD), que representava a centro-direita (Carvalho e Duarte 2020). Esse fato é indicativo do que discutiremos no próximo capítulo quanto à inserção da temática migratória no cenário político, primeiramente por partidos de direita e posteriormente alcançando os demais alinhamentos.

Em contrapartida, observam-se iniciativas portuguesas que favoreciam a entrada de imigrantes vindos dessa rede lusófona. Carvalho e Duarte (2020) apontam o Partido Socialista (PS) – um partido de centro-esquerda – como líder na promoção desse tratamento preferencial em meados da década de 1990, que possibilitava um caminho legal de imigração para uma tipologia de indivíduos mais facilmente assimilada à comunidade nacional. Machado (1997) enquadra tal atitude num interesse português mais geral de manter um relacionamento privilegiado com suas antigas colônias, chegando a citar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como parte desse projeto. De fato, veremos nos capítulos IV e V como a concepção da lusofonia se faz presente no imaginário nacional português e nos discursos de partidos atuais.

A integração ao cenário internacional após 1990, com o fim da União Soviética, permitiu uma diversificação dos fluxos de imigração, que passaram a incluir indivíduos do leste europeu (Peixoto 2007). Essa entrada foi estimulada pelo crescimento econômico do país e pelo desenvolvimento do setor de construção civil entre as décadas de 1990 e 2000, que atraiu mão-de-obra não-qualificada (Peixoto 2007; Carvalho e Duarte 2020). O conseqüente fluxo do leste europeu foi encarado por Peixoto (2007, 462) como “o primeiro sintoma alargado do funcionamento de redes de tráfico e contrabando de migrantes organizadas”. De fato, Baganha, Marques, e Góis (2009) e Carvalho e Duarte (2020) comentam sobre como indivíduos do leste europeu representavam uma parcela significativa dos pedidos de regularização feitos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) durante os anos 2000.

O início do século XXI foi marcado por mudanças legislativas que flexibilizaram o acesso à nacionalidade portuguesa, e também pela prevalência de imigrantes vindos da CPLP, com destaque para os brasileiros, que são colocados como os protagonistas dessa terceira onda de imigração (Borrego 2016). Apesar desse novo influxo, artigos da época indicam não ter havido um movimento político anti-imigração, posicionamento que esperavam se manter no final da década de 2010, mesmo com a crise migratória de 2015; a baixa recepção de refugiados por Portugal em comparação com o resto da Europa significava também que a atenção a este tópico não se intensificava (Borrego 2016; Carvalho e Duarte 2020). Ademais, Carvalho e Duarte (2020) atribuem aos partidos políticos a responsabilidade pela fraca politização da imigração em Portugal entre 1995 e 2014, dizendo haver um consenso entre os partidos tradicionais que restringia o nível de relevância alcançado pelo tema no cenário político. É uma realidade que destoa novamente das tendências europeias, que já pendiam para um maior controle dos fluxos migratórios (Ibidem).

Capítulo III: Populismo e nacionalismo contemporâneos

O movimento político anti-imigração que emerge no continente europeu desde meados do século XX é de difícil classificação, sendo estudado na literatura sob diferentes nomenclaturas que, embora não englobem exatamente as mesmas características, aparecem como parte da reação cultural às transformações da sociedade pós-moderna (Betz e Johnson 2004; Eger e Valdez 2015; Greven 2016; Norris e Inglehart 2019). Chamadas de direita radical, extrema direita, populismo de direita, neonacionalismo, entre outras denominações, fica claro que a maior parte dos estudos tem como foco o alinhamento com a direita, que tende a transferir a culpa das inseguranças contemporâneas para a ameaça imigrante, isentando o sistema neoliberal.

Levando em consideração a conexão entre conservadorismo e a direita, nos voltamos para uma análise histórica do desenvolvimento desta última na Europa do final do século XX. Segundo Yilmaz (2012), a forma contemporânea do discurso da direita na política europeia teve início na década de 1980, quando o autor argumenta ter havido uma “culturalização” da retórica. Embora tenhamos estudado no primeiro capítulo a importância da cultura no estabelecimento da unidade política do estado-nação, o momento apontado por Yilmaz (2012) marcaria a utilização da ideologia nacional por partidos específicos para a angariação de votos, respondendo especificamente à presença imigrante que se intensificara desde a segunda guerra mundial.

De caráter populista, esse discurso igualava “povo” e “nação”, ao mesmo tempo que excluía desse grupo interno os imigrantes – com foco na população muçulmana – e as elites cosmopolitanas, que não teriam feito nada para impedir a entrada de estrangeiros (Yilmaz 2012). Greven (2016) remarca sobre os antagonismos articulados por esses partidos, primeiro pelo incentivo à alteridade que deriva dessa binaridade entre o “nós” e o “outro” e, em segundo lugar, pela colocação do governo vigente como parte das elites que falharam ao “povo”. Frequentemente, a direita populista se situa como representante de uma “maioria silenciosa”, projetada como a verdadeira comunidade nacional (Mudde e Kaltwasser 2013; Greven 2016; Norris e Inglehart 2019).

Em sua revisão da literatura, Yilmaz (2012) aponta cinco explicações para a mobilização eleitoral por parte da direita populista, que colocamos em nossas palavras como: a crise de representatividade, ocasionada pela falta de alinhamento entre eleitorado e seus partidos tradicionais; o vácuo político criado pela diminuição das distinções entre direita e esquerda; as ansiedades relacionadas às transformações estruturais da pós-

modernidade; ressentimento popular ao sistema político; e a politização da imigração. A partir desse discurso se criaram categorias identitárias aplicadas à socialização do eleitorado, que introduziram a questão migratória na agenda política dos estados, mesmo fora dos partidos de direita.

Nesse mesmo sentido, Eger e Valdez (2015) contestam a homogeneidade desses partidos e sugerem que sua orientação política vem se diversificando desde a década de 1990. Buettner (2016) fala especificamente sobre o caso francês, descrevendo como a Frente Nacional e seu líder Jean-Marie Le Pen participaram desse processo na década de 1980. A autora diz ter havido uma “lepenização” da política francesa, em que o favorecimento do eleitorado à Frente Nacional forçou os demais partidos a modificarem seus posicionamentos quanto à imigração, às comunidades de estrangeiros étnicos e ao pluralismo, para poderem competir com a plataforma da extrema-direita.

Um aspecto interessante mencionado por Yilmaz (2012) é o da hegemonia: ao colocar a cultura como unificadora e organizadora da comunidade nacional, oposta à presença imigrante, o discurso político reproduziu relações assimétricas de poder. O autor demonstra como essa perspectiva se apoia em estudos que identificam o crescimento demográfico da minoria muçulmana no ocidente como causador desse choque cultural, numa observação que lembra os postulados de Said (1990) quanto às representações do “outro” no campo acadêmico. Apesar das hipóteses levantadas quanto ao aumento do número de imigrantes, argumenta que é a percepção da diferença e os discursos de alteridade – que começam com os partidos de extrema-direita – que alimentam um possível *backlash*, e não o mero contato com estrangeiros étnicos (Hjerm e Nagayoshi 2011; Yilmaz 2012).

Tendo ponderado os movimentos antissistema e anti-imigração no interior do discurso de extrema-direita e sua expansão para os demais partidos, também é relevante discutir como o posicionamento antissistema se associa à estratégia populista. Recorremos à conceitualização de populismo proposta por Norris e Inglehart (2019) como uma retórica que busca legitimidade política no apoio popular, colocado em contraponto a elites dominantes, e que faz desse desafio ao poder vigente sua principal plataforma, sem esmiuçar porque meios uma verdadeira mudança seria atingida. Autores da área indicam ainda que esse discurso é facilmente adaptável para diferentes vertentes ideológicas (Mudde e Kaltwasser 2013; Finchelstein 2017; Norris e Inglehart 2019). É importante mencionar que Doval e Souroujon (2021) oferecem uma visão mais geral

dessa questão ao compilar perspectivas quanto às direitas regionais que emergiram nas últimas décadas, buscando traçar semelhanças e distinções no interior dessa denominação e entre as suas diversas categorias (extrema-direita, direita radical, populismo de direita, totalitarismo neoliberal, etc). Fora dessa obra, temos ainda Finchelstein (2017), que aborda as ligações históricas entre o populismo e o fascismo, enfatizando como a imagem da violência fascista da Segunda Guerra possuiu efeitos na formulação do populismo – de direita, de esquerda, neofascista, neoliberal, entre outros – atual. Essa distinção entre formas de populismo aparece também em Mudde e Kaltwasser (2013), que buscam diferenciar o populismo inclusivo latino-americano do populismo excludente europeu.

A principal distinção estaria nas circunstâncias econômicas, sociais e políticas dessas zonas: a Europa possui estruturas de bem-estar social já estabelecidas, que permitem a constituição de uma comunidade interna mais igualitária quando comparada à realidade latino-americana (Mudde e Kaltwasser 2013). A prioridade desses estados seria, portanto, a manutenção do status quo e o afastamento de possíveis ameaças; uma preocupação que vemos ser refletida no eleitorado, especialmente quando falamos sobre a percepção dessas estruturas como recursos limitados, que podem se tornar escassos diante do influxo de migrantes (Buonfino 2004; Mudde e Kaltwasser 2013; Meuleman et al. 2020). Em termos materiais, no populismo europeu, isso se traduz na exclusão de estrangeiros dos serviços públicos ao qual a nação tem acesso (Mudde e Kaltwasser 2013).

O populismo inclusivo latino-americano pregaria uma participação política realizada por canais além do voto e que permitiriam maior conexão com as necessidades populares, sendo defendida a entrada de representação indígena, negra ou pobre em ambientes políticos tradicionalmente elitistas, além de um posicionamento anti-neoliberal (Mudde e Kaltwasser 2013). A base discursiva do populismo de direita, por sua vez, estaria no apelo emocional à comunidade nacional e no ataque ao “outro”, o que possibilitaria englobar indivíduos que não concordam com o “politicamente correto” e fugir da formalidade normalmente associada ao campo político (Greven 2016; Norris e Inglehart 2019). Ele seria excludente porque não aceita uma concepção plural do povo e, em vez de buscar medidas laborais que favoreçam a mão-de-obra nacional, transfere seus objetivos para a contenção da presença imigrante (Mudde e Kaltwasser 2013; Greven 2016).

O populismo europeu estaria, assim, preso em uma dicotomia de promover essa sensação de pertencimento nacional entre os cidadãos – mesmo quando estes fazem parte de diferentes gerações, classes laborais ou cidades – e de separá-los dos estrangeiros, especialmente os estrangeiros étnicos de difícil assimilação à cultura nacional. A faceta inclusiva desse movimento é melhor exemplificada pela presença dentro dos partidos de trabalhadores de colarinho azul², o que reforça o discurso de darem mais importância à experiência de vida do que ao puro conhecimento teórico (Mudde e Kaltwasser 2013; Norris e Inglehart 2019).

Apesar desse posicionamento estratégico, Mudde e Kaltwasser (2013) mantêm que “o populismo latino-americano tem predominantemente uma dimensão socioeconômica (incluindo os pobres), enquanto o populismo europeu tem primariamente uma dimensão sociocultural (excluindo os ‘outros’)” (167, tradução nossa). É interessante lembrar que, no cenário atual, a América Latina não é um ponto de atração para a imigração, muito pelo contrário, o que poderia justificar por que a questão imigrante não foi politizada no mesmo nível que na Europa. O foco do eleitorado estaria, assim, nas suas experiências laborais cotidianas e não em transformações cosmopolitanas pós-modernas.

A abertura à imigração não é o único alvo da extrema-direita populista. Swank e Betz (2003) discutem como, embora esses partidos continuem apoiando medidas neoliberais na esfera doméstica, surge também uma crítica à globalização e à integração no cenário internacional. Com isso entramos no que Norris e Inglehart (2019) chamam de valores autoritários. Os autores indicam que o movimento antissistema presente no populismo é propício para o desenvolvimento do autoritarismo, que classificam como a priorização da segurança coletiva em detrimento de autonomia individual. Torna-se relevante estudar o populismo autoritário como uma segunda vertente dos discursos anti-imigração por uma ótica que vai além da extrema-direita.

Outro autor que discute a introdução do populismo autoritário é Hall (1979), que diz existir, já em 1979, uma virada para a direita na Europa ocidental, dando ênfase à Margareth Thatcher e seu programa de governo. No contexto de crise econômica, defende que o populismo autoritário é uma resposta discursivamente construída e não uma reação

² Trabalhadores envolvidos com trabalho manual ou braçal, normalmente em setores que não exigem ensino superior.

orgânica às transformações do século XX. Hall (1979) propõe que os partidos da direita populista e os partidos sociais-democratas se constituem mutuamente, porque moldam seus posicionamentos para atender a demandas populares. Similarmente ao sugerido por Yilmaz (2012), ressurgem aqui a busca por hegemonia no cenário político, realizada por meio de estratégias discursivas e por si próprias formativas da sociedade nacional. É uma concepção que vemos, por exemplo, quando Carvalho e Duarte (2020) falam da baixa politização da imigração em Portugal até 2014, devido ao aparente consenso existente entre os partidos tradicionais.

São apresentados três componentes essenciais ao autoritarismo: a importância da segurança; a valorização da conformidade do grupo na manutenção da comunidade interna; e o estabelecimento de lealdade e obediência aos líderes dessa comunidade (Norris e Inglehart 2019). Dessas circunstâncias se pode produzir um “culto de medo” (Ibidem, 7, tradução nossa), no qual a culpa para os problemas do povo é atribuída à corrupção na política, na mídia, no sistema judicial etc, o que leva à desilusão para com a própria democracia. Norris e Inglehart (2019, 8, tradução nossa) descrevem as consequências práticas de tal posicionamento:

Quando valores autoritários e retórica populista são traduzidos em políticas públicas, a questão-chave diz respeito à necessidade de defender 'nós' ('nossa tribo') por meio de restrições sobre 'eles' ('os outros') – justificando [...] Guantánamo. Isso justifica a "tolerância zero" que separa à força filhos de imigrantes dos pais na fronteira dos Estados Unidos. Essa orientação sustenta e justifica a intolerância, o racismo, a homofobia, a misoginia e a xenofobia características dos partidos políticos autoritários. Nas relações exteriores, esse ponto de vista favorece a proteção da soberania nacional, de fronteiras seguras, forças armadas fortes e protecionismo comercial (*'America First'*), em vez da adesão à União Europeia, alianças diplomáticas, direitos humanos, envolvimento internacional e cooperação multilateral [...].

Eger e Valdez (2015) também identificam alterações na ideologia política dos partidos europeus devido à incorporação de medidas econômicas tipicamente de esquerda, como a defesa do estado de bem-estar social, em uma plataforma que mantém a esfera sociocultural excludente. Os autores defendem que, embora esse movimento anti-imigração tenha se iniciado na direita da década de 1970, seus sucessores são uma parcela dos partidos atuais que acabam por abandonar esse alinhamento político em troca do neonacionalismo. Ao mesmo tempo que deixam de assumir um posicionamento neoliberal e que tomam o apelo nacionalista como base de seu alcance eleitoral, os partidos também se tornam cada vez mais conservadores e autoritários.

A distinção estaria, portanto, no tema que os autores interpretam estar no seio da ideologia destes partidos, mas não estaria tão presente em sua aplicação prática. A partir

deste momento, observamos o que Eger e Valdez (2015) chamam de “neonacionalismo” e o que Norris e Inglehart (2019) qualificam como “populismo autoritário” como parte de uma mesma tipologia de partidos, mantendo a nomenclatura dos primeiros. Verifica-se que, apesar de evidências indicarem, como já referimos, que um estado de bem-estar social abrangente limita a expansão do sentimento anti-imigração (Swank e Betz 2003), esse fato não impediu o avanço de partidos neonacionalistas desde 1960, mesmo entre as nações europeias mais igualitárias (Norris e Inglehart 2019). Mesmo os partidos que se mantêm na direita populista transferem seu foco da preocupação com taxações públicas para a questão imigratória, que na década de 1970 começou como um problema secundário (Eger e Valdez 2015).

A culturalização da política leva Norris e Inglehart (2019) a proporem uma nova divisão dos partidos, para além da clivagem direita/esquerda, na qual o novo cenário político se organizaria entre as dualidades dos partidos serem autoritários ou libertários e pluralistas ou populistas. Entre as mensagens de seus discursos é possível identificar que partidos e eleitores neonacionalistas – voltados para o populismo autoritário – tendem a se opor ao multiculturalismo, defendendo uma postura de “lei e ordem” e a restrição do acesso ao estado de bem-estar social (Eger e Valdez 2015). A insegurança explorada no cenário político legitima visões misóginas e xenofóbicas, tornando-as até respeitáveis ao olhar público, especialmente quando representadas nas eleições e no governo (Norris e Inglehart 2019).

Eger e Valdez (2015) encaixam o neonacionalismo em um contexto de fronteiras pré-estabelecidas, onde o objetivo é a manutenção da nação a partir desses sistemas semióticos nacionais da era moderna. De fato, verifica-se nos discursos desses partidos uma nostalgia que remete a mitos originários e tradições, e a uma época melhor quando o mundo ainda não passara por todas as transformações da pós-modernidade (Norris e Inglehart 2019). Existe uma distorção dos fatos para que se adequem à lógica determinada pelos partidos, que funciona porque se vale de elementos e ideologias já estabelecidos nos “inventários populares”, que aqui denominamos sistemas semióticos nacionais (Hall 1979).

O enquadramento nacional das disputas de poder transfere o foco da mera luta de classes, tradicionalmente representada na dualidade esquerda/direita, para o que Hall (1979) diz ser uma luta de classes ideológica e política, que no primeiro capítulo vimos envolver a constituição da nação como etnia e dos estrangeiros étnicos como uma ameaça.

Partidos neonacionalistas identificam o posicionamento anti-imigração como uma resposta, discursivamente criada, à insegurança da era pós-moderna no Ocidente. Isso se traduz, também, na adoção de retóricas utilizadas durante o próprio desenvolvimento dos estados-nações, de modo a legitimar seus dizeres em uma continuidade histórica. Sabendo que essa nostalgia se manifesta por toda a Europa, quais seriam as ideologias de constituição nacional portuguesas, em particular? É preciso voltar para os sistemas de conhecimento estabelecidos até o século XX, para que possamos compreender como são resgatados em tempos atuais.

Capítulo IV: Sistemas coloniais de conhecimento e seus vestígios

Múltiplas vezes fizemos referência a sistemas de conhecimento ou a sistemas semióticos no decorrer deste trabalho, sem talvez deixar explícito o que estes termos significariam. O uso de semiótica vem da compreensão de cultura em geral como existente a partir de um sistema de signos compartilhados, por meio dos quais o indivíduo constrói o significado de seu entorno e que se alteram de acordo com os eventos ao qual o grupo está sujeito (Lotman, Uspensky, e Mihaychuk 1978). Assim, um sistema semiótico corresponderia ao conjunto de signos e símbolos partilhados por uma comunidade em determinado momento e que moldam sua perspectiva da realidade, o que inclui língua e cultura. Esse conceito deve ser compreendido dentro da virada linguística, que vimos não só situar o sujeito dentro da estrutura pré-estabelecida da língua, mas também indicar a influência que o indivíduo possui sobre a contínua reconstituição dessa estrutura (Deetz 2003; Hall 2006; 2010). Em seu estudo da teoria da representação, Hall (2010) discute a interpretação foucaultiana do poder como organizado em uma rede, dentro da qual cada indivíduo é responsável pela circulação das estruturas de saber/poder que se estabelecem. A perspectiva utilizada pelo autor permite compreender o sujeito como parte do sistema de significação que lhe envolve, como ator na formulação e interpretação do conhecimento, mas também produto desses fatores. O que chamamos de sistemas semióticos é exatamente uma recuperação daquilo que foi sugerido por Foucault, Hall e tantos outros quanto à importância da linguagem como estrutura comunicativa mutuamente constitutiva com o indivíduo.

Os sistemas de conhecimento, por sua vez, abrangem um recorte menor desse conjunto semiótico: as produções ideológicas e acadêmicas que são reproduzidas no interior do sistema educacional, sendo este último colocado como instituição de constituição identitária. Esse conceito se apoia na perspectiva pós-moderna de que “não podemos separar o mundo das ideias da realidade material, as teorias das práticas que as confirmam, o império da razão do reino da violência. (...) O conhecimento é, desde logo, objeto, operacionalização, mecanismo de produção de verdade em um determinado regime de poder” (Nogueira e Messari 2005, 195). As representações conservadas no interior da rede de poder e significado que constitui os sistemas de conhecimento são parte da constituição do sujeito.

Lotman, Uspensky e Mihaychuk (1978) discutem como o estudo semiótico da cultura revela o uso do esquecimento como parte da criação de uma memória coletiva, o

que demonstra que, para além do conjunto de signos, esse sistema incorpora processos de resignificação que são instrumentalizados. A história, portanto, aparece como um elemento de relevante estudo, pois engloba representações do passado que estão embutidas com ideologias que seu ensino perpetua. Nesse mesmo sentido, Connerton (2009) comenta sobre como a memória social é formativa de hierarquias de poder, ao ponto da retenção de conhecimento se tornar uma questão política: a maneira como esse conhecimento é concebido e apresentado legitima ou invalida posicionamentos políticos.

Sistemas de conhecimento colonial, por exemplo, foram estabelecidos no interior de um sistema de exploração que visava justificar as assimetrias ali presentes e que faziam uso do esquecimento e da manipulação de dados para traçar uma continuidade histórica que fosse benéfica para o governo vigente – era a manutenção da perspectiva hegemônica. Uma obra essencial na compreensão de como o conhecimento colonial esteve imbuído em relações de poder é o trabalho de Cohn (1996). O autor argumenta que a própria constituição do estado-nação esteve associada ao estabelecimento de um sistema educacional público que fazia das escolas “instituições civilizadoras cruciais” onde o conhecimento transferido não condizia necessariamente com a realidade empírica. Isto é, o conhecimento produzido em relação ao império e, mais particularmente, em relação ao “outro” colonial eram representações que buscavam legitimar a autoridade imperial, frequentemente privando elementos da cultura colonial de seu significado contextual originário (Cohn 1996).

Como discutimos no primeiro capítulo, os acontecimentos da era moderna e a passagem para a pós-modernidade adicionam novos pontos de vista ao cânone acadêmico, o que permite que vozes previamente marginais possam criar novos sistemas de conhecimento. Ballantyne (2008) fala sobre uma “nova história imperial”, formulada a partir da releitura do conhecimento então produzido e capaz de identificar como o domínio colonial foi estruturado sobre uma percepção de diferença – e hierarquização – cultural. Apesar de tais esforços, produções coloniais ainda são resgatadas. Isso ocorre porque, “no que diz respeito à memória social em particular, podemos notar que as imagens do passado comumente legitimam uma ordem social presente” (Connerton 2009, 3, tradução nossa).

Nosso conceito de sistema de conhecimento se aproxima do proposto por Bell (2013) quanto à diferenciação entre teoria, ideologia e imaginário imperial. O autor discute como práticas imperiais devem ser compreendidas como produto dos fenômenos

sociais, econômicos, políticos, culturais e intelectuais de seu momento histórico, formando sistemas semióticos que englobam não só aspectos teóricos como também questões materiais. De acordo com Bell (2013, 538), teorias seriam conjuntos de argumentos sistematicamente articulados, de enquadramento acadêmico, enquanto ideologias seriam as crenças, valores e opiniões normalmente partilhadas por grupos de indivíduos que direcionam suas ações e atitudes, até mesmo em termos de política pública. Existem pontos de conexão entre as duas definições, estando ambas localizadas no interior de imaginários sociais – sistemas semióticos – criados pela socialização dos indivíduos. Estes elementos são utilizados como ferramentas de legitimação para as práticas coloniais/imperiais, como veremos a seguir.

Ainda como parte dessas ferramentas, temos a questão da burocracia, conforme proposta por Arendt (1979): esta faceta introduziu um caráter administrativo à exploração colonial, aparecendo como princípio organizador para essa projeção externa do poder metropolitano. As representações do outro, o racismo e os sistemas coloniais de conhecimento se manifestam no interior da burocracia colonial/imperial. Intelectuais eram recrutados para se integrar à crescente administração, de modo a criar uma lógica que validava a existência desse modelo de exploração e a manutenção das dinastias imperiais (Smith 1991). A análise histórica de Bethencourt (2015) defende que práticas racistas foram anteriores a teorias de raça e se articularam “em hierarquias contextualizadas de acordo com objetivos concretos” (Bethencourt 2015, 22), fazendo parte de projetos políticos que podem ou não ser institucionalizados. Os países de história imperial fazem parte de uma continuidade que inclui os benefícios econômicos de seu passado explorador, mas também a narrativa de uma identidade associada ao conhecimento colonial, articulada a partir de paradigmas raciais que pressupõem a superioridade inata do colonizador e que foram institucionalizados no interior do aparelho estatal (Arendt 1979; Smith 1991; Anderson 2006; Bethencourt 2015).

É daí que vem a perspectiva da “missão civilizadora”, que acompanha o período de expansão marítima e cria a imagem dos estados europeus como possuintes do encargo de civilizar os povos dominados, o que persiste sob o dizer do “fardo do homem branco”. Embora pareça existir aqui uma responsabilidade com a assimilação dos povos colonizados – o que já implica numa ideia de superioridade cultural que é em si violenta –, na prática, este conceito tinha como objetivo não um ensino mais abrangente do que a metrópole considerava civilização, mas sim o estabelecimento de condições que

facilitassem a exploração do trabalho desses grupos subjugados (Jerónimo 2015b). O trabalho assume o papel de principal ferramenta civilizatória do império (Ibidem). O racismo colonial deriva dessa divisão e é utilizado como controle ideológico dentro da burocracia que surgia (Arendt 1979; Smith 1991).

Esse posicionamento é comum aos poderes imperiais do século XVIII, numa concepção que ganhou espaço como doutrina imperial oficial através da *mission civilisatrice* francesa, que estabelecia a incapacidade dos povos dominados de se desenvolverem sem o auxílio de seus colonizadores e promovia a exportação dos ideais desenvolvidos durante o Iluminismo e a Revolução Francesa (Conklin 1997; Fischer-Tiné e Mann 2004). O caso francês é analisado por Conklin (1997), que sinaliza como o patriotismo ali estabelecido se reconheceu no paradigma da “missão civilizadora” e permitiu que a colonização deixasse de ser um interesse puramente econômico e político, tornando-se ideologicamente necessário. Situado no contexto da era moderna, de nacionalismos oficiais europeus que visavam solidificar os estados-nações, esse paradigma garantia aos estados imperiais uma superioridade moral e intelectual que legitimava os benefícios econômicos derivados do sistema colonial. No interior da burocracia colonial, o racismo se fazia presente na compreensão dos nativos como inerentemente inferiores aos colonos devido à mera consequência de seu nascimento, mesmo quando a elite colonial disfrutava de uma educação europeia (Anderson 2006).

A oficialização desse paradigma em termos internacionais se deu no Ato Geral da Conferência de Berlim de 1884, que foi responsável pelo estabelecimento de um Direito Internacional Colonial e pela definição dos princípios de ocupação que iriam orientar a repartição da África entre os poderes imperiais (Jerónimo 2015b). O continente africano passou a ser encarado como um espaço de interesse durante o século XIX, alvo de debate entre potências que visavam estabelecer novos domínios imperiais. Alexandre (1998) discute brevemente as possíveis motivações para tal projeto: sob um enquadramento econômico, é sugerida a procura crescente por matérias-primas e novos mercados; sob um enquadramento geopolítico, a partilha da África seria mera extensão das tensões do cenário internacional, especialmente diante da emergência da Itália e Alemanha como nações unificadas. O autor recusa, entretanto, a existência de causas tão facilmente singularizadas:

Será preferível resistir à sempre presente tentação de encontrar a causa primária, o princípio que daria unidade e sentido a uma história necessariamente múltipla – e ver na partilha o resultado da convergência de um vasto leque de factores, que vão desde os que facilitaram a

penetração externa no interior do continente (por um lado, os progressos da medicina, das comunicações e da tecnologia militar, todos eles ligados ao desenvolvimento do capitalismo no século XIX; por outro, a desagregação das estruturas políticas de certas zonas de África) aos que contribuíram para lhe dar impulso, levando os vários Estados a intervir (a defesa de interesses estratégicos já existentes ou, mais frequentemente, o receio de permitir às potências rivais a tomada de posições que no futuro se poderiam vir a revelar decisivas; e ainda as pressões dos funcionários e dos comerciantes já instalados em África). (Alexandre 1998, 114)

Ao mesmo tempo, em Portugal, a África era vista como uma alternativa para a perda do Brasil em 1822. A elite política portuguesa acreditava que, sem o império, o país ficaria sob ameaça de anexação pela Espanha, o que resultou numa busca por um “novo Brasil”, ambições estas que encontram resistência no projeto imperialista das demais potências europeias (Alexandre 2000). A busca por uma justificativa civilizadora por parte de Portugal na manutenção e acesso a colônias parece, portanto, responder às inseguranças da competição internacional. Nesse contexto, a consagração da ocupação imperial como parte de um projeto civilizador para o progresso do continente africano, colocado como impossível de ocorrer na ausência do poder das metrópoles, foi um legado importante do Ato Geral de 1885, pois permitiu que a definição de colônias na região fosse posicionada como esforço de estados civilizados para melhorar as condições morais e de vida da população nativa, além de estabelecer a abolição da escravatura como um objetivo partilhado (Jerónimo 2015b).

Embora a conferência tivesse como foco aspectos políticos e econômicos do sistema colonial, a instauração de zonas de influência – majoritariamente europeias – no continente africano também englobava esferas humanitárias e religiosas que davam um feitiço ético à expansão colonial (Jerónimo 2015b). Jerónimo (2015b) discute como esse projeto foi feito nos moldes da “civilização europeia” e compartilhado pelos demais poderes imperiais, sendo influenciado também por teorias como o darwinismo social. Este garantiu uma base científica para o sistema colonial, permitindo a contínua subjeção dos povos tidos como primitivos àqueles que seriam biologicamente e intelectualmente superiores.

Apesar de falarmos das diferentes fontes nas quais o paradigma da missão civilizadora se apoiou, é preciso lembrar que, para os indivíduos inseridos nesse contexto ideológico, tais linhas de pensamento não eram mera retórica, mas sim uma realidade à qual deviam moralmente atender. Conklin (1997), por exemplo, comenta sobre o caso francês e sobre como a missão civilizadora era um referencial para tomada de decisões, até mesmo no que dizia respeito aos limites que a burocracia colonial devia respeitar em

relação ao povo colonizado. O caso português, por sua vez, dá abertura para o debate entre Hammond (1969) e Clarence-Smith (1979).

O primeiro defende que o imperialismo português anterior a 1910 foi “*uneconomic*”, no sentido de que foi promovido pela classe dominante que visava o império como ferramenta para sua manutenção de poder e para sustentação do estado-nação, que já fora ideologicamente debilitado pela perda do Brasil como colônia e pelos conflitos internos da primeira metade do século XIX. Para além disso, a própria instabilidade europeia, com a Guerra Franco-Prussiana, se apresentava como uma ameaça para estados-nações menores, e o papel imperial de Portugal foi tido como uma possível defesa (Hammond 1969). Na esfera econômica, o autor postulava que os territórios africanos não tinham demanda ou poder de compra que os justificasse como mercados a serem cultivados, especialmente frente aos limitados recursos do governo português, cujo modelo de exploração africana fora mantido principalmente por entrepostos comerciais na costa e não por uma infraestrutura administrativa ou pelo assentamento dos colonos.

Em contrapartida, Clarence-Smith (1979) diz que Portugal passa em 1830 por uma revolução bem-sucedida que depõe a antiga classe dominante feudal e permite a entrada de uma burguesia liberal em seu lugar, o que criou as circunstâncias para esforços de modernização e desenvolvimento industrial que abrangeriam o resto do século XIX. O autor reconhece a existência de déficits coloniais, mas enfatiza que o sistema colonial era em si um investimento de longo-prazo e que a transição política para a burguesia não teria buscado a manutenção do império caso este também não lhe fosse benéfico. Nesse mesmo sentido, Clarence-Smith (1979, 167, tradução nossa) declara que “o estado português [...] [não] representou um interesse nacional desencarnado, mas, pelo contrário, foi o instrumento de classes ou fracções de classes muito precisas”.

Embora não descarte a existência de outros fatores motivacionais que levaram à promoção do império português no século XIX, Clarence-Smith (1979) também não aceita que este seja visto como um mero empreendimento arriscado, sem considerar as particularidades dos interesses burgueses no continente africano. Ao falar sobre os interesses econômicos imperiais que ainda se mantinham em meados do século XX, Buettner (2016a) remarca que a atividade comercial realizada por colonos portugueses no sul africano tinham um papel significativo na economia da metrópole, sendo uma fonte de matérias-primas como algodão, açúcar, café, etc. Assim, temos de um lado os colonos, que frequentemente encontravam melhores condições de vida nas colônias, e, do outro,

elites políticas e econômicas que se beneficiavam do investimento na expansão colonial (Ibidem).

Tendo analisado tanto o aspecto econômico quanto aquele de ideologia nacional presentes no imaginário português do século XIX, resta nos questionar se a missão civilizadora também se fazia presente na administração pública. Jerónimo (2015b) fala um pouco sobre isso ao descrever a situação do trabalho indígena durante a passagem para o século XX, que cabia sob o ideal de “civilizar pelo trabalho”. Vista como parte de uma ação tutelar humanitária, a burocracia colonial e a legislação portuguesa concebiam a força de trabalho indígena – forçada ou não – como parte do acordo de incorporação desses indivíduos aos benefícios do “estado social” oferecido pelo sistema colonial (Ibidem). Ao mesmo tempo, Jerónimo (2015a, 95) afirma que tal codificação esteve mais preocupada com a “constituição de *prova* legal da constante *missão civilizadora*”, já que as ações para com suas colônias teriam sido espontaneamente concebidas e não parte de um plano civilizador.

Nesse sentido, a literatura da área enfatiza a presença do pragmatismo e utilitarismo nas políticas portuguesas durante os oitocentos, com adeptos entre intelectuais, militares e administradores coloniais, que tinham como objetivo principal o desenvolvimento econômico da metrópole (Alexandre 2000; Jerónimo 2015a; 2015b). Tendo em mente a instrumentalização ideológica que deriva desse pragmatismo e, em contrapartida, os discursos britânicos quanto à moralidade da colonização e da escravatura, não é difícil compreender como o imperativo civilizador e a necessidade de ocupação efetiva que são repercussões da Conferência de Berlim criam em Portugal o conceito da “África Meridional Portuguesa” – conhecida também como “Mapa Cor-de-Rosa” –, onde a presença em entrepostos nas costas africanas seria expandida para garantir novas zonas de influência e, assim, os interesses territoriais portugueses (Jerónimo 2015b).

Vemos, portanto, que a intensificação da busca por territórios africanos que se iniciou na década de 1870 ocasionou também a revitalização dos grupos e instituições interessados na manutenção do Império português (Pinto e Jerónimo 2015). Embora a Conferência de Berlim tenha solidificado princípios humanitários e religiosos à discussão do sistema colonial, serviu também para mobilizar a opinião pública em favor desse projeto civilizador (Jerónimo 2015b). Em Portugal, esse movimento se traduz na nacionalização do império, a partir da qual estado e império são compreendidos como

uma mesma entidade que não pode ser decomposta, e cujos gastos e ações nos territórios coloniais deveriam ser encarados como imprescindíveis para o bem-estar nacional, numa tentativa de recuperar a condição imperial após a perda do Brasil (Pinto e Jerónimo 2015). Ocorre também a imperialização do estado-nação, que seria a incorporação do status de império como parte da identidade nacional portuguesa, o que significa a inclusão no sistema de conhecimento da época de continuidades históricas que constroem ideologicamente a importância da expansão colonial (Ibidem).

A retórica moralista que se estabeleceu no século XIX permitiu que a ideia de uma missão histórica associada ao sistema colonial fosse desenvolvida e incorporada à identidade nacional portuguesa, que se constituía com base na superioridade natural que levava Portugal a se tornar um poder imperial. Não só seu passado era de pioneirismo marítimo e ocupação territorial, como seu futuro também deveria atender à responsabilidade civilizadora que o estado-nação possuía (Pinto e Jerónimo 2015). A consciência nacional que se constitui, entretanto, não corresponde à realidade das colônias, cujo trabalho continua a ser explorado e que sofrem com as *políticas de diferença* promovidas pela metrópole. De base racial, essas políticas permitiam o baixo desenvolvimento infraestrutural e econômico, a instauração de sistemas educacionais que focavam nos colonos, o estabelecimento de um estado colonial fraco, entre outros (Jerónimo 2015a). Portugal foi o primeiro país a declarar o fim da escravatura em termos legislativos, mas essa declaração não se traduziu em suas práticas imperiais. Sobre a conexão entre a missão civilizadora e a imperialização da nação portuguesa, Jerónimo (2015a, 111) escreve:

Este processo de quase ininterrupta imperialização da nação, sempre relacionado com doutrinas de uma excepcional missão civilizadora, criou condições para a nacionalização de ideologias racialistas – por exemplo, o chamado darwinismo social – e para a racialização estrutural do projeto imperial, que foi justificando os processos de diferenciação e exclusão social das populações colonizadas, mesmo tendo em conta a gradual mitigação, obscurecimento ou mera codificação dos princípios racialistas, sobretudo com a promoção de retóricas assimilacionistas ou das vulgatas lusotropicalistas.

Os sistemas de conhecimento desenvolvidos durante o período imperial incluíram ideologias racializadas que permitiram a concepção da teoria da exceção portuguesa, apoiada nos padrões internacionais de moralidade que a Conferência de Berlim de 1885 e a subsequente Conferência de Bruxelas de 1890 haviam delineado (Jerónimo 2015b; Pinto e Jerónimo 2015). De fato, Jerónimo (2015a) comenta sobre como o pragmatismo racializado português levou a produções científicas que replicavam essas mesmas ideologias e as utilizavam para legitimar as ações da metrópole, sendo

reproduzidas no interior do sistema educacional, da burocracia colonial, etc., como parte de uma propaganda colonial que acompanhava a imperialização da nação. Dentro de instituições como a Sociedade de Geografia de Lisboa – criada em 1875 como espaço de produção acadêmica que busca relacionar nação e império –, é desenvolvida a ideia de uma “vocação colonial” portuguesa, que transforma o projeto colonial em uma missão nacional (Teixeira 1987; Pinto e Jerónimo 2015).

O imaginário do Quinto Império também se insere nessa estrutura ideológica que combina religião e os interesses coloniais portugueses: o Padre Ant nio Vieira é a principal figura a associar Portugal com a cria o de um reino terreno de Deus, colocando sua expansão marítima como força motriz da evangeliza o universal que seria necessária antes do fim dos dias (Valdez 2008). Embora os escritos de Vieira tenham sido feitos no século XVII, vê-se uma recupera o de suas teorias no nacionalismo de Fernando Pessoa, já na entrada do século XX. Ambos transladam para o contexto português essa imagem de uma progressão religiosa, utilizando textos bíblicos para fundamentar sua coloca o de Portugal como o último império que iria superar as dificuldades humanas, surgindo após a existência e precibilidade dos quatro impérios da Babil nia/Assírio, do Medo-Persa, da Grécia e de Roma (Uribe e Sepúlveda 2012; Cunha, Macedo, e Cabecinhas 2018).   uma interpreta o que contribui para a teoria da excecionalidade portuguesa (Cunha, Macedo, e Cabecinhas 2018).

Observamos o papel do Quinto Império como ideologia imperial quando Valdez (2008) enfatiza que os escritos de Vieira eram influenciados não só pelas sua própria crença na supremacia de Portugal, mas também pelos interesses da coroa portuguesa. Fernando Pessoa, por sua vez, já teria abordado a teoria de forma mais abstrata, adicionando-a ao repertório de mitos originários que eram representados em suas obras (Cunha, Macedo, e Cabecinhas 2018). Tendo em mente a saliência que o poeta ainda possui na produ o cultural portuguesa, é interessante comentar sobre sua utiliza o pragmática de ideais místicos para induzir um movimento nacional; é o “papel do poeta e da poesia como mensageira do mito e mobilizadora do espírito das pessoas, único processo de actua o sobre a transforma o da mentalidade portuguesa” (Uribe e Sepúlveda 2012).

Em seu conjunto, temos o Quinto Império como a compreensão de um mundo de redes transnacionais criadas pela expansão colonial portuguesa, que promoveu a religião e a *lusitanidade* no interior desses territórios, no que poderia ser visto como uma primeira

“contribuição” de Portugal à história mundial. Esse imaginário se junta àquele da missão civilizadora, fazendo com que, no final do século XIX e início do século XX, houvesse um foco por parte do império português de disseminação de sua língua, religião e cultura – a chamada *portugalidade* ou *lusitanidade* – dentro dos territórios ocupados, de modo que a sua projeção externa fosse condizente com as demandas do discurso internacional (Pinto e Jerónimo 2015). Apesar da estratégia diplomática de tentar retardar a repartição dos territórios africanos e dos esforços para a concretização da África Meridional Portuguesa nesse meio-tempo, o governo britânico não aceitou que seus objetivos imperiais fossem prejudicados pelo avanço português e, em 1890, enviou um ultimatum que Portugal não se vê numa posição de desafiar (Teixeira 1987).

Paralelamente à questão africana, a percepção de derrota acarretada pelo ultimatum britânico ao nível da política externa foi levada para a esfera doméstica no que Teixeira (1987, 697) chama de “fenômeno de aproveitamento partidário”. Portugal dos oitocentos foi marcado por diversos momentos de conflito interno e as conjunturas políticas que se desenvolviam deram abertura para a promoção propagandística dos partidos, que utilizavam acontecimentos internacionais para mover a opinião pública em seu favor e contra o Governo ou, até, contra o próprio regime. A submissão à pressão britânica fere a imagem dos partidos monárquicos e beneficia o Partido Republicano, que se posiciona junto da coletividade nacional contra a Inglaterra e contra a monarquia (Ibidem). É um exemplo de como o populismo e o nacionalismo que discutimos no terceiro capítulo se manifestavam durante o século XIX.

O direito internacional colonial consagrado pelas convenções de Berlim e Bruxelas pôs em ação uma forma de colonização que exigia padrões de modernização condizentes com o projeto civilizador (Pinto e Jerónimo 2015). Apesar do movimento internacional pela abolição da escravatura e da concretização deste feito em Portugal, modelos similares de trabalho forçado continuaram a existir nas colônias portuguesas, aproveitando-se das tradições escravistas e da falta de acesso a informações por parte dos nativos (Jerónimo 2015b). Pinto e Jerónimo (2015) apontam que a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial foi uma consequência não só do nacionalismo imperialista da época, mas também da necessidade de neutralizar as infrações realizadas nas colônias portuguesas aos olhos de atores internacionais como a Liga das Nações.

As ideologias racializadas continuam a se manifestar durante o século XX, aparecendo por exemplo no Ato Colonial de 1930, o qual se apoiava em princípios de

manutenção da integridade territorial, do nacionalismo imperialista e da missão civilizadora de Portugal, além de causar maior centralização da administração colonial nas mãos do Ministério das Colônias (Ministério das Colónias 1930). Inicialmente enquadrado em termos econômicos e financeiros, para contornar os efeitos negativos da crise colonial, o discurso em torno do Ato Colonial não tardou em tornar-se político, no que Bethencourt e Chaudhuri (1999, 18) descrevem como a atribuição de “um valor constitucional à missão colonizadora concebida como inerente à identidade da nação portuguesa”. O Ato Colonial contribuiu também para a fixação do Regime do Indigenato, que estabelecia em termos legislativos os direitos e – principalmente – os deveres dos indígenas das colônias; esse regime perpetuou a ideologia de “civilizar pelo trabalho” e funcionou como institucionalização de noções racializadas até sua abolição em 1961 (Jerónimo 2015a). Para além da legislação, organismos como a Agência-Geral das Colónias, criada em 1924, contribuíram para a promoção de propaganda colonial e para a imperialização da nação (Pinto e Jerónimo 2015).

Outro evento que ocorreu na década de 1930 e que também foi de grande importância para a progressão do imaginário imperial em Portugal é a instauração do Estado Novo, um regime político ditatorial que teve António de Oliveira Salazar como líder. Este período foi marcado pelo desenvolvimento de uma mística imperial que visava a doutrinação do povo português por meio de propaganda, exposições, alterações no currículo escolar, publicações, entre outros (Bethencourt e Chaudhuri 1999; Pinto e Jerónimo 2015). Com o Ato Colonial, Salazar deu início a uma “fase imperial”, marcada pelo nacionalismo, pela centralização política e pela promoção dessa mentalidade colonial ao povo português (Bethencourt e Chaudhuri 1999). Houve então um enfoque na definição do “homem novo”, “chefe de família camponês, probo, devoto e ordeiro” (Rosas 2001, 1053), capaz de submeter seus interesses particulares àqueles da nação, que seria moldado pela ação formativa de instituições estatais, com a Igreja Católica como aliada. A colaboração entre essas duas entidades tinha por fim uma padronização ideológica – engendrada pela educação política e religiosa – que unificaria o povo sob a égide estatal e sob uma “cultura nacional” (Ibidem).

Dentre o repertório ao qual recorriam na constituição dessa essência nacional, temos a “renascença portuguesa”, um suposto ressurgimento moral promovido pelo Estado Novo após décadas da decadência ocasionada pelo liberalismo monárquico e pelo republicanismo (Rosas 2001; Pinto e Jerónimo 2015). De forma similar, o nacionalismo

imperial e a vocação colonial portuguesa também foram retomados e enquadrados em uma memória histórica legitimadora do regime de Salazar, que era posto como a institucionalização do destino nacional tanto por suas determinações políticas internas quanto por seus posicionamentos no cenário internacional (Rosas 2001). A memória invocada neste período trazia os chamados Descobrimientos como a mais importante era do passado português, que poderia ser replicada na contínua missão imperial desde que um regime político adequado se dispusesse a fazê-lo (Pinto e Jerónimo 2015).

Mesmo com o fracasso do projeto da África Meridional Portuguesa, o imaginário colonial representou uma importante fonte de orgulho para a nação durante o século XX, o que se apresentava, na propaganda do Estado Novo, na projeção de uma nação “pluricontinental e multirracial”, livre de diferenciações racializadas (Pinto e Jerónimo 2015; Buettner 2016a). De acordo com essa retórica, a excecionalidade portuguesa apareceria como um modelo especial de colonização, no qual o nível de integração alcançado teria levado as colônias a se tornarem uma extensão do território português, teoricamente indissociável da sociedade da metrópole (Buettner 2016a). Buettner (2016a) ressalta como a imagem do mar era evocada, apresentada como a conexão entre as partes que compunham o coletivo da nação portuguesa.

Na prática, as condições das colônias estavam muito distantes dessa versão idealizada. A mestiçagem apontada então como símbolo do “bom colonizador” português era, na realidade, uma maneira de sobrepôr os colonos brancos aos nativos, no que Hammond (1969, 358, tradução nossa) descreve como uma “disposição de coabitar com mulheres negras ou mulatas [...] perfeitamente compatível com a manutenção de homens negros em estado de servidão ou inferioridade social”. Declarações oficiais sobre como os nativos dispunham de avanços na infraestrutura regional, desenvolvimento econômico, e melhorias nos sistemas de saúde e educação iam em oposição à legislação da época, que incorporava ideologias racializadas de exploração dos povos coloniais (Buettner 2016a). O conflito entre a projeção imperial realizada pelo Estado Novo e as teorias discriminatórias no interior do aparelho estatal se manifestava, por exemplo, na persistência do Regime do Indigenato e no desacordo com a miscigenação nas colônias (Pinto e Jerónimo 2015).

A metade do século XX foi um momento de mudanças, tanto no contexto doméstico quanto no internacional. Entre o pré e o pós Segunda Guerra Mundial existe uma alteração na imagem do negro, que passa do selvagem embrutecido para a do negro

assimilado, cuja sujeição ao paradigma branco o faz aceitável (Martins 2004). A violência advinda do racismo nazista lançou um olhar negativo sobre concepções biológicas de discriminação, e o direito de autodeterminação ganhou espaço no cenário internacional, sendo facilitado pelo posicionamento das duas grandes potências ganhadoras – os Estados Unidos e a União Soviética –, que não tinham interesse na solução colonial (Monteiro 2018). A essas circunstâncias são adicionadas ainda agitações sociais e políticas em território africano, que obrigam as metrópoles a conceder maior envolvimento político e administrativo aos nativos de suas colônias. Diante das reivindicações locais e internacionais, Monteiro (2018, 37) declara que era “fixada a ideia de que o desenvolvimento econômico se devia subordinar ao bem-estar das populações nativas”.

Tendo em mente essa mudança paradigmática, a tendência dos demais impérios durante as décadas de 1950 e 1960 foi de encaminhar suas colônias para a independência. Enquanto isso, no interior do império português, movimentos sociais coloniais encontravam forte e violenta oposição, o que restringiu a ação reivindicadora local (Monteiro 2018). Bethencourt e Chaudhuri (1999) afirmam que o papel dado ao ultramar no nacionalismo salazarista tornava inviável abrir espaço para a autonomia de suas províncias, pois esta poderia levar a ambições de autodeterminação e independência. A solução seria, portanto, permitir determinadas concessões que ajudassem com a imagem portuguesa no exterior, “sem nada sacrificar quanto ao essencial” (Bethencourt e Chaudhuri 1999, 35). Portugal insistiu na indivisibilidade de seu domínio territorial, mas alterou em 1951 a nomenclatura dada às colônias para o termo mais moralmente tolerável de províncias ultramarinas (Buettner 2016a). Similarmente, o governo de Salazar passou a incorporar em seu discurso a teoria do luso-tropicalismo, uma perspectiva desenvolvida pelo cientista social brasileiro Gilberto Freyre sobre a particularidade da colonização portuguesa e que emergiu no Brasil ainda por volta de 1930, mas que foi rejeitada por Portugal durante duas décadas (Castelo 1999; Martins 2004; Pinto e Jerónimo 2015).

Freyre defende que as civilizações que se originam da colonização portuguesa são produto de uma distinção no próprio caráter português, “a sua predisposição para a ‘aventura ultramarina ou tropical’, para a miscigenação, para a interpenetração de valores e costumes, a ‘dualidade étnica e de cultura’ de sua formação” (Castelo 1999, 35). O próprio modelo de colonização teria sido herdado do passado mouro, no qual haveria uma “conquista pacífica” dos povos e sua subsequente assimilação (Ibidem). Era assim teorizada a capacidade do colonizador português de superar distinções étnicas e de

favorecer a miscigenação, de modo que as civilizações consequentes representassem uma nova realidade luso-tropical, onde as características diversas iriam interagir de forma simbiótica (Castelo 1999; Buettner 2016a).

O Estado Novo encontrou nessa perspectiva um apoio ideológico para seu estatuto imperial, em oposição à pressão internacional para a descolonização (Bethencourt e Chaudhuri 1999; Pinto e Jerónimo 2015; Buettner 2016a). As ideias de Freyre foram seletivamente incluídas na propaganda estatal e o autor foi convidado para discursar sobre o luso-tropicalismo em Portugal e suas províncias (Buettner 2016a). Castelo (1999) aponta que, no final da década de 1950, a conexão que se estabelece entre Freyre e o estado português resulta em obras encomendas que já apresentam uma linguagem mais política e menos sociológica, havendo “a introdução de conceitos de ‘integração’ e ‘simbiose’, o acentuar da tendência para a generalização e o alargamento do horizonte geográfico a todas as áreas de colonização hispânica dos trópicos” (Castelo 1999, 37). A abordagem das colônias que se estabelecia na consciência nacional como efeito da doutrinação estatal justificava a insistência de Portugal em manter seus territórios ultramarinos, mesmo quando outros impérios começavam a se desmantelar (Buettner 2016a).

Outro exemplo do distinto caráter português estaria na missão evangelizadora, que Freyre interpreta como voltada para a verdadeira expansão da religião católica e para a “salvação” das almas dos nativos, para além dos desejos do estado-nação (Castelo 1999). Os pressupostos psicológicos e históricos atribuídos a Portugal contribuiriam para a integração dos trópicos à civilização portuguesa, de modo que o padrão continuasse sendo europeu; é o caso da imposição da língua portuguesa e do cristianismo (Ibidem). É interessante pensar esses elementos como parte do Estado Novo devido ao que Rosas (2001) chama de “mito da ordem corporativa”, que seria a existência natural de uma hierarquização social, conceito este que gera conformidade entre o povo português quanto aos seus lugares na sociedade nacional. O não questionamento da legitimidade de Salazar ou de seus posicionamentos se encaixa bem com a suposição de inferioridade dos nativos das colônias e de sua cultura, tornando aceitável sua subjugação aos valores portugueses, mesmo que em pleno século XX.

A tendência assimilacionista que faz parte do discurso de Salazar, entretanto, acaba por promover em 1954 a promulgação de um novo Estatuto do Indígena, o qual previa um processo de integração do indígena à sociedade portuguesa, através do

trabalho, com o acesso à cidadania como objetivo final (Castelo 1999). Além disso, “indígenas” nascidos em Portugal ou que ali residiam também passaram a ser considerados portugueses. Foram delineadas ainda as condições para o acesso à cidadania, que envolviam conhecimento da língua portuguesa, status profissional com rendimento adequado, e comportamento e hábitos que fossem de acordo com o que a metrópole considerava digno (Ibidem). A concessão aos parâmetros internacionais colocava em causa o modelo civilizador português, que sempre tivera como base o trabalho.

Nos termos do primeiro capítulo, o trabalho forçado português era detentor tanto de um poder punitivo quanto de um poder de socialização, e a passagem para o modelo assimilacionista criou aberturas para a mobilização social nas colônias. A relativa estabilidade do império português se quebra em 1960: o que até então haviam sido revoltas pontuais se tornou uma série de desafios à soberania imperial, com um crescente número de insurgentes e de vítimas, chegando a atrair atenção internacional e a incitar contestação mesmo dentro do governo português (Monteiro 2018). Quanto ao que ocasionou tais alterações, Castelo (1999) comenta sobre a possível relevância da entrada de Portugal na ONU em 1955 e do questionamento pela Assembleia Geral das práticas perpetuadas nos territórios ultramarinos portugueses, gerando ataques ao colonialismo português que continuaram a ser rebatidos por meio da perspectiva luso-tropical.

Mesmo na década de 1960, o discurso do governo português mantinha que sua colonização promovera, desde o século XVI, uma integração gradual entre os povos, sem o perfil discriminatório que outros impérios haviam possuído (Buettner 2016a). O modelo de doutrinação instaurado por Salazar combinava o domínio do estado sobre instituições de construção identitária e o uso supostamente legítimo de violência, o que se traduziu em censura midiática, presença e repressão militar em espaços de socialização, controle do sistema educacional, entre outros (Buettner 2016a; Ramada Curto, Pinto da Cruz, e Furtado 2016). Nas colônias, grupos que se opunham ao estado português eram rotulados como terroristas, numa tentativa de atenuar a reação internacional às ações portuguesas (Ramada Curto, Pinto da Cruz, e Furtado 2016). Ideologicamente, o Estado Novo fixou ícones do passado no seio da identidade nacional, com destaque para os “Descobrimientos”, Camões e Os Lusíadas, Fernando Pessoa e seu nacionalismo, entre outros (Buettner 2016a; 2016b).

Apesar de tais medidas, a década de 1960 apresentou inúmeros desafios à perpetuação do império, começando pelo fato que colônias francesas, britânicas e belgas alcançavam sua independência (Castelo 1999). Ao mesmo tempo, despontam conturbações internas: a tentativa de golpe de estado em 61 por Botelho Moniz; a eclosão da guerra de Angola também em 61; a ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana; o início da guerra pela independência da Guiné em 63; e, por fim, o início da guerra em Moçambique em 64 (Castelo 1999; Buettner 2016a). O isolamento crescente de Portugal no plano internacional – marcado pelas moções contra seu colonialismo na ONU – levou Salazar ao envio de tropas para a Angola, mas também a mudanças legislativas que fossem ao encontro das demandas internacionais (Castelo 1999). Em 1961, o regime do Indigenato chegou ao fim, sendo usado como símbolo da reforma legislativa em Portugal, embora práticas de trabalho exploratórias e discriminatórias continuassem a existir (Buettner 2016a).

As medidas adotadas por Salazar não foram suficientes para conter as guerras de independência, que acabaram sendo influenciadas pelo contexto de Guerra Fria. Grupos de orientação marxista passaram a ser financiados pela União Soviética, Cuba e outros países comunistas, e entraram em conflito com guerrilhas anti-coloniais de caráter capitalista, que eram apoiadas por estados vizinhos e, periodicamente, pelos Estados Unidos (Buettner 2016a). Recursos humanos e financeiros foram direcionados para as colônias numa tentativa de mantê-las sob controle português, mas – em adição à saída de Salazar do poder em 1968 e à entrada de Marcelo Caetano – o descontentamento cresce na opinião pública e entre os escalões das Forças Armadas (Castelo 1999). Drenado pelas guerras que se estendiam, o Estado Novo foi derrubado em 1974 por meio da Revolução dos Cravos. Em um primeiro momento, o governo continuou nas mãos do Movimento das Forças Armadas, responsável pela revolução, que facilita o processo de descolonização (Buettner 2016a).

Até novembro de 1975, todas as províncias já haviam se tornado independentes (Buettner 2016a). Tendo passado por um período de tamanha opressão, os países que viriam a constituir os PALOP – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – se encontraram em um estado de independência mais completa do que a maioria dos outros estados africanos (de Figueiredo 2003). Nesse sentido, Buettner (2016a) comenta que o afastamento imediato de Portugal se distinguia da tendência dos impérios da época, possivelmente por estar demasiadamente debilitado para tentar

reestabelecer laços com as colônias que acabara de perder. No seguimento da revolução, ocorre um reposicionamento identitário que tem como alvo a integração à Europa, interpretada como uma alternativa para que Portugal alcançasse prosperidade econômica e melhores condições de vida (Ibidem). Sua entrada na Comunidade Econômica Europeia (CEE) se deu em 1986, juntamente da Espanha. A cooperação com um estado que durante muito tempo fora visto como uma ameaça para a contínua existência de Portugal permitiu que o projeto imperial fosse classificado um sucesso, pois teria elevado o status do país e teria preservado sua soberania frente às demais nações (de Figueiredo 2003). Após a perda do império como símbolo de seu poder, as elites portuguesas viram na CEE uma oportunidade para legitimação do governo que se instalava; e que o fazia no modelo da Europa ocidental desenvolvida (Pinto 1999b apud Maciel 2010). O apoio europeu que ficava subentendido à participação na CEE foi um recurso significativo nas relações internacionais que se estabeleciam no final do século XX, fortalecendo a diplomacia portuguesa até no que dizia respeito a suas antigas colônias (de Figueiredo 2003). De Figueiredo (2003) fala positivamente sobre os efeitos da integração europeia sobre o crescimento econômico de Portugal nas duas décadas subsequentes ao fim do Estado Novo, chegando a sugerir que seu lugar como ponto de atração imigratório deriva dessa “condição europeia”.

Não obstante, dúvidas quanto à atratividade da integração europeia começam a surgir no final de 1980 e levaram Portugal a buscar uma reaproximação com as ex-colônias (Buettner 2016a). Isso não ocorre de um momento para o outro; ao falar sobre essas relações, Maciel (2010) traça uma continuidade histórica entre os discursos lusotropicalistas e o novo enquadramento da lusofonia. A própria ideia por trás de uma comunidade de países que partilhavam o uso da língua portuguesa teria começado por volta de 1960, com Agostinho da Silva³ (Epifânio 2006 apud Maciel 2010), um projeto que foi momentaneamente esquecido perante o projeto de integração europeia e os conflitos que decorreram. Esse ideal teria ressurgido “no contexto pós-colonial, como um novo mecanismo ideológico para retomar a antiga ‘política atlântica’, tentando, através do discurso da ‘língua comum’, apagar as marcas do passado colonial e as relações ainda traumáticas com as ex-colônias” (de Freixo 2015, 480).

³ Filósofo português que defendia a cooperação entre Portugal, Brasil e as ex-colônias africanas (Maciel 2010).

É possível observar, entretanto, que a lusofonia possui raízes muito mais profundas do que o fim do Estado Novo. A língua portuguesa foi instrumento de dominação durante a maior parte do período colonial, não por fazer parte do projeto civilizador que figurava na retórica nacional, mas porque seu uso constituía parte do processo de mobilidade social dentro de um sistema de “políticas de diferença” que estabelecia a assimilação ao padrão europeu como seu objetivo final (Jerónimo 2015a). A língua, como vimos no primeiro capítulo, não existe dentro de um vácuo. Ela faz parte de estruturas de representação que moldam o ponto de vista do indivíduo, sendo parte dos sistemas semióticos nacionais. A própria motivação que acompanha a lusofonia é uma extensão de ideologias imperiais e do sistema de conhecimento colonial, que mantêm o colonialismo português como fundador de redes transnacionais onde a cultura lusófona ainda se faz presente (Margarido 2000; de Freixo 2015).

No caso do estabelecimento de um espaço lusófono, o compartilhamento linguístico estaria inevitavelmente associado a relações de troca cultural (Martins 2004). Freixo (2015) vê o incentivo à lusofonia como uma tentativa velada de recuperar dinâmicas coloniais, de modo a disfarçar as “pretensões hegemônicas” (Freixo 2015, 482) de Portugal e de ignorar – o esquecimento de Connerton (2009) – como essas redes transnacionais foram instituídas em primeiro lugar. Margarido (2000) é quem introduz esse questionamento, colocando em causa essa visão da língua portuguesa como pertencente a Portugal. “A língua pertence àqueles que a falam,” Margarido (2000, 7) declara, em crítica à promoção do espaço lusófono como a extensão natural da “história comum” entre países falantes da língua portuguesa, mesmo quando o passado invocado é de violência colonial. A lusofonia ocuparia, portanto, um espaço de “refúgio imaginário” e “nostalgia imperial” que permitiria à nação portuguesa preservar a visão de grandeza que fora inspirada pelo nacionalismo imperial de Salazar (Martins 2004). O esquecimento também se manifesta na maneira como debates sobre o passado colonial ficaram fora das esferas políticas, acadêmicas e da opinião pública até pelo menos meados da década de 1990 (Maciel 2010). Pelo contrário, as vezes em que essa memória colonial foi resgatada tiveram como objetivo sua enaltação, comemorando o colonialismo como uma era áurea que ainda estava ligada à identidade nacional portuguesa (Jerónimo e Domingos 2007 apud Maciel 2010). O uso da palavra “descobertas” ou “descobrimento”, por exemplo, demonstra como a linguagem associada ao período ainda se mantém, apesar

de releituras críticas do conhecimento colonial (Margarido 2000). Sobre a produção acadêmica desse período, Maciel (2010, 93) escreve:

É neste contexto, que Eduardo Lourenço (1978) caracteriza de esquizofrênico, que, na esteira dos estudos antropológicos desenvolvidos por Jorge Dias nas décadas de 1950-60 sobre a construção da nação, proliferam discursos refletindo e especulando sobre o passado imperial de Portugal e os seus efeitos sobre a identidade, a história e a cultura nacionais, enfatizando quase que exclusivamente um percurso de abertura, mediação, fusão, hibridismo e multiculturalismo – veiculado quer por intelectuais, quer por colonistas de jornais de referência ou representantes do partido do governo (PS) e do leque político que se estendia até à extrema direita.

Vemos, portanto, uma recuperação do nacionalismo imperial e do lusotropicalismo em pleno período de descolonização, o que atinge não só a opinião pública, como também atores políticos (Martins 2004; de Freixo 2015). A década de 1990 marca a institucionalização do ideal da lusofonia, com a criação do Instituto Camões em 1992 e da CPLP em 1996. De Freixo (2015) remete a concretização da CPLP, um espaço tido como lusófono, ao imaginário do Quinto Império de Vieira, no qual as redes transnacionais constituídas pelo colonialismo português acabariam sendo encaradas como tendo uma influência positiva sobre o cenário internacional. Para maiores detalhes, favor consultar o Anexo I, que é uma compilação realizada por Maciel (2010) dos acontecimentos de teor diplomático relevantes para a eventual formação da CPLP.

A lusofonia e as instituições a ela associadas – Instituto Camões, CPLP, Instituto Internacional da Língua Portuguesa, entre outros – demonstram a importância dada pelo estado na promoção de sua língua e cultura no cenário internacional, especialmente entre ex-colônias. Em sua abordagem do imperialismo britânico, Pennycook (1994) se remete à fala de Duff Cooper, um antigo Ministro da Informação, na qual este dizia, sobre a existência do *British Council*, que “nenhum país estaria justificado em gastar dinheiro público em propaganda cultural, a menos que houvesse também uma significância política ou comercial” (Donaldson 1984, 18 apud Pennycook 1994, 148, tradução nossa). Similarmente, a defesa da lusofonia por Portugal tinha – e ainda tem – objetivo políticos e econômicos muito claros, por mais que a CPLP tenha apresentado “poucos resultados concretos” desde a sua criação, de acordo com de Freixo (2015).

Em resumo, vemos que a identidade portuguesa foi construída durante séculos com base em um imaginário imperial, dentro do qual conceitos como a exceção portuguesa e o espaço lusófono existiram para legitimar a manutenção da exploração colonial. Mesmo em tempos atuais, figuras do passado tomam lugar de destaque na construção do grupo étnico nacional, perpetuando socialmente as antigas políticas de

diferença. Buettner (2016b) comenta sobre como o princípio de *jus sanguinis* adotado por Portugal por volta de 1980 se alinha ao passado diaspórico desta nação, numa valorização do alcance dos portugueses no mundo que se assemelha à importância dada à comunidade conjecturada como lusófona. O resgate do paradigma luso-tropical aparece na incorporação do multiculturalismo e do não-racismo⁴ como parte de uma tradição histórica portuguesa (Ibidem). Práticas de intolerância e discriminação passam a ser classificadas como “males importados”, consequentes da influência externa de, por exemplo, nações europeias com “verdadeiras” tendências racistas (Cunha 1997 apud Buettner 2016b).

Como veremos no próximo capítulo, a ideologia nacional assim criada pode tomar diferentes formas, dependendo do ator político e do tipo de mobilização que visa gerar. Olhamos agora para seis dos partidos políticos portugueses ativos desde 2019, de modo a analisar como o discurso presente em seus programas eleitorais se relaciona – ou não – com as teorias, ideologias e imaginários que foram desenvolvidos durante o período imperial de Portugal.

⁴ Digo “não-racismo” em vez de “anti-racismo”, porque a perspectiva aqui introduzida presume uma harmonia racial, mas não um combate ativo à discriminação existente.

Capítulo V: O contexto português do século XXI

Vimos até agora como o imaginário imperial foi integrado à identidade nacional portuguesa, não só durante o período do Estado Novo, mas como um processo que teve início junto ao próprio sistema colonial. Essa incorporação não foi única de Portugal. Todos os poderes imperiais tiveram algum tipo de ideologia que acompanhou sua exploração das colônias, mas o caso português é de particular interesse devido à sua posição como – parafraseando Buettner (2016a, 191) – não apenas a primeira potência imperial europeia, mas também a última. No capítulo IV, tentamos delinear de forma concisa as vias tomadas para a criação desse sistema colonial de conhecimento até o século XX. É possível inferir, entretanto, que tal consciência coletiva não seria simplesmente apagada pelo processo de descolonização, continuando a ser reproduzido no interior das mais diversas instituições.

De fato, se poderia dizer que, até certo ponto, o contexto atual resulta da “ascensão, competição e queda dos impérios” (Bell 2013, 536, tradução nossa). Jerónimo (2015a) traz atenção para discursos ainda presentes, por políticos, que apresentam o colonialismo português como a realização de contatos e trocas culturais que ainda hoje seriam mantidas e que acabariam por soar benéficas a longo prazo. Essas colocações parecem puxar diretamente do luso-tropicalismo, construindo uma compreensão da história que defende o “tradicional não racismo português” (Castelo 1999, 61), sua adaptabilidade no exterior e sua capacidade de integração – agora sob a égide do multiculturalismo. Fora do sistema imperial, esse processo de esquecimento e de remodelação da memória funciona como ferramenta para a angariação de votos, de acordo com o que interessa ao eleitorado ou – como vimos no capítulo II – ao que os partidos e a mídia fazem ter relevância na opinião pública. Essa retórica, realizada de forma propagandística ou acadêmica, perpetua políticas racializadas e limita questionamentos quanto às consequências – econômicas, culturais, etc. – do legado imperial (Jerónimo 2015a).

Para os propósitos deste estudo, nos focamos na esfera política, tendo como base a análise de conteúdo dos programas eleitorais de seis partidos portugueses: os quatro partidos com maior ocupação do parlamento, o Partido Socialista (PS), o Partido Social Democrata (PSD), o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP); e dois partidos de direita que entraram no parlamento em 2019, o Chega e a Iniciativa

Liberal. A adição desses últimos partidos é feita com o objetivo de averiguar uma possível mudança de abordagem que teria atraído o eleitorado para este alinhamento, afastando-o dos partidos mais tradicionais. Ressaltamos o que a mídia portuguesa identificou como verdadeiras mudanças no panorama político encaminhadas pelas eleições legislativas de 2019, com a entrada da extrema-direita e o fim de uma suposta “excepcionalidade portuguesa” (Matos 2019), que interpretamos como a ascensão do Chega.

Às especificidades históricas de Portugal, devemos adicionar ainda as transformações de sociedades pós-industriais apontadas por Norris e Inglehart (2019). A urbanização é um fator de forte relevância, especialmente pelo papel que a ruralidade apresentava durante o Estado Novo. Parte do discurso de Salazar envolvia o que Rosas (2001) chamou de “mito da pobreza honrada”, uma ideologia que situava Portugal como um país naturalmente pobre e rural, cuja população não deveria ter maiores aspirações, numa maneira de reforçar o conformismo que já discutimos ser essencial para a manutenção do governo da época. O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, faz parte dos aparelhos estatais de desenvolvimento de valores ruralistas e conservadores que pudessem ser incorporados ao discurso estatal de uma maneira que não parecesse contradizer o movimento modernizador do século XX (Rosas 2001).

Como vemos no gráfico do Anexo II, a percentagem da população residente em Portugal que é considerada urbana vem crescendo desde 1974, tendo ultrapassado os 50% ainda na década de 1990. Esses dados foram retirados do site do Banco Mundial e calculados a partir das perspectivas de urbanização mundial da ONU, cujos parâmetros podem divergir de país para país. O que observamos, portanto, é a tendência de crescimento e não os valores em si. A tabela do Anexo III, similarmente, ilustra em números absolutos como a divisão entre espaços urbanos, intermediários e rurais tem, desde 2014, demonstrado um aumento da população urbana e uma diminuição da rural em Portugal. Apesar desse contínuo crescimento, o Anexo II deixa claro que, em comparação com a União Europeia e alguns de seus membros principais, Portugal ainda fica abaixo da média de urbanização da UE.

O nível de escolaridade é outra variável que vem crescendo nos últimos anos. A tabela do Anexo IV mostra a distribuição da população portuguesa por maior grau de escolaridade completo. Observa-se um declínio da proporção de indivíduos sem nível de escolaridade desde 1998; a percentagem de indivíduos com o nível superior completo em 2021 chega a ultrapassar a percentagem daqueles sem nível de escolaridade em 1998.

Esse crescimento é melhor representado pelo gráfico presente no mesmo anexo. Da mesma forma, houve um aumento entre os indivíduos com o 3º ciclo e com o secundário completos. Esses dados indicam um aumento geral do nível de escolaridade da população portuguesa nos últimos vinte anos.

Outro aspecto de interesse é a estrutura etária da população portuguesa. Em um relatório sobre as estatísticas demográficas do país, o Instituto Nacional de Estatística (2020) verificou ter ocorrido entre 2014 e 2019 um decréscimo no número de indivíduos em idade ativa, tendo se mantido uma tendência de baixa natalidade e de envelhecimento da população. Curiosamente, esse mesmo relatório ressalta ter havido um saldo migratório negativo até 2016. Embora o saldo migratório português tenha se tornado positivo desde então, o crescimento efetivo manteve-se negativo até 2019, quando alcançou 0,19% (Instituto Nacional de Estatística 2020). Em adição, identificou-se o envelhecimento da população ativa, com uma diminuição do índice de renovação da população em idade ativa. No que diz respeito à presença imigrante em condição legal, o Instituto Nacional de Estatística (2020) aponta, em 2019, a entrada de indivíduos com residência prévia em cinco países em particular: Brasil, Reino Unido, França, Angola e Venezuela. Em termos de país de nascimento, identificam que 67% dos imigrantes viriam de países de fora da União Europeia.

Com todas essas características em mente, devemos ainda lembrar que o voto em Portugal não é obrigatório. Isso significa que, embora a sociedade portuguesa em geral possa estar passando por transformações de valores como as descritas por Norris e Inglehart (2019), esse fato pode não se traduzir no cenário político. Os Anexos V e VI demonstram a realidade das eleições de 2019 para o Parlamento Europeu e para a Assembleia de República. Vemos no Anexo V que entre 1987 e 1994 houve um decréscimo entre os residentes que votavam para o Parlamento Europeu, uma circunstância que se manteve mais ou menos constante desde então. No Anexo VI, embora o número absoluto de votantes para a Assembleia de República desenhe um platô, observa-se que a inclinação do crescimento da população parece acompanhar o crescimento do número de abstenções.

Apesar desse envolvimento limitado nas eleições, ainda é possível estabelecer paralelos entre as estruturas demográficas de Portugal e os resultados de cada partido. Para melhor esclarecer como votam as diferentes parcelas da população portuguesa, recorreremos ao artigo da Lusa e do Público (2019) sobre o perfil dos concelhos e dos

partidos que neles se destacaram durante as eleições de 2019. O PSD, por exemplo, apareceu como o partido de preferência da população acima dos 65 anos de idade, enquanto o Bloco de Esquerda teve maior sucesso em concelhos mais urbanos, com um maior número de jovens e com uma população com maior nível de escolaridade (Lusa e Público 2019). Sobre os partidos de direita que chegaram à Assembleia em 2019, o artigo indica ter havido maior número de votos para o Chega em concelhos onde havia mais população estrangeira residente, e, para a Iniciativa Liberal, onde havia um volume de negócios na indústria e no comércio acima da média nacional.

Levando em consideração todas essas especificidades, nos voltamos agora para a análise quantitativa de palavras-chave, as quais consideramos representativas de temas associados ao sistema colonial de conhecimento. Sugerimos que, diferentemente do período do Estado Novo, as teorias e ideologias imperiais aparecem de uma forma velada, através da representação positiva dessa passado expansionista. Não é esperado, portanto, que termos como “lusotropicalismo” sejam apresentados de forma explícita, embora também o tenhamos adicionado como palavra-chave. Os termos escolhidos para a análise quantitativa foram: colonialismo, descobrimento, escravatura, história de Portugal (e variações como história do país), identidade (referente à identidade nacional ou cultural), imigração (ou imigrante), imperialismo, império, lusofonia (ou lusófono), lusotropicalismo (ou luso-tropical), mar (ou marinho e marítimo), multiculturalismo, nacionalidade, racismo (ou racista), revisionismo (ou revisão curricular, revisionista, etc.) e xenofobia (ou xenófobo). Palavras como escravatura ou escravidão só foram contadas quando usadas no sentido do trabalho forçado experienciado no período do tráfico negreiro, já que podem se encaixar em um contexto mais recente de exploração laboral. Foi acrescentada também a expressão “Portugal no Mundo”, em razão de sua recorrência no programa do PSD. Segue abaixo a tabela com os resultados obtidos pela análise dos programas eleitorais publicados em 2019:

	<i>BE</i>	<i>Chega</i>	<i>IL</i>	<i>PCP</i>	<i>PS</i>	<i>PSD</i>
<i>Civilização</i>	0	13	2	1	3	1
<i>Colonialismo</i>	1	0	0	2	0	1
<i>Descobrimento</i>	0	1	0	0	0	1
<i>Escravatura</i>	1	1	0	0	0	0
<i>História de Portugal</i>	1	1	0	0	0	2
<i>Identidade</i>	0	4	2	0	0	3
<i>Imigração</i>	27	15	0 ²	8	41	18
<i>Imperialismo</i>	0	0	0	5	0	0
<i>Império</i>	0	2	0	0	0	0

<i>Língua portuguesa</i>	3	2	1	6	19	10
<i>Lusofonia</i>	0	7	0	0	5	7
<i>Luso-tropicalismo</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Mar</i>	17	9	7	22	67	45
<i>Multiculturalismo</i>	0	1	0	0	0	1
<i>Nacionalidade</i>	4	12	1 ³	2	4	7
<i>Portugal no Mundo</i>	0	0	1	0	0	4
<i>Racismo</i>	29 ¹	1	0	1	12	1
<i>Revisão curricular</i>	3	2	0	0	0	0
<i>Xenofobia</i>	3	0	0	2	11	1

1. Foram contadas também referências a organizações antirracistas, mas não o termo “racial” (ou “raciais”), porque este possui um significado mais abrangente.

2. Devido à ausência de menções de imigração, a análise qualitativa foi feita através de referências a “estrangeiros”.

3. Esta menção se refere à tributação de acordo com nacionalidade do investimento estrangeiro, então não foi contada na análise qualitativa.

Esse quadro nos serve como ponto de partida para a análise qualitativa dos programas, de modo que possamos compreender os possíveis fatores de atração discursivos que levaram esses partidos à Assembleia da República em 2019, independentemente de suas ações no cenário político desde então. Alguns dados que se destacam: o uso do termo “império” no programa do Chega; as múltiplas referências à língua portuguesa realizadas pelo PS e pelo PSD, partidos que atualmente ocupam, respectivamente, os cargos de primeiro-ministro e de presidente em Portugal; e o aparente foco dado a questões raciais pelo programa do Bloco de Esquerda. Tendo em vista facilitar a leitura, separamos a seguinte apreciação de acordo com o partido em pauta.

V.1. Bloco de Esquerda

O Bloco de Esquerda foi criado em 1999 pela junção de três atores políticos preexistentes, a União Democrática Popular, o Partido Socialista Revolucionário e a Política XXI, declarando seu objetivo de articular diferentes vertentes da esquerda portuguesa (Marujo 2019). É interessante mencionar que o seu programa começa por abordar a precarização da realidade laboral portuguesa, tendo como exemplos os recibos verdes, os trabalhos temporários, a *uberização*, entre outros. É um reconhecimento da vulnerabilidade intrínseca ao sistema capitalista atual. Para além dessa crítica, o partido reforça a importância do Estado Social como um caminho para a compensação de assimetrias. Esse posicionamento retórico condiz com o alinhamento político do BE como representativo da esquerda portuguesa.

A ocorrência dos termos “colonialismo”, “escravatura” e “história do país” aparece no contexto do Capítulo 4, Direitos fortes contra o conservadorismo e o preconceito, no subtópico 4.1 “Combater o racismo estrutural”. Entre as propostas levantadas está a “Criação de equipamentos que ajudem a difundir um conhecimento mais completo e rigoroso da **história do país**, designadamente da **escravatura**, do **colonialismo**; e do contributo de outros povos e comunidades para a sociedade e a cultura portuguesas (Bloco de Esquerda 2019, 123, destaque nosso). Este trecho nos remete ao que foi discutido por Jerónimo (2015a) quanto aos discursos que mantinham visões apaziguadoras do legado colonial, exatamente por sua recusa a fazê-lo. As propostas aqui dispostas enfatizam a necessidade de rever como a história portuguesa é ensinada, para que os sistemas coloniais de conhecimento que discutimos não sejam perpetuados. Uma mensagem similar é encontrada na seguinte passagem:

Abertura dos manuais e outros materiais escolares a novas correntes problematizadoras dos **legados históricos e culturais**, no quadro de um processo de **revisão curricular** mais amplo; oferta de ensino bilíngue nas línguas mais utilizadas em cada comunidade escolar; a formação e contratação de mediadores e mediadoras escolares oriundos das comunidades racializadas mais representadas localmente; fim das turmas e escolas segregadas e do desproporcional encaminhamento de alunos e alunas do ensino básico das comunidades racializadas para vias profissionalizantes. (Bloco de Esquerda 2019, 123, destaque nosso)

Mais do que isso, o trecho questiona o tratamento social de indivíduos de comunidades racializadas, o qual acaba por se transformar em ações institucionalizadas e em uma contínua “política de diferença” pelo mero fato que as pessoas envolvidas no sistema educacional carregam ideologias discriminatórias. Embora as demais menções da revisão do programa escolar não façam direta referência à reinterpretação do passado português, sua colocação no subtópico “Uma escola inclusiva, moderna e democrática” – dentro do capítulo “Pagar a dívida externa e investir na igualdade e na coesão” – aparenta seguir na mesma linha de superação de assimetrias sociais.

Como indicado pela análise quantitativa, o BE deu grande ênfase ao tema do racismo; esse fato fica explícito não só na recorrência da palavra-chave, mas também no uso do subtópico 4.1 para ilustrar o racismo estrutural presente em Portugal. São utilizados dados do *European Social Survey* para situar o país como possuente do mais elevado índice de racismo biológico da Europa, além de aparecer em quinto lugar no quesito racismo cultural. A essa discussão acadêmica, o partido adiciona ainda as manifestações empíricas desse racismo, como a segregação territorial e a violência policial contra a população afrodescendente e cigana. O subtópico como um todo admite

a existência de desigualdades históricas em Portugal e elabora um plano de combate que envolve políticas direcionadas para comunidades racializadas, que variam desde medidas de ação afirmativa até a revisão da Lei da Nacionalidade.

A proposta de revisão dessa lei visa a consagração do princípio *jus soli*, de modo que todos os nascidos em Portugal tenham acesso à nacionalidade, “independentemente do estatuto legal de seus progenitores e progenitoras” (Bloco de Esquerda 2019, 122). Das três ocorrências do termo “nacionalidade”, duas são em relação a esta lei, enquanto a terceira faz referência às “pessoas com nacionalidade dos PALOP”, informando sobre as condições mais precárias nas quais esses indivíduos se encontram em comparação com nacionais portugueses: estão mais representados em profissões menos qualificadas, recebem rendimentos menores, tem o dobro da taxa de desemprego, possuem uma menor expectativa de vida, entre outras questões.

Similarmente ao seu estudo do racismo em Portugal, a questão imigratória não fica restrita à repetição de palavras-chave. O subtópico 4.2 “Um novo ciclo de políticas para as migrações” se dedica à realidade da imigração em Portugal, começando por refletir sobre seu alinhamento com a política europeia de dificultar a imigração legal, apesar de possuir interesse em determinados tipos de presença imigrante. O BE destaca a vulnerabilidade dos imigrantes não-documentados e como, embora muitos contribuam para a Segurança Social, frequentemente acabam em condições análogas à escravidão. Suas propostas englobam a mudança da legislação portuguesa para além das orientações da “Europa fortaleza”, maior acesso a direitos por parte dos imigrantes, alterações nas políticas de acolhimento de refugiados, e o estabelecimento de medidas mais inclusivas, como o fim da segregação racializada – que mencionamos acima – e a promoção do ensino bilíngue. É também nesse subtópico em que se menciona o termo “xenofobia”, ao discutir a existência de atitudes discriminatórias no interior da sociedade portuguesa. Outros momentos em que o “imigrante” é invocado no programa do BE incluem o contínuo debate da dualidade de políticas e como o tratamento em Portugal diverge de acordo com a condição financeira do imigrante:

1) Em Portugal, como em toda a Europa do sul, o trabalho agrícola assalariado tem seguido um modelo assente em mão de obra de baixa qualificação, sobretudo **imigrante**, muitas vezes subcontratada ou sem vínculo formal, com reduzida remuneração, paga à tarefa. (Bloco de Esquerda 2019, 26, destaque nosso)

2) Um país, dois sistemas – bem se poderia sintetizar assim o modo como Portugal se relaciona com os e as **imigrantes**: para os e as **imigrantes** ricos, com 500 mil euros para comprar habitação de luxo e fazer disparar a especulação do imobiliário nos grandes centros

urbanos, estende-se a passadeira vermelha dos vistos *gold*, com inteira complacência com a corrupção e o branqueamento de capitais a eles provavelmente associados; para os e as **imigrantes** que aqui chegam com a sua força de trabalho e a determinação de conquistar uma vida digna, estende-se o tempo exasperante de espera por um atendimento no SEF, a permanência interminável em condição irregular e a inerente exposição à violação de todos os direitos fundamentais. (Bloco de Esquerda 2019, 124-125, destaque nosso)

Temos ainda a referência à “língua portuguesa”, palavra-chave esta que foi adicionada por esperarmos haver menções à relação de Portugal com os países com os quais compartilha a língua oficial (o espaço lusófono) ou haverem propostas que buscassem a manutenção da cultura portuguesa, que deixasse implícita uma “essência” nacional. No caso do BE, entretanto, as ocorrências do termo tiveram um caráter um tanto diferente. Embora a primeira ocorrência se refira aos PALOP, o faz numa explicação da realidade enfrentada por estrangeiros desse grupo em Portugal e não numa exaltação do projeto lusófono em si. Por sua vez, a segunda ocorrência (que se repete ao ser sumarizada no final do capítulo) está na proposta de ensino da língua para imigrantes, o que faz sentido dentro do contexto de comunicação no interior de uma mesma comunidade nacional, sem parecer carregar ambições neocoloniais. Seguem abaixo os trechos:

1) Na educação, persistem práticas como a existência de turmas exclusivamente constituídas por alunas e alunos ciganos ou afrodescendentes, taxas mais elevadas de retenção no ensino básico e secundário e de encaminhamento para cursos profissionais para estudantes nacionais dos países africanos de língua oficial portuguesa, condicionando a frequência do ensino superior, ao qual esses alunos e alunas acedem cinco vezes menos do que os e as estudantes com nacionalidade portuguesa. (Bloco de Esquerda 2019, 122)

2) Nova regulamentação do acesso ao Programa “Português para Todos” que permita uma aprendizagem da língua portuguesa em ambiente formal desde o início da permanência em Portugal para imigrantes e para refugiados e refugiadas; (Bloco de Esquerda 2019, 125)

Por último, o uso da palavra-chave “mar” – e variações como marinho ou marítimo – esteve sempre no contexto das propostas ambientais do BE, fugindo de referências simbólicas à expansão marítima portuguesa.

V.2. Chega

Tendo em conta a literatura estudada no Capítulo III, é preciso situar o Chega como parte de um movimento maior, de direitas neonacionalistas, populistas, que vêm se tornando mais pronunciadas no cenário político europeu. Esse fenômeno é reconhecido por Coelho (2021), que discute como o discurso antissistema de André Ventura – presidente e face do partido Chega – o levou ao Parlamento em 2019, e como vem se destacando por “[apontar] o dedo a minorias desamparadas e socialmente irrelevantes,

atraindo extremos radicais e saudosistas do antigo regime” (Coelho 2021, para. 2). Entre essas minorias está a minoria cigana, frequente alvo de hostilidade por parte de Ventura, apesar do fato que a maioria da população cigana em Portugal é de fato portuguesa (Mendes, Magano e Candeias 2014). Como vimos anteriormente, entretanto, ter cidadania já não significa o mesmo que ser parte da comunidade étnica local, uma condição que ganha mais valor no quesito de pertencimento ao “eu” nacional. Não é implausível dizer que o Chega como ator político possui ações que contribuem para a restrição de uma identidade nacional legítima, o que ocasiona a exclusão daqueles vistos como estrangeiros étnicos, mesmo quando possuem estatuto legal no país.

O primeiro episódio da reportagem de Coelho (2021) ressalta como a ausência de uma ideologia política bem-definida permite que o Chega caminhe entre a extrema-direita e a social-democracia. Essa ambiguidade discursiva é ilustrada pelo fato de que, embora negue o posicionamento do Chega como parte da extrema-direita, Ventura permitiu sua integração, em 2020, ao grupo europeu Identidade e Democracia (ID), que engloba partidos de extrema-direita (Lusa 2020). É uma questão que Coelho (2021) abrange ao trazer ex-militantes do Chega para falar sobre a manipulação realizada por Ventura em sua retórica, enquanto o presidente do partido mantém que seu posicionamento é antissistema, mas sem estar voltado para o radicalismo ou o extremismo. Nosso objetivo ao abordar tais inconsistências é tentar situar o Chega em um alinhamento político, de acordo com seu posicionamento próprio e com a interpretação midiática, para que agora avancemos para a análise documental, dissociada das ações políticas de Ventura na mídia e no Parlamento.

Diferentemente do programa do BE, o programa do Chega não possui nenhuma menção do colonialismo português e a única menção das “descobertas” ou do “descobrimento” foi feita em relação à defesa de um Museu dos Descobrimentos. A exaltação do passado colonialista sem um reconhecimento de suas consequências negativas é um tema comum nesse documento. As ocorrências de “império” e de “mare nostrum” seguem esse mesmo tom:

[O espaço atlântico] Foi o nosso único eixo estratégico entre os finais do século XIII e as últimas décadas do século XX. O Atlântico Sul foi para o **Império Português** aquele **mare nostrum** que para o Império Romano havia sido o Mediterrâneo. Foi ao Atlântico que fomos buscar a energia que nos permitiu sobreviver como nação livre e independente. Uma energia proveniente de dois tipos de recursos: os recursos económicos e financeiros trazidos pelo **Império** (futuro **Espaço Lusófono**) e recursos militares trazidos pela aliança com a maior

potência **marítima** ao longo da segunda parte do segundo milênio. (Chega 2019, para. 307, destaque nosso)

A escolha por “mare nostrum” reforça a comparação de Portugal com o Império Romano, no que parece ser uma tentativa de engrandecimento desse passado expansionista. Essa comparação nos remete também ao conceito do “quinto império”, de um espaço conectado pela ação civilizadora de Portugal que criasse um último império seguindo o fim do Império Romano. O programa ainda destaca que “foi ao Atlântico que fomos buscar a energia que nos permitiu sobreviver como nação livre e independente”, reafirmando a ideia de que a constituição de Portugal como nação-império lhe beneficiou na balança de poder europeia, com essa visão de que as colônias haviam limitado a ação de outras potências sobre o território português e impedido sua eventual absorção por estados militarmente mais fortes.

Essas palavras-chave aparecem na seção de Política Externa do programa do Chega, onde também estão concentradas as menções ao “espaço lusófono”. Como um todo, é interessante destacar como a temática da soberania permeia esta seção, havendo diversos momentos em que a profundidade da cooperação internacional é delineada como possível somente enquanto não houver perda de soberania por parte do estado português, no que resulta em críticas à participação atual na ONU e em determinados acordos que, ao ver do partido, iriam contra os interesses nacionais. Ao falar dos espaços de integração nos quais Portugal poderia participar, o programa propõe:

- 1) A definição da política externa deverá de ter em conta os interesses permanentes, as cumplicidades ideológicas, as constantes históricas, a herança cultural, os determinismos geográficos e a evolução tecnológica. A conjugação destas seis variáveis aponta para uma política externa multipolar, integrando um espaço europeu sem nele se aniquilar, um espaço atlântico sem dele depender, um **espaço lusófono** sem nele se iludir. (Chega 2019, para. 163, destaque nosso)
- 2) Para além do referido acima existe a necessidade de equacionar o abandono das organizações supranacionais que forem contrárias aos interesses e à soberania de Portugal (Chega 2019, para. 284)
- 3) Eliminação de participação em agências e ONG’S que interferem na soberania nacional (Chega 2019, para. 285)
- 4) Independentemente das questões acima enumeradas, a necessidade da imediata reversão da outorga do suicidário “Pacto para as Migrações” que a “ONU” pretende concretizar (Chega 2019, para. 286)

As referências a “constantes históricas” e “herança cultural”, em particular, demonstram como o passado está presente no documento e o empenho do partido em manter o status quo associado à identidade nacional. Essa preocupação com a integridade da nação e com a manutenção de papéis históricos lembra a ideologia propagada pelo

Estado Novo. Especificamente no subtópico sobre o “Espaço Atlântico”, o programa utiliza o passado imperial para justificar ambições atuais junto de ex-colônias ou antigos aliados (o Reino Unido, por exemplo). Essa abordagem fica clara no trecho a seguir, o qual combina referências ao passado imperial – que teria sido benéfico para Portugal – e um futuro de ameaças por potências europeias:

Uma energia proveniente de dois tipos de recursos: os recursos económicos e financeiros trazidos pelo **Império** (futuro **Espaço Lusófono**) e recursos militares trazidos pela aliança com a maior potência **marítima** ao longo da segunda parte do segundo milénio. A partir da independência do Brasil e, particularmente após 1975 com o abandono das nossas posições em África e da nossa posterior adesão à UE abandonámos completamente o eixo atlântico da nossa política externa para mergulharmos totalmente no Espaço Europeu. É fácil de entender que foi um erro e que se não reequilibrarmos rapidamente esta posição quase exclusiva rapidamente seremos absorvidos, como Nação, pelo poder conjugado da Alemanha e da França com a total perda da nossa independência.

Chegou o momento de retomar a nossa centralidade no Atlântico consolidando e reforçando as relações com os Aliados desse espaço como os EUA, Reino Unido (a partir do momento em que saia da UE), Irlanda e **Espaço Lusófono** com particular relevo para o segmento desse espaço que contorna o Atlântico Sul. (Chega 2019, para. 307-308, destaque nosso)

O documento deixa claro que o abandono dessas conexões atlânticas – que, na realidade, se deu pela independência do Brasil e pelo processo de descolonização que antecedeu 1974 – teria sido um erro estratégico por parte de Portugal. A centralidade no espaço atlântico que o programa sugere buscar remete o leitor novamente ao passado colonial, como se fosse possível resgatar as relações de poder daquele período em pleno século XXI. O programa de política externa do Chega favorece relações bilaterais e caracteriza relações multilaterais como potencialmente perigosas, já que as decisões tendem a ser tomadas em razão do ator de mais poder. Curiosamente, entre as alianças nomeadas pelo Chega – EUA, Reino Unido, Irlanda e Espaço Lusófono – somente o Espaço Lusófono seria um cenário de negociação multilateral, talvez porque, nesse contexto, a “centralidade” de Portugal pudesse ser assegurada. Embora o assunto não seja aprofundado, o programa sugere também a transformação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa em uma Comunidade Económica, na qual as ambições portuguesas poderiam ser articuladas não só no meio cultural, como também no político e económico:

Em caso de colapso da UE o **espaço lusófono** e o Espaço Atlântico são as duas alternativas a explorar. E importa que sempre haja mais do que uma alternativa para salvaguarda de uma sempre necessária liberdade de movimentos. Assim sendo, importa ir lançando as bases de proposta da evolução da **CPLP** para **uma Comunidade Económica de Países de Língua Portuguesa** (CEPLP). Tal passo permitiria a afirmação do **espaço lusófono** não apenas no plano cultural, mas também nos planos político e económico. (Chega 2019, para. 321, destaque nosso)

Três das ocorrências relacionadas ao termo “mar” ainda são feitas dentro da seção de política externa e servem para reforçar a ideia de uma “aposta estratégica no mar” (Chega 2019, para. 309, destaque nosso), devido à posição de Portugal no Atlântico. As demais menções estão associadas a questões de segurança – a Polícia Marítima e a Brigada Fiscal Marítima – e de proteção civil – perigo de invasão do mar em zonas ribeirinhas.

O parágrafo colocado acima é também a primeira referência à “língua portuguesa”, que só é invocada novamente quando o partido propõe “exigir o devido reconhecimento da língua portuguesa a nível internacional conforme a sua importância como uma das cinco línguas mais faladas do mundo, com 273 milhões de falantes” (Chega 2019, para. 457), fato este que é acrescentado à discussão dos patrimônios culturais portugueses. É curioso pensar, entretanto, que, de acordo com o Instituto Camões, 271 milhões de pessoas no mundo são falantes de português (Instituto Camões s.d.) e, de acordo com o IBGE, o Brasil possui 213 milhões de habitantes (IBGE 2021), que teoricamente falam sua língua oficial. A necessidade de reconhecimento da língua portuguesa no cenário internacional, apesar de cerca de 81% dos falantes serem brasileiros – e não portugueses –, nos permite inferir que a língua seja vista como uma contribuição portuguesa ao mundo, uma interpretação que ignora como a expansão linguística esteve fortemente associada ao colonialismo português.

Como já mencionamos, o esquecimento tem forte papel no programa do Chega. A única menção da “escravatura” faz referência à falsa alegação de Portugal “ser o primeiro país a abolir a escravatura” (Chega 2019, para. 151), sem tocar no envolvimento que Portugal teve no tráfico negreiro e como se beneficiou desse sistema. Ademais, a palavra aparece mais uma vez nesse mesmo parágrafo para falar de uma “neo-escravatura light e pós-moderna, mas não menos insuportável”, que seria a carga de impostos exigida pelo governo português. A comparação assim feita diminui ainda mais a gravidade do passado escravista português, colocando-o como “não menos insuportável” do que as demandas estatais que existem atualmente.

Similarmente, a única ocorrência de “história de Portugal” é feita conjuntamente da referência à “revisão curricular”, que defende “o ensino e a promoção, sem interferências **reversionistas** e ideologias que a adulterem, da **História de Portugal**, alicerçadas nos factos objectivos que a marcaram” (Chega 2019, para. 449). Outro trecho que possui esse mesmo tom é a proposta de “manter e preservar, sem revisionismos

circunstanciais, a onomástica e toponímia originais de monumentos históricos e vias de comunicação” (Chega 2019, para. 446). De fato, essa perspectiva de conservação do sistema de conhecimento sem questionamentos pós-coloniais transparece não só nas propostas, mas na construção discursiva do programa, como na utilização da palavra “história” com significados além do nacional. Embora certos trechos do programa – nomeadamente, suas seções de política externa e de patrimônio cultural – atribuam à história forte influência no direcionamento atual do país, em outros momentos é negado que o legado histórico deva afetar medidas políticas contemporâneas. Seguem alguns exemplos de como o termo é apresentado:

- 1) Tudo isto numa sociedade **historicamente** construída ao longo de séculos, com uma **identidade cultural** própria definida por um determinado conjunto de valores, costumes e tradições. (Chega 2019, para. 12, destaque nosso)
- 2) A **História** política, económica e social dos últimos duzentos e cinquenta anos resume-se à progressiva ditadura do pensamento único igualitário em prejuízo da Liberdade exigível e da Fraternidade possível. (Chega 2019, para. 63, destaque nosso)
- 3) Um mundo de homens exactamente iguais, a poder ser construído, seria um mundo logo estagnado, em breve condenado ao retrocesso e, a prazo, ao desaparecimento. A diferença entre os homens é o motor da **História**. (Chega 2019, para. 103, destaque nosso)
- 4) A Responsabilidade individual por oposição à mística responsabilidade colectiva. A culpa que se atira de um para o outro acabando por ser carregada nas costas largas “da sociedade” e “da **História**” é o princípio do fim de uma comunidade. (Chega 2019, para. 124, destaque nosso)
- 5) A cidade não é machista nem opressora e resulta de séculos de **história** de evolução e desenvolvimento. (Chega 2019, para. 497, destaque nosso)

Embora não tenhamos contabilizado o termo “historicamente” em nossa análise quantitativa, ressaltamos seu uso no trecho 1 devido à combinação com a primeira ocorrência de “identidade”. O Chega concebe o seu partido como parte dessa continuidade histórica que teria permitido à nação portuguesa uma restrição de sua identidade coletiva. O partido é colocado, então, como defensor das características sociais que constituem a nação, entre elas a família. Esse assunto é abordado na seção “Funções soberanas do Estado”, no subtópico “Vida, Família e Educação”, o qual aponta a importância desses espaços de socialização na constituição do sujeito.

O destaque dado pelo partido à intervenção política na esfera doméstica dos cidadãos nos remete ao estado nacional-social como descrito por Balibar (1991), o que fica ainda mais claro quando o Chega afirma que a “família natural” é a “garantia de **identidade cultural e civilizacional** e apenas nela pode residir a certeza de que o Homem não regressa à selva de onde saíram os seus antepassados” (Chega 2019, para. 245, destaque nosso). O uso de “identidade cultural” está alinhado com a institucionalização

da vida privada pelo estado para poder controlar espaços de socialização, mas a adição de “civilizacional” sugere uma conexão com ideologias imperiais de diferenças entre civilizações, que implica uma perda de civilidade caso a “família natural” portuguesa fosse lesada ou se sua estrutura fosse alterada por ideais externos. O partido declara que “a família é o elemento fundamental da sociedade, célula base onde se processa a transmissão cultural, pela qual todos os valores fundamentais assimilados no passado são transmitidos de geração em geração” (Chega 2019, para. 245). Vê-se novamente uma ênfase ao passado, colocando a família – quando de acordo com o formato delimitado pelo estado – como a via pela qual é mantido o status quo.

Essa mesma ênfase é vista no subtópico do “Património cultural, ambiente e turismo”, no qual o Chega afirma “que é função soberana do Estado a preservação do Património Cultural, material e imaterial, pois que é um bem da Nação, faz parte da sua **História** e, como tal, é um bem que a todos diz respeito” (Chega 2019, para. 443, destaque nosso). Entre as propostas aí apresentadas está um “plano integral para o conhecimento, difusão e protecção da **identidade nacional** e dos contributos dados por Portugal para a **civilização** e para a **história universal**, com especial atenção para as gestas e feitos dos nossos heróis nacionais” (Chega 2019, para. 445, destaque nosso). Essa colocação vai além do mero esquecimento; a referência a contribuições à civilização em conjunto com a ideia de protecção da identidade nacional cria uma imagem com claras implicações imperiais.

A última menção de “identidade” vem na seção de “Elogio à diferença”, na qual é discutida a ideia de que a globalização e o “globalismo” funcionam como forças homogeneizadoras que apagam as diferenças específicas de cada indivíduo. O partido se vale de um argumento biológico para dizer que cada ser humano possui um “patrimônio genético” próprio, concebido a partir das características únicas de suas famílias, e prossegue com o aumento de níveis ao falar das diferenças entre comunidades, nações e civilizações. A lógica assim definida busca se posicionar contra o que chamam de “euro-diluição” e de “massificação”, que seriam resultados das pressões atuais para integração no cenário internacional e para uma eventual perda de soberania por parte do estado português. Essa estratégia discursiva nos remete, entretanto, ao “*droit à la différence*” francês. Introduzido na década de 1980 pelo governo socialista para promover a aceitação da diversidade cultural interna francesa, esse princípio foi apropriado pela Frente Nacional para falar sobre o direito francês de proteger sua identidade – vista como única

e fixa – da mescla com identidades distintas com as quais entraria em contato (Buettner 2016b). As mensagens do Chega e da Frente Nacional são semelhantes: cada nação teria direito a ser diferente das demais e de querer conservar o que lhes faz diferentes, seja pela resistência à integração europeia, seja pela limitação da entrada imigrante.

Em contrapartida, o significado original do direito à diferença, que seria a construção de uma sociedade multicultural, não se faz presente no programa do Chega. Pelo contrário, há uma “rejeição do multiculturalismo e de qualquer política pública nele fundamentado. Caso, por exemplo, das discriminações positivas com base étnica, cultural ou religiosa” (Chega 2019, para. 448). Essa colocação dá a entender que, apesar de reconhecer a diferença entre os indivíduos, quaisquer tentativas de transformar desigualdades sociais em medidas políticas são vistas com reprovação pelo partido. Sem entrar no tema de assimetrias internas à nação, o Chega foca sua análise na homogeneização cultural causada pela integração internacional. Temos, assim, o seguinte trecho:

O globalismo consiste na tentativa de destruir todas as diferenças obtendo, como resultado, uma massa amorfa de iguais que não interagem, mas que absorvem os ditames, a censura e a escravidão imposta por um Grande Irmão, nome sofisticado para um mero capataz de escravos globais impotentes porque castrados. (Chega 2019, para. 103)

É relevante notar que as críticas à globalização levantadas nessa seção do Chega parecem tender para a esfera cultural e não para a econômica. Ao falar de “escravos globais”, o partido não busca questionar as inseguranças do sistema econômico neoliberal, mas sim os movimentos ideológicos que promovem a igualdade entre as pessoas. Em seu repúdio a esse “marxismo cultural”, o partido tenta até mesmo igualar o fato que cada ser humano possui uma codificação genética única à necessidade de ver os indivíduos como distintos na esfera social. Essa transposição das ciências biológicas para o campo das ciências sociais e humanas nos remete ao darwinismo social e ao determinismo do século XX, e à sua utilização pelos impérios coloniais para legitimar ações expansionistas. Outro aspecto do programa que possui interpretação dúbia é a utilização do termo “civilização”, com referência à “civilização ocidental” e ao “mundo civilizado”, o que inevitavelmente cria um “outro” que fica fora dessa percepção de civilidade. No trecho a seguir, por exemplo, vemos uma preocupação com a disseminação, no interior do sistema educacional, da história e cultura ocidentais e portuguesas, especificamente:

Promover a cultura geral em todos os cursos de ensino médio e superior, enfatizando o legado histórico da **civilização ocidental** em geral e da **cultura portuguesa** em especial. (Chega 2019, para. 276, destaque nosso)

Verifica-se, portanto, uma tentativa de resguardar a identidade nacional: pela determinação do que entram em contato no sistema educacional; pela tentativa de conservar o passado português sem os questionamentos de seu legal, como vem a acontecer desde a descolonização; e também pela restrição de quem é aceito como parte da comunidade interna. Essa última faceta toma duas formas: a limitação de quem tem acesso à nacionalidade portuguesa e a limitação da entrada de imigrantes. Por meio das ocorrências da palavra-chave “nacionalidade”, observamos o direcionamento do Chega quanto ao acesso à nacionalidade portuguesa:

- 1) A **nacionalidade** portuguesa deve ser atribuída prioritariamente a descendentes de portugueses. (Chega 2019, para. 378, destaque nosso)
- 2) Revogação das vias rápidas para adquirir a **nacionalidade** portuguesa. (Chega 2019, para. 409, destaque nosso)
- 3) Elevar a exigência do nível de idioma, tributação e integração para a aquisição da **nacionalidade**. Exigir a manutenção da cidadania de origem. Possibilidade de perder a **nacionalidade** adquirida por actividades contra a soberania, segurança ou independência nacional. (Chega 2019, para. 410, destaque nosso)
- 4) Serão estabelecidas quotas de origem privilegiando as **nacionalidades** que compartilhem com Portugal o idioma e a cultura. (Chega 2019, para. 412, destaque nosso)
- 5) Estudar e implementar novas penas complementares ou acessórias a introduzir na Lei, como a de reparação de danos pelo trabalho, castração química para crimes de violação ou de pedofilia e afins, de cassação da **nacionalidade** em caso de terrorismo, tráfico de seres humanos, tráfico de drogas, ou de crimes contra a liberdade religiosa e a integridade física designadamente sempre que praticados por cidadãos naturalizados em Portugal. (Chega 2019, para. 422, destaque nosso)
- 6) A perda de **nacionalidade** deve ser cassatória como pena acessória, para os naturalizados condenados por crimes de violência contra terceiros, terrorismo e tráfico de estupefacientes. (Chega 2019, para. 423, destaque nosso)
- 7) A aquisição de **nacionalidade** caduca sempre que o beneficiário tenha cadastro por crimes de violência contra terceiros. (Chega 2019, para. 424, destaque nosso)
- 8) Os refugiados não poderão obter **nacionalidade** portuguesa nem residência, mas sim uma autorização em forma de título precário de refugiado, enquanto o seu país de origem se mantiver em situação guerra. (Chega 2019, para. 425, destaque nosso)

Em geral, como esperado, o partido busca restringir o acesso à nacionalidade portuguesa, de modo que os indivíduos que eventualmente a consigam possuam um perfil similar àquele da coletividade nacional. Isso se dá pela priorização de descendentes de portugueses e pela intenção de aumentar a exigência quanto ao conhecimento da língua portuguesa. Ao mesmo tempo, o aumento de tributação proposto também iria contribuir para diminuir o acesso à cidadania de indivíduos com menor poder aquisitivo. Se entrarmos na questão da exclusão de estrangeiros étnicos mencionada no Capítulo I e a

tendência para um encarceramento desproporcional dessa parcela populacional, percebemos que o número de propostas que incluem a cassação da nacionalidade de indivíduos naturalizados portugueses também funciona como uma medida restritiva.

Dentre as menções dessa palavra-chave, também é possível notar que o Chega busca restringir o acesso ao estado de bem-estar social, para que só os cidadãos portugueses disfrutem de seus benefícios. Essa atitude se aproxima do postulado por Eger e Valdez (2015) quanto a aceitação de medidas econômicas tipicamente de esquerda pela direita neonacionalista, desde que seja mantida a exclusão dos estrangeiros. É essa aceitação que leva Mudde e Kaltwasser (2013) a sugerirem que políticas de preferência nacional são parcialmente inclusivas; permitem que toda a comunidade nacional tenha acesso a medidas de bem-estar social, mesmo que sob a condição dessas não serem acessíveis para indivíduos que não pertencem à comunidade interna.

Alguns exemplos são:

- 1) Numa primeira fase e enquanto tal não for possível, defende-se a criação de um cheque-família como incentivo à taxa de natalidade, a fornecer mensalmente em todos os casos em que ambos os pais tenham naturalidade e **nacionalidade portuguesa** e sejam oficialmente residentes em Portugal, estipulando o valor de um ordenado mínimo para o agregado familiar com 3 filhos, acrescido de um suplemento por cada filho que se siga ao terceiro, com o fim de que a mãe possa optar por exercer plenamente o seu papel de mãe de família. (Chega 2019, para. 250, destaque nosso)
- 2) Retirada de todos os privilégios nas prisões (salários, apoios sociais, bolsas de estudo...) para prisioneiros condenados por terrorismo e quaisquer **imigrantes** ilegais. (Chega 2019, para. 367, destaque nosso)
- 3) Revogação da Lei de Bases da Habitação que regula incumbir ao Estado português a garantia o “direito” a habitação a todos os cidadãos independentemente, entre outros critérios, do território de origem ou da **nacionalidade**. (Chega 2019, para. 490, destaque nosso)
- 4) Entendemos que não deverá ser obrigação do Estado providenciar habitação social a cidadãos estrangeiros – **imigrantes**, migrantes ou refugiados – residentes em território nacional com base em medidas de discriminação positiva conforme indica a mesma Lei. (Chega 2019, para. 491, destaque nosso)
- 5) Eliminação do acesso gratuito a serviços de saúde para **imigrantes** ilegais e comparticipação para todos os residentes legais que não tenham um mínimo de 5 anos de permanência em Portugal, com exceção de serviços de urgência. (Chega 2019, para. 526, destaque nosso)

As limitações impostas ao imigrante em Portugal e a contínua referência à existência de imigrantes em condição ilegal são indicativas do tom que o programa do Chega possui quanto à presença imigrante. Contudo, é a junção dos temas segurança e migração dentro de uma mesma seção (“Justiça, segurança e migrações”) que melhor representa não uma mera politização da imigração, mas a real securitização do tema. De fato, logo na introdução do subtópico “Segurança” é colocado que “esses novos perigos a que se torna imperativo estarmos vigilantes e sermos combativos passam também pela

imigração descontrolada, pelo tráfico de drogas, pela mobilidade das redes do crime organizado” (Chega 2019, para. 380, destaque nosso), numa construção frasal que parece equiparar a imigração com as demais ameaças criminosas. Adicionamos ainda o fato que, apesar do partido caracterizar a imigração como descontrolada, como vimos no início deste capítulo, o saldo migratório português só se tornou positivo em 2016 e, mesmo assim, foi só em 2019 que alcançou um crescimento efetivo da população positivo. Entre as medidas propostas quanto às migrações, encontramos, por exemplo:

- 1) Deportação dos **imigrantes** ilegais para os seus países de origem (Chega 2019, para. 404, destaque nosso)
- 2) Deportação de **imigrantes** que estejam legalmente em território português mas que hajam reincidido no cometimento de delitos leves ou tenham cometido algum delito grave (Chega 2019, para. 405, destaque nosso)
- 3) Revisão dos tipos penais e agravamento das penas no combate às máfias da **imigração** ilegal assim como para quem com elas colabore sejam ONG’s, empresas ou particulares (Chega 2019, para. 406, destaque nosso)
- 4) Qualquer **imigrante** que tenha entrado ilegalmente em Portugal estará incapacitado, para o resto da sua vida, para legalizar a sua situação e, portanto, a receber qualquer auxílio da Administração (Chega 2019, para. 407, destaque nosso)
- 5) A **imigração** será encarada tendo em conta as necessidades da Economia portuguesa bem como a capacidade do **imigrante** para se integrar. (Chega 2019, para. 411, destaque nosso)

Enquanto todos os trechos que retiramos do documento ilustrem a intenção por parte do Chega de fortalecer as punições associadas à imigração ilegal, é o trecho 5 que melhor demonstra como a imigração em si não é vista de forma negativa e sim a imigração que não atende às necessidades identificadas pelo estado. Essa observação vai de acordo ao que falamos sobre a existência de imigrantes desejáveis e indesejáveis, sendo possível que a opinião pública e as medidas políticas restritivas não estejam alinhadas com os interesses empresariais de entrada de mão-de-obra vulnerável. Curiosamente, o Chega foi um dos únicos partidos que não fez menção à xenofobia e sua única menção de racismo foi realizada num contexto mais abrangente de combate a “práticas políticas e religiosas que ofendam o ordenamento jurídico português” (Chega 2019, para. 412). O racismo é apresentado entre outros conceitos – como o antisemitismo, a aplicação da Sharia e os casamentos forçados de menores – que interpretamos, pela construção frasal do documento, serem supostamente externos à sociedade portuguesa.

Fica implícito, portanto, que as temáticas do racismo e da xenofobia não teriam uma presença forte o suficiente na sociedade portuguesa para justificar que o partido propusesse medidas que as combatessem. Essa colocação do grupo nacional como detentor de uma superioridade ética em relação aos demais se aproxima do que

Triandafyllidou (2003) fala sobre a construção de alteridade no discurso político. Essa elevação da comunidade nacional lembra os mitos luso-tropicais do não-racismo português e de sua adaptabilidade aos trópicos: o “bom colono” português, contraposto ao “outro” intolerante.

V.3. Iniciativa Liberal

A Iniciativa Liberal foi criada em 2017 com o objetivo de lutar pela liberdade econômica, política e social, no que Ricardo Arroja – cabeça-de-lista do partido – afirma estar fora do eixo horizontal direita-esquerda (Paulo 2019). Apesar dessa tentativa de localizar-se discursivamente como puramente liberal, é inevitável que a opinião pública e a mídia coloquem o partido sob a denominação mais abrangente da direita portuguesa. A introdução do programa da IL deixa claro que seus interesses residem no campo econômico, com uma discussão imediata sobre o posicionamento de Portugal no ranking de riqueza da União Europeia e com uma crítica ao socialismo que teria levado o país a um estado de estagnação.

Uma análise geral da organização de seu programa revela que essa preocupação com o desenvolvimento econômico permeia todo o documento. Uma busca pelas seções de Justiça e Defesa demonstrou quanto as prioridades da IL divergem do Chega, muito embora ambos os partidos tenham chegado à Assembleia da República no mesmo ano: Enquanto o programa do Chega trazia diversas referências à ameaça da presença imigrante e do terrorismo, esses temas não ganharam enfoque na IL. Devido à ausência de ocorrência ligadas à palavra-chave “imigração”, optamos por uma busca da palavra “estrangeiro”, resultando em 22 menções. Dentre essas ocorrências, entretanto, a maioria se referia ao investimento estrangeiro ou a questões de fora do país, com um número muito limitado que realmente aludia à presença de cidadãos não-nacionais em Portugal, as quais se concentraram na seção sobre serviços consulares.

Muitas das palavras-chave usadas na nossa análise quantitativa não apareceram no programa da IL, como colonialismo, descobrimento, escravatura, história de Portugal, imperialismo, império, multiculturalismo, racismo ou xenofobia. Diferentemente do que passou no programa do Chega, a supressão do passado colonial não parece carregar o mesmo tom de esquecimento proposital, porque não houve exaltação de outros momentos passados ou de uma continuidade histórica. O enfoque econômico do partido simplesmente não possui pretensões de enquadrar suas intenções futuras em um contexto sociocultural prévio. O liberalismo econômico proposto não dá espaço para medidas de

ação afirmativa, como no caso do Bloco de Esquerda, mas seu liberalismo social leva a um afastamento do conservadorismo do Chega. Ao mesmo tempo, as menções de “civilização” indicam uma preferência pela aproximação a culturas com as quais Portugal já possui alguma semelhança:

1) Este efeito dissuasor pode ser ainda amplificado, através da participação de Portugal em alianças com outros países da mesma área **civilizacional**, sendo esta participação um elemento fundamental da equação da segurança. (Iniciativa Liberal 2019, 241, destaque nosso)

2) Contratar, na medida do possível a maior parte destes meios a indústrias nacionais ou de países que se situem na nossa área **civilizacional** e que ofereçam contrapartidas vantajosas. (Iniciativa Liberal 2019, 243, destaque nosso)

Esses trechos estão localizados na seção de Defesa, no tópico sobre a adequação das Forças Armadas. Como dissemos anteriormente, essa seção não apresenta a securitização da imigração de uma forma explícita, mas é possível deduzir que suas referências a “ameaças internas e externas”, “ameaças transnacionais” e a “salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses” acabam por englobar questões como o terrorismo. Interessantemente, as Forças Armadas acabam sendo usadas pelo partido para ir em defesa da nação, não só no sentido de manutenção de sua soberania, mas também da esfera cultural e moral que a compõe. É neste momento que a IL se utiliza dos termos “Portugal no Mundo” e “identidade nacional”, relacionando-os ao papel das Forças Armadas em Portugal:

1) “As funções de segurança e defesa são um bem público indispensável e um contributo insubstituível do Estado para o bom funcionamento do conjunto da sociedade e da economia.” Constituem um elemento de **Identidade Nacional**, uma Referência de Valores, sendo um dos pilares do Estado; (Iniciativa Liberal 2019, 238, destaque nosso)

2) Em terceiro lugar, o Estado não é apenas o território, o povo e os seus órgãos políticos. Valores também são a nação. Aliás, são os valores que a sustentam. Sem estes, não haverá substância nem auto-estima. Sem estes, o Estado soçobrará. Goste-se ou não, as Forças Armadas são um dos pilares morais do Estado.

Em quarto lugar, as Forças Armadas desempenham um papel importante em termos de política externa. São um dos meios de afirmação de **Portugal no Mundo**. (Iniciativa Liberal 2019, 244, destaque nosso)

As menções à palavra “mar” também ocorrem na seção de Defesa, estando completamente voltada para o desenvolvimento de uma marinha efetiva. Embora o programa dê certa ênfase ao espaço marítimo português, o objetivo declarado está alinhado com possíveis rotas comerciais e não com a criação de zonas de influência cultural. Não houve nenhuma referência à lusofonia ou ao espaço lusófono, e somente uma menção da língua portuguesa no contexto de sua promoção no exterior:

Melhor coordenação com organizações portuguesas para promover a aprendizagem da língua portuguesa. (Iniciativa Liberal 2019, 220, destaque nosso)

Essa entrada na esfera cultural nos leva à seção “Cultura” do programa, na qual a IL defende a “Transformação das grandes instituições culturais de âmbito nacional em fundações públicas com regime de direito privado” (Iniciativa Liberal 2019, 258, destaque nosso). Não muito é dito quanto à relevância do patrimônio cultural, com uma mera referência ao fato que essas instituições culturais possuem forte ligação com a “identidade nacional”. O foco do programa fica limitado à viabilidade administrativa e financeira das propostas ali apresentadas. Numa colocação que condiz com o liberalismo defendido pela IL, é sugerido que o estado não precisa necessariamente ser um agente na esfera cultural e que seria preferível um maior envolvimento civil.

V.4. Partido Comunista Português

No enquadramento deste trabalho, o PCP se junta ao BE como representação da esquerda portuguesa. Criado em 1921 e possuinte de um longo histórico de combate à ditadura do Estado Novo, o partido adota o marxismo-leninismo como parte de sua doutrina e se posiciona como uma “alternativa patriótica e de esquerda” (PCP 2020). Em seu programa, o partido se singulariza como o ator político capaz de combater a “subordinação do poder político ao poder económico” e de colocar “os interesses nacionais à frente das imposições externas” (PCP 2019, 9). É interessante como sua introdução nos remete, não ao programa do BE, mas às críticas do Chega quanto à euro-diluição de Portugal, devido à maneira como o PCP contrasta a União Europeia e o Euro aos interesses portugueses. Esse momento de distanciamento do projeto europeu não implica um movimento para a direita; pelo contrário, o PCP encara a UE como representativa do sistema neoliberal que ameaça a segurança dos cidadãos portugueses, enquanto para o Chega essa ameaça é abordada como cultural e não econômica.

Essa preocupação por parte do PCP aparece também no capítulo 7 – o capítulo final, chamado “Portugal na Europa e no Mundo” –, no qual o partido discute como o “aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e da instabilidade e insegurança decorrentes da ofensiva **imperialista**” (PCP 2019, 107, destaque nosso) afetam Portugal. Vemos, então, que o PCP começa e termina seu programa com críticas à UE, colocando-a como sujeita aos interesses de potências econômicas e políticas. O programa se dispõe

a delinear projetos que priorizem o bem-estar dos trabalhadores, como a adoção pela EU de um Pacto de Progresso Social e pelo Emprego. Defende, também, o respeito dos direitos humanos e do desenvolvimento dos povos como parte de sua política migratória, indo contra perspectivas mais militarizadas como a da “Europa fortaleza”. É nesse capítulo que vemos muitas das menções a “colonialismo” e “imperialismo”:

1) [...] a realidade evidencia que a União Europeia continua a dotar-se de um conjunto de instrumentos que a configuram como um bloco económico, político e militar de natureza **imperialista**. (PCP 2019, 107, destaque nosso)

2) A defesa do interesse nacional e toma partido contra o **imperialismo**, o **colonialismo** e quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos. (PCP 2019, 109, destaque nosso)

3) Combate às reais causas das migrações em massa, nomeadamente as políticas **neocoloniais**, os processos de ingerência externa e as guerras de agressão, o saque dos recursos naturais. (PCP 2019, 111, destaque nosso)

Curiosamente, essas menções nada dizem sobre o passado imperial português e o foco se mantém nas relações interestatais contemporâneas, com um enquadramento especificamente europeu, dentro do qual Portugal aparece como um ator de menor poder. Sob essa lógica, faz sentido que as palavras-chave “descobrimento”, “escravatura”, “história de Portugal”, “identidade”, “império” e “lusofonia” não ocorram no programa, porque não houve tentativa por parte do PCP de resgatar qualquer continuidade histórica ou de projetar ambições neoimperialistas. Chegamos a buscar outros termos com significados similares, como “patrimônio histórico” ou “passado”, mas obtivemos os mesmos resultados. Apesar de não exaltar o período imperial, o PCP também não replica as críticas do BE e não sugere uma revisão do currículo escolar. Um dos únicos momentos em que o programa menciona o passado é ao falar sobre a preservação da “**memória histórica** da resistência e luta contra o fascismo” (PCP 2019, 88, destaque nosso). Até mesmo seu uso da palavra “civilizacional” está dissociado desse resgate histórico, sendo um comentário sobre a vitória civilizacional que é o aumento da expectativa de vida em Portugal.

A ausência de referências ao sistema colonial de conhecimento não exclui a busca por elementos nacionais que possam ser exaltados. A língua portuguesa – frequentemente associada à cultura portuguesa – aparece no programa em diversos momentos, numa sutil invocação da identidade nacional. Esse discurso não está necessariamente ligado a ideologias imperiais, entretanto, podendo ser somente um reflexo do “patriotismo” defendido pelo PCP, fora das “derivadas reacionárias e nacionalistas” (PCP 2019, 111) que o partido rejeita. O PCP também demonstra interesse na comunidade portuguesa

emigrante, com o objetivo de permitir que esses indivíduos mantenham sua identidade nacional enquanto no estrangeiro, o que se concretiza em projetos como o “Ensino de Português no Estrangeiro – EPE”. Seguem os trechos onde a “língua portuguesa” é mencionada:

- 1) [...] a valorização da **língua** e da cultura portuguesas; (PCP 2019, 20, destaque nosso)
- 2) Promoção do Ensino do **Português** no estrangeiro, no quadro da valorização e reforço do ensino do português – Língua materna junto das comunidades emigrantes, sendo assegurada a sua gratuitidade. (PCP 2019, 85, destaque nosso)
- 3) Criar um programa de apoio às pequenas livrarias e editoras independentes; reforçar do Programa de Bolsas de Criação Literária e promover medidas para uma política do Livro e da Leitura e a valorização da **Língua Portuguesa**. (PCP 2019, 88, destaque nosso)
- 4) A consideração de um jornal diário de propriedade pública, que contribua para o rigor, o pluralismo e a valorização da **língua**, da cultura e da coesão social e territorial. (PCP 2019, 95, destaque nosso)
- 5) A defesa de uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do País, com: a melhoria e reforço do Serviço Nacional de Saúde, geral universal e gratuito; a afirmação da Escola Pública, gratuita e de qualidade e inclusiva; o desenvolvimento Científico e Tecnológico; o acesso à cultura e a defesa do património; a valorização da **língua** e da cultura portuguesas, o apoio à livre criação e fruição artísticas; a garantia da segurança dos cidadãos; o direito ao acesso à justiça. (PCP 2019, 95, destaque nosso)
- 6) Uma política que promova a preservação e expansão da **língua** materna, no ensino de português no estrangeiro (EPE), desde logo com a eliminação da propina para o ensino secundário; garantir a gratuitidade dos manuais escolares. (PCP 2019, 96, destaque nosso)

De forma similar, as referências a “mar” estão relacionadas à legislação do espaço marinho para atividades econômicas, como a pesca, ou com a integração de transportes marítimos. Embora o termo possa ser associado ao imaginário das expansões marítimas, neste caso específico não houve nenhum indício de que seu uso visava resgatar uma conexão histórica.

Por fim, agrupamos as menções restantes como parte da discussão sobre a realidade do imigrante e do refugiado em Portugal. A maioria das ocorrências relacionadas a “imigração”, “nacionalidade”, “racismo” e “xenofobia” são feitas no subtópico “Imigração: combater desigualdades e discriminações”, que estipula a necessidade de políticas que combatam atitudes discriminatórias no interior da sociedade portuguesa. Não são estabelecidos obstáculos ao acesso ao estado de bem-estar social; pelo contrário, o programa reconhece que os imigrantes estão em uma situação desfavorecida em Portugal e propõe medidas que possam beneficiá-los:

- 1) O reforço da intervenção e eficácia da ACT no combate ao trabalho ilegal, clandestino e às redes que exploram trabalhadores **imigrantes**, assegurando a legalização do seu trabalho, a igualdade de tratamento e o respeito pelos direitos laborais e sociais. (PCP 2019, 63, destaque nosso)
- 2) [Discriminações no trabalho] Em razão da idade, etnia, **nacionalidade**, orientação sexual e condição clínica dos trabalhadores. (PCP 2019, 66, destaque nosso)

3) Os trabalhadores **imigrantes** – dos cidadãos mais desfavorecidos – beneficiaram sobretudo do aumento do Salário Mínimo Nacional, dos aumentos das reformas e pensões, do abono de família, da gratuidade dos livros escolares, da diminuição do preço dos passes sociais, entre outras medidas.

No entanto, continuam a registar-se enormes carências, desigualdades e discriminações e manifestações de **racismo** e **xenofobia**, a que há que dar forte combate. (PCP 2019, 99, destaque nosso)

4) – Simplificação e desburocratização dos processos de regularização e de outros serviços, diminuição dos seus custos, e aumento da capacidade de resposta por parte SEF e medidas mais eficazes no combate aos traficantes de mão de obra **imigrante** e às redes de tráfico de pessoas.

– Ratificação, por Portugal, da Convenção Internacional da ONU, facilitando o direito ao reagrupamento familiar e a alteração da Lei da **Imigração**, nomeadamente no que se refere ao fim do sistema de quotas de acesso ao emprego.

– Adopção de medidas de defesa e promoção dos direitos sociais e laborais dos **Imigrantes** e que facilitem a sua integração na sociedade portuguesa defendendo a diversidade cultural e o combate a medidas securitárias e repressivas (PCP 2019, 99, destaque nosso)

5) O PCP rejeita as linhas de consciente mistificação entre imigrantes e refugiados, visando acicatar atitudes de **xenofobia**. (PCP 2019, 99, destaque nosso)

Como vemos no trecho 4, o PCP se manifesta contra a securitização da imigração. Destacamos tal posicionamento devido ao fato que, ao contrário do que foi observado no programa do Chega, o discurso do PCP define o sistema capitalista como a fonte das dificuldades de Portugal e não a entrada da mão-de-obra estrangeira. Seu foco, portanto, está no combate a medidas neoliberais ou imperialistas que possam provocar ainda mais insegurança no interior da sociedade portuguesa, sem, porém, querer restringir a entrada de imigrantes por si só. Seu objetivo, como já colocamos antes, é o “combate às reais causas das migrações em massa” (PCP 2019, 111).

V.5. Partido Socialista

O PS é um dos maiores partidos de Portugal; atualmente, dos 230 deputados no parlamento português, 108 são do PS (Parlamento s.d.), além do primeiro-ministro português António Costa. O partido se descreve como alinhado a centro-esquerda (Partido Socialista 2020), o que, na prática, significa que tenta atuar junto dos partidos de esquerda ao mesmo tempo que mantém semelhanças de voto com o PSD, no que a mídia passou a considerar a volta de um “bloco central” – nome dado à aliança entre PS e PSD entre 1983 e 1985 – que nunca teria tido um verdadeiro fim (Oliveira 2021). Tendo em conta essas aproximações e distanciamentos políticos, este trabalho se volta para a identidade discursiva do PS, de modo que possamos apontar semelhanças com os demais programas aqui abordados.

Um tema comum que temos visto é o uso de “civilização” fora de sua concepção imperial. Suas ocorrências neste programa têm um sentido de avanços ou atrasos civilizacionais, aparecendo sob o tópico “Desigualdades”, no qual o PS defende a adoção de medidas contra as diferentes formas de discriminação que persistem em Portugal. Palavras-chave que remetem ao passado imperial também estão ausentes do documento – como “colonialismo”, “descobrimento”, “escravatura”, “história de Portugal”, “identidade nacional”, “imperialismo” e “império” – e, de uma forma geral, menções à “história” normalmente se associam à trajetória do partido na democracia portuguesa. Essa escassez de ocorrências nos levou a buscar por trechos que incluíssem as palavras “herança”, “legado”, “passado”, “património histórico” e “património cultural”, visando explorar de forma mais abrangente essa relação do PS com o passado:

- 1) Rever o regime de autorização de residência para investimento, que passará a ser dirigido preferencialmente às regiões de baixa densidade, ao investimento na criação de emprego e na requalificação urbana e do **património cultural**. (PS 2019, 144, destaque nosso)
- 2) Porque a cultura é viva, o PS irá promover a fruição ativa do **património cultural** através do desenvolvimento alargado do princípio da experiência. Um país que acredita na força simbólica e no potencial económico da experiência da cultura é um país que permite a cada indivíduo sentir-se especialmente conectado com a sua **herança** cultural. (PS 2019, 227, destaque nosso)
- 3) Porque a nossa cultura é não só um valor para os portugueses, mas também uma base para o diálogo entre Portugal e o resto do mundo, promoveremos políticas de difusão, internacionalização e promoção dos agentes e dos bens culturais portugueses. Porque a cultura de um país tem na sua **língua** um dos seus fundamentos e a **língua portuguesa é património** comum a vários países, o PS vai intensificar o contacto entre as diversas culturas que se expressam em português, através de projetos que testemunhem esta **herança** partilhada. (PS 2019, 228, destaque nosso)
- 4) O **património cultural** é uma responsabilidade coletiva. É necessária uma visão integrada e participada para as políticas sobre o **património cultural** e os museus, centrada na preservação da diversidade cultural, na construção da memória social e no acesso alargado à sua fruição. Estas políticas devem igualmente ter em consideração as transformações sociais e económicas e as novas tecnologias de informação e comunicação, alavancando o potencial do **património cultural** e dos museus. (PS 2019, 228, destaque nosso)
- 5) Ampliar iniciativas que contextualizem o **património histórico** edificado no âmbito das características específicas do local, convidando o público a viagens culturais ao **passado**; (PS 2019, 230, destaque nosso)
- 6) A capacidade inovadora e a originalidade dos criadores portugueses, em conjugação com o espaço comum de mais de duas centenas de milhões de falantes de português, constituem eixos fundamentais para a internacionalização da nossa cultura e para a construção de uma marca internacional de Portugal, ao mesmo tempo capaz de afirmar o **património histórico-cultural** português, a criatividade dos nossos artistas e a competitividade da economia do país. (PS 2019, 233, destaque nosso)

Como esperado, há uma constante ligação entre história e cultura. O PS – assim como o PCP – não ignora o papel que estes elementos possuem na constituição nacional, embora não chegue a especificar qual foi o passado português. Compartilhamentos linguísticos também são invocados, havendo menção da grande rede de falantes mundiais

de português, no que é enquadrado (trecho 6) como internacionalização da cultura portuguesa e a projeção de sua marca internacional. A ambiguidade dos trechos 3 e 6 permite interpretar esse compartilhamento linguístico como derivado de uma “herança partilhada”, mas não reconhece nem sua origem colonial, nem o lado negativo desse legado. O intuito expresso sob o tópico “Cultura” do documento está voltado para a promoção de Portugal no cenário internacional atual e no financiamento do patrimônio cultural e histórico na esfera doméstica.

A internacionalização da língua e cultura portuguesas também se faz presente no subtópico “Afirmar Portugal como país aberto à Europa e ao Mundo”, o qual trata da política externa proposta pelo PS. A abordagem proposta pelo partido envolve a projeção de Portugal em múltiplas frentes: na Europa, no Atlântico Norte, no Atlântico Sul, e junto à CPLP. A língua é colocada como um dos fatores de aproximação nas relações bilaterais, levando à sugestão de “Privilegiar também o relacionamento com cada um dos países de língua portuguesa, em África, na América Latina e na Ásia” (PS 2019, 51) e ao objetivo de “valorizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como comunidade de língua, cidadania, cooperação político-diplomática e espaço económico”.

Vale mencionar que, até o momento, o único partido que expressara similar interesse na CPLP fora o Chega. As propostas em prol do aprofundamento das relações econômicas e políticas dentro da CPLP, que se apoiam sobre a base do compartilhamento linguístico, podem ser interpretadas como uma tentativa de projeção internacional por parte de Portugal. Um aspecto curioso dessa proposta é que o PS não critica o sistema neoliberal internacional, como fez o PCP, apesar de ainda se posicionar como parte da esquerda. Em conjunto com a ausência de menções da história colonial portuguesa, as ambições descritas no programa podem ser interpretadas como de caráter imperialista ou, pelo menos, como um esquecimento proposital.

Por outro lado, vemos que o PS não se limita nessa busca por projeção internacional. A maioria das menções a “lusofonia” fazem referência a países e indivíduos “não-lusófonos”, em propostas que visam promover o ensino de português, seja entre comunidades imigrantes em Portugal, seja no exterior. Verifica-se no subtópico “Divulgar e promover internacionalmente a língua e cultura portuguesas” a importância dada à expansão linguística, o que levanta a questão: Será que a promoção do português no exterior também é um tema relevante para a pauta política de outros países da CPLP, ou será que seu destaque no programa do PS está associado ao conceito de lusofonia como

um legado de Portugal para o mundo e como uma forma de exercício de poder por Portugal? De fato, o tema de expansão da língua se repete no tópico de Cultura deste programa, sob o desígnio de “Internacionalizar as artes e a língua portuguesa”.

Outro tópico que nos chama a atenção é o das “Migrações”, onde é postulado que a entrada de imigrantes deve ser feita de maneira “regulada e integrada, para o desenvolvimento do país” (PS 2019, 142). Essa é uma colocação que se assemelha ao proposto pelo Chega sobre a regulação dos fluxos migratórios de modo a atender às necessidades nacionais. Ao mesmo tempo, o PS não se posiciona contra a legalização dos imigrantes indocumentados, defendendo o estabelecimento de vias para a sua regularização e para a integração dos imigrantes em geral. O programa não foca na imigração ilegal e, pelo contrário, fala sobre como uma imigração regulada pode ser vantajosa para a nação. Nesse sentido, o PS afirma que “é o partido da igualdade de oportunidades. Estará sempre ao lado de refugiados e **imigrantes** em situação de desproteção que procurem uma vida melhor e contra quem sustente posições **racistas**, **xenófobas** ou demagógicas que passem pela exploração de sentimentos básicos e egoístas na sociedade” (PS 2019, 142, destaque nosso).

O interesse pela entrada de migrantes também aparece no tópico “Demografia”, culminando na proposta de “adotar uma política consistente e eficaz no campo das migrações, assegurando uma boa regulação dos fluxos e a atratividade do país, para novos **imigrantes** e para o regresso dos emigrantes e seus descendentes” (PS 2019, 124, destaque nosso). O partido reconhece o envelhecimento populacional de Portugal e busca medidas que criem um ambiente mais favorável para o aumento da população ativa, nacional ou não. É nesse contexto que defendem um “acolhimento digno, inclusivo e respeitador da diversidade de quem procura o nosso país com a aspiração de construir melhores condições de vida para si e para a sua família em Portugal, recusando pactuar com atitudes **xenófobas** ou ceder à demagogia” (PS 2019, 124, destaque nosso). Observa-se, assim, que as menções de “imigração”, “racismo” e “xenofobia” estão frequentemente associadas, num posicionamento do PS como promotor de uma imigração “regulada e integrada” e de uma sociedade não-discriminatória:

1) Contribuir para o desenvolvimento de respostas comuns aos desafios com que a Europa está confrontada, designadamente quanto às migrações, às alterações climáticas e à transição para uma economia digital, mas também na defesa do Estado de Direito e na luta contra os populismos e os nacionalismos **xenófobos**; (PS 2019, 50, destaque nosso).

2) Intervir sobre fenómenos de violência, nomeadamente os ligados à atividade desportiva, criando mecanismos dissuasores de comportamentos **racistas**, **xenófobos**, sexistas e demais

manifestações de intolerância, estimulando o comportamento cívico e a tranquilidade na fruição dos espaços públicos; (PS 2019, 61, destaque nosso)

3) Em todos os momentos, em Portugal e no resto do mundo, o PS será líder na contestação a movimentos **xenófobos** ou que procurem uma atribuição de culpas a refugiados, **imigrantes** ou pessoas em função da sua etnia ou religião. (PS 2019, 125, destaque nosso)

4) Promover a cooperação entre autoridades, agentes desportivos e cidadãos, com vista a erradicar comportamentos e atitudes violentas, de **racismo**, **xenofobia** e intolerância em todos os contextos de prática desportiva, do desporto de base ao desporto de alto rendimento; (PS 2019, 149, destaque nosso)

Ainda sob o tópico “Migrações” do programa, é possível identificar diversas propostas de estímulo à imigração através de canais formais, especificamente no que diz respeito a países que possuem aproximação cultural com Portugal, como a criação de uma “zona de mobilidade e de liberdade de fixação de residência entre os países da CPLP” (PS 2019, 143), ou na valorização de lusodescendentes e de comunidades portuguesas no exterior. O partido também tira um momento para abordar como a própria administração pública pode encarar com suspeita esses imigrantes e sugere que deve haver uma separação entre funções administrativas e funções policiais associadas à imigração. Este tema ainda é apresentado como uma questão de segurança nacional – com a menção do terrorismo e de redes de tráfico humano –, mas o partido defende um tratamento mais digno dos indivíduos em processo de imigrar. A discussão quanto ao tratamento de estrangeiros nos remete à perpetuação de desigualdades étnicas no interior da comunidade nacional, à qual o PS parece se opor. Em seu projeto de integração dos estrangeiros étnicos, o partido defende o acesso aos serviços públicos, mas também o ensino da língua portuguesa, possivelmente para facilitar sua assimilação à cultura nacional. Além da maioria das ocorrências relacionadas a “imigração”, também encontramos as menções de “nacionalidade” sob este tópico:

1) É preciso insistir na promoção do estatuto constitucional dos estrangeiros, em particular através da sistemática equiparação de direitos civis, políticos e sociais entre nacionais e estrangeiros residentes em território nacional. Devem ainda ser aprofundadas as manifestações do princípio do direito de solo no regime da **nacionalidade**. (PS 2019, 146, destaque nosso)

2) Reduzir drasticamente os tempos e obstáculos administrativos e burocráticos à obtenção da **nacionalidade** portuguesa por efeito de vontade; (PS 2019, 147, destaque nosso)

3) Agilizar os processos de acesso à **nacionalidade** portuguesa dos lusodescendentes e seus familiares; (PS 2019, 148, destaque nosso)

O objetivo de combater quaisquer tipos de discriminação existentes na sociedade portuguesa se repete múltiplas vezes no decorrer do programa, mas é melhor explorado sob o tópico “Desigualdades”, onde se concentram a maior parte das menções a “racismo”

e “xenofobia”. Essa seção reconhece as assimetrias que persistem no país, apontando as diferentes esferas em que se fazem presentes:

No primeiro plano, importa reconhecer que em Portugal a discriminação é hoje, sobretudo, o resultado de práticas sistemáticas, suportadas pelo preconceito e pela pressão social, em domínios diversos: das desigualdades de género e da discriminação em relação à orientação sexual ao **racismo**, envolvendo ainda manifestações de xenofobia e segregação por **nacionalidade**, etnia ou classe social, por exemplo em relação aos mais pobres ou às pessoas com deficiência. (PS 2019, 156, destaque nosso)

Outro ponto de interesse está na afirmação pelo partido de ter havido uma “eliminação dos fundamentos institucionais do racismo e da segregação étnico-racial em geral” (PS 2019, 163), que expressa um otimismo que pode não estar completamente de acordo com a realidade portuguesa, especialmente quando o próprio partido havia mencionado em seções anteriores que a administração pública ainda encara os imigrantes com suspeita. Essa visão leva ao questionamento do que caberia como institucional: a legislação portuguesa meramente; ou também regulamentos internos de instituições que lidam com estrangeiros; ou até mesmo o próprio sistema educacional em sua possível replicação de sistemas coloniais de conhecimento. Ao mesmo tempo, o PS reconhece a existência de desigualdades étnicas que contribuem para a perpetuação de preconceitos contra comunidades vistas como o “outro”. O partido postula, ainda, que a naturalização desse preconceito possui efeitos negativos sobre a “coesão social e nacional”, no que interpretamos como uma alusão à dificuldade de integração e ao consequente transnacionalismo reativo pelos quais muitos imigrantes são submetidos.

Nossa última palavra-chave é o mar, que é descrito no programa como um dos elementos naturais de Portugal que podem ser explorados a seu favor, especificamente no que diz respeito a uma economia mais sustentável. Embora o subtópico “Apostar no potencial do mar” fale da “centralidade Atlântica” de Portugal, os interesses expressos pelo partido parecem se manter nas esferas econômica, ambiental e de governança, sem a ideia de projeção nacional através do mar que acompanha esse imaginário imperial. De toda forma, é interessante considerar se a relevância atribuída ao mar pelo PS trabalha com a memória de Portugal como uma nação de exploração marítima, ou se simplesmente reflete as preocupações atuais com o meio ambiente e a sustentabilidade de atividades como a pesca. A reincidência de temáticas ligadas ao período imperial, mas sem referências diretas ao passado e com um reconhecimento de desigualdades estruturais na

sociedade portuguesa atual colocam o PS numa posição de neutralidade que nos parece condizente com seu alinhamento de centro-esquerda.

V.6. Partido Social Democrata

O PSD é o segundo maior partido de Portugal: não só é o partido de Marcelo Rebelo de Sousa, o presidente da República, como possui 79 deputados na Assembleia da República, ficando atrás somente do PS (Parlamento s.d.). O partido se constrói como parte da oposição, numa dualidade que estabelece com o PS. De acordo com o atual líder do partido, Rui Rio, o PSD não faz parte da direita portuguesa; teria começado em 1974 como um partido de centro-esquerda, eventualmente assumindo sua posição centrista (Francisco e Sá 2021). Apesar de tal identificação, a mídia tende a colocar o PS como direita ou centro-direita, além de já ter sido observado que muitas de suas medidas acabam em alinhamento com o PS, no que vem sendo chamado de “bloco central” (Oliveira 2021).

O programa começa por delinear alguns objetivos básicos para o país, entre eles o desenvolvimento econômico, a preocupação com o meio ambiente, e o estabelecimento de uma sociedade menos desigual. Em sua proposta de uma “demografia mais dinâmica”, o programa aborda a questão do envelhecimento populacional e discute a necessidade de estabelecer um ambiente atrativo para evitar a emigração de portugueses e para a melhor integração de imigrantes. Nesta seção, a imigração não é colocada como uma ameaça à nação portuguesa, mas como uma possível solução para as suas preocupações demográficas. É nesse contexto que vemos a única menção de “multiculturalismo”, assim como as primeiras menções de “imigração”:

1) Portugal é um país que se tem revelado acolhedor de milhares de emigrantes e refugiados. Porém, ao bom acolhimento nem sempre tem correspondido idêntica abertura à sua integração e fixação, subsistindo bolsas de pobreza e de exclusão que urge eliminar. Portugal pode ser um exemplo de acolhimento e integração de migrantes, estruturando uma sociedade cosmopolita, tolerante e **multicultural** com elevados indicadores de integração social. (PSD 2019, 5, destaque nosso)

2) Portugal precisa de conceber políticas de **imigração** consistentes e estáveis que respondam aos previsíveis déficits de recursos humanos que, mais tarde ou mais cedo iremos enfrentar. (PSD 2019, 5, destaque nosso)

Dentro dessa “sociedade cosmopolita, tolerante e multicultural” que o PS defende, a dignificação do trabalho também é apresentada como um importante princípio. O partido admite que, embora o país tenha mantido baixas taxas de desemprego, houve uma

precarização das condições de trabalho, especialmente entre jovens. Há uma breve menção do combate a práticas laborais discriminatórias, mas esta seção do programa não se fixa na análise dos grupos de maior vulnerabilidade, se limitando a comentar sobre a importância da igualdade de acesso ao emprego e sobre como a formação profissional ao longo da vida é uma ferramenta para diminuição da exclusão social. Ao mesmo tempo, existe uma inclinação para a direita quando se fala de “violência tributária”, mesmo que acompanhada da defesa de um estado mais eficiente e descentralizado. Levando em consideração que estas seções compõem o capítulo introdutório do programa, faz sentido que a linguagem se mantenha mais vaga e que haja uma contínua invocação dos “portugueses” para acionar no público um sentimento de pertença. Um momento posterior explora também o ideal de “Portugal primeiro”, que define os interesses nacionais como acima de quaisquer questões partidárias, econômicas ou culturais. Na prática, isso daria abertura para que o PSD se articulasse mais livremente com os demais atores políticos.

É ainda na introdução que o partido propõe o posicionamento de Portugal como “um país europeu aberto ao mundo” (PSD 2019, 9), sob cujo tópico são discutidas as bases da identidade nacional portuguesa. Enquadrando o país como uma das nações europeias mais antigas, o partido argumenta que a soberania de Portugal foi construída a partir de suas ligações com a Europa, o Atlântico e a Lusofonia, numa retórica que parece resgatar o passado de forma implícita. Isso ocorre, por exemplo, quando o PSD diz – sobre as relações externas atlânticas – que “Portugal tem uma posição privilegiada no relacionamento com as Américas e com África” (PSD 2019, 10), sem justificar as origens dessa posição privilegiada. É interessante reforçar, ainda, que o PSD propõe uma cidadania comum e um novo regime de mobilidade entre a CPLP, o que é condizente com sua visão positiva – ou pelo menos neutra – da presença imigrante. Como vemos nos trechos a seguir, a identidade portuguesa é construída por meio de contatos históricos, e é sobre a manutenção dessas redes que o partido assenta suas expectativas para o futuro:

1) O seu posicionamento estratégico está na base da sua **identidade** e da sua independência, assente que é na tripla ligação à Europa, ao Atlântico e à **Lusofonia**. [...] Na perspectiva do PSD, a posição de **Portugal no mundo** depende muito da forma como conseguirmos valorizar esses três pilares (PSD 2019, 9, destaque nosso)

2) No mesmo contexto entendemos que é desejável densificar os laços com os países do Atlântico Sul. É nesse espaço que a **Lusofonia** tem maior expressão e é nele que entendemos a vantagem de um Espaço da Unidade do Atlântico, congregando os nossos aliados do Norte e do Sul.

As relações privilegiadas que mantemos com todos os países **lusófonos**, constituem uma base para a construção de uma convergência estável entre esses países, mas com especial atenção

ao Brasil e a Angola que já são grandes potências regionais e encerram um enorme potencial de crescimento e desenvolvimento económico.

Um dos instrumentos com maior capacidade de exploração dessas relações é a **CPLP**, de onde poderão emergir soluções inovadoras e de mútuo interesse para todos os parceiros, como é o caso de uma cidadania comum da comunidade de países, do novo regime de mobilidade dos seus cidadãos e do alinhamento estratégico em organizações internacionais. (PSD 2019, 10, destaque nosso)

A relação do PSD com o passado de Portugal é, novamente, representativa de como atores políticos se utilizam do esquecimento para promover seus objetivos. O programa recorre a diversas imagens do imaginário colonial para caracterizar as contribuições portuguesas ao mundo; o mar, por exemplo. A maior parte das ocorrências dessa palavra-chave estão associadas ao desenvolvimento de atividades marítimas para otimizar a competição do setor português no cenário internacional. Contudo, é a explicação da relevância dessas medidas que incita questionamentos, porque encobre o tema com uma exaltação histórica que não era verdadeiramente necessária:

Portugal é uma nação costeira de renovada grandeza geoestratégica e económica. O **mar** é uma presença constante na nossa **história**, herança e espólio cultural. O **mar** é um elemento incontornável na criação de riqueza, na afirmação da soberania e na afirmação de **Portugal no Mundo**. (PSD 2019, 46, destaque nosso)

Em contrapartida, termos como “escravatura”, “imperialismo” e “império” estão ausentes do documento, e “colonialismo” é utilizado somente como um comentário breve sobre a guerra colonial, sem aprofundamentos sobre do que se tratou e quais foram as consequências para Portugal e as ex-colônias. Similarmente, o termo “descobrimento” é usado somente quando o partido defende “a criação de um Museu de **Portugal no Mundo** que reflita de forma inovadora, mas sem preconceitos nem tabus, o que foi a longa **história** do nosso país, desde as primeiras caravelas até às atuais comunidades e países onde a presença da cultura portuguesa se faz sentir” (PSD 2019, 66, destaque nosso). O objetivo seria preencher a falta de um museu que “consagre a temática dos **descobrimientos**, da **expansão oceânica** e da presença de **Portugal no Mundo**” (PSD 2019, 66, destaque nosso). O programa do PSD desenvolve a identidade portuguesa pela articulação da “expansão oceânica” do passado com uma imagem cosmopolita atual.

O capítulo sobre cultura segue esse mesmo padrão de enfatizar a capacidade de adaptação do português e de sua mescla com outros povos, um conceito que nos remete ao luso-tropicalismo de Freire, embora o termo não apareça de forma explícita neste documento. O que se verifica é o resgate do colonialismo sob a denominação mais sutil de “expansão oceânica”, de modo que o partido possa tomar como patrimônio português

as consequências de sua exploração marítima, sem ter que reconhecer que essas “trocas” e “contatos” são uma maneira discursivamente apaziguadora de apresentar eventos de natureza mais violenta. Para além disso, vemos voltar aqui a ideia do não-racismo português – anteriormente presente só no programa do Chega –, de que esta nação teria uma predisposição inata a lidar com a diversidade, fato este que seria representado pelo seu histórico de emigração:

Portugal é uma das nações mais antigas do mundo e na sua formação soube combinar num território exíguo a diversidade das suas origens, integrando as raízes atlânticas, continentais e mediterrânicas, que moldaram a paisagem e os traços distintivos das suas gentes mobilizadas por uma vontade comum. A **expansão oceânica** ensinou-nos a conhecer o mundo na diversidade das **civilizações** e a incorporar uma inegável capacidade de lidar com a alteridade. Por isso, os desafios que o presente nos coloca mobilizam-nos para um novo renascimento cultural que o devir tanto nos estimula.

Lidamos bem com a diversidade, adaptamo-nos facilmente às múltiplas expressões do cosmopolitismo cultural, inovamos sem romper com a tradição e, como está bem representado na diáspora, realizamo-nos melhor fora da Pátria quando, tantas vezes, reduzimo-nos entre nós. Por isso entendemos que um projeto para Portugal exige uma política cultural enraizada na sua **identidade**, que lhe confira um sentido de futuro e uma dimensão global que a projete para além de nós. (PSD 2019, 63, destaque nosso)

Entre o que o PSD considera parte do legado português no mundo está a língua portuguesa, caracterizada como língua europeia, muito embora a maioria dos seus falantes se localize no Brasil. Não queremos, entretanto, questionar a origem europeia da língua, mas sim seu uso como ferramenta de projeção nacional. Fica claro no discurso do PSD que o partido visa utilizar a conexão linguística para promoção do país no exterior, chegando a dizer que a língua portuguesa é representativa da “presença de Portugal à escala global” (PSD 2019, 64), sem contextualizar como se deu tal presença. O reconhecimento da língua como um importante elemento da identidade nacional vai de acordo com o que vimos até o momento sobre construção identitária, e a compreensão da língua portuguesa como possuínte de “diferentes dinâmicas culturais” (PSD 2019, 64) impulsiona a imagem proposta pelo PSD de Portugal como uma sociedade cosmopolita e tolerante. Menções de “língua portuguesa”, “identidade” e “lusofonia” são interligadas no trecho a seguir:

O Português é a quinta **língua** mais falada no mundo e a quarta mais ensinada. Entre as línguas europeias é a terceira mais falada, logo após o inglês e o espanhol. A **língua portuguesa** é um pilar da soberania, da nossa **identidade** coletiva e da presença de Portugal à escala global. Por isso se torna um instrumento decisivo de afirmação da nossa cultura e de densificação dos laços que nos unem quer aos países **lusófonos** quer às comunidades portuguesas. (PSD 2019, 64, destaque nosso)

Embora esse discurso identitário pareça se aproximar daquele do Chega, é possível verificar semelhanças com as propostas do PS quanto ao reforço do ensino de língua portuguesa a estrangeiros e à promoção no exterior do patrimônio cultural português. Observa-se, talvez, uma aproximação com o liberalismo da IL: A defesa da lusofonia e o uso de elementos do imaginário colonial podem ser interpretados como ambições neocoloniais para projeção no sistema internacional, mas o partido foge – pelo menos em termos de retórica – do conservadorismo e fechamento sugeridos pelo Chega.

Esse discurso de inclusão aparece também na condenação de nacionalismos e de atitudes discriminatórias por parte do partido. Embora as únicas ocorrências relacionadas a “racismo” e “xenofobia” estejam no início do programa, essa mensagem reaparece no capítulo “Direitos Humanos, Desigualdade e Preconceito”, no qual o PSD admite que “entre a retórica das boas intenções legislativas e a realidade da igualdade e da discriminação, através das práticas e das atitudes, na sociedade portuguesa vai uma distância enorme” (PSD 2019, 97). O programa parece se equilibrar entre a valorização da dinamicidade populacional que Portugal ganha com a entrada imigrante e a necessidade de uma coesão interna, que só compreendem como possível pela valorização do nacional. Curiosamente, a preferência por uma imigração direcionada, vinda de países que partilham componentes culturais com Portugal, é menos enfática que no programa do PS, embora ainda presente. O trecho 3, apresentado a seguir, demonstra como o partido identifica a existência de desigualdades étnicas, enquanto os demais são exemplos do posicionamento do PSD quanto à presença imigrante:

1) O ressurgimento dos nacionalismos, o reforço de relevância eleitoral e social de movimentos **racistas** e **xenófobos** na Europa, e a aparente falência do multilateralismo, são fenómenos aos quais não podemos ficar indiferentes, e que resultam da desadequação das respostas que os sistemas políticos e os partidos políticos tradicionais têm oferecido aos cidadãos. (PSD 2019, 16, destaque nosso)

2) Num país que enfrenta um conjunto de desafios decorrentes da sua estrutura populacional, importa destacar o contributo positivo dos **imigrantes**, nos últimos anos, para a demografia portuguesa. (PSD 2019, 102, destaque nosso)

3) Os alunos de **nacionalidade** estrangeira continuam a apresentar níveis de sucesso escolar inferiores aos verificados para os alunos de **nacionalidade** portuguesa. No ano letivo de 2016/2017, a taxa de transição/conclusão dos alunos de **nacionalidade** estrangeira (78,8%) situava-se 12,5 pontos percentuais abaixo da taxa apresentada pelos alunos de **nacionalidade** portuguesa (91,3%).

Os trabalhadores estrangeiros estão, por comparação aos nacionais, mais representados nos grupos profissionais da base (em 2016, cerca de 51%, enquanto apenas 39% dos trabalhadores portugueses estavam enquadrados nesses grupos profissionais). As remunerações médias dos trabalhadores estrangeiros mantêm-se inferiores (em 2016, -4,5%) comparativamente com as dos trabalhadores portugueses.

Os **imigrantes** continuam mais vulneráveis e expostos a situações de desemprego. Em 2017 a taxa de desemprego para os estrangeiros de países extracomunitários fixou-se nos 14,6% (mais 5,7 pontos percentuais que a taxa dos cidadãos portugueses).

4) Desenvolver acordos de cooperação, no domínio da integração, com os países de origem dos principais fluxos migratórios, em especial com os países de **língua oficial portuguesa**, tendo em vista a valorização do espaço migratório **lusófono**; (PSD 2019, 103, destaque nosso)

As menções de “imigração” e “nacionalidade” se concentram nesse capítulo, numa exploração da vulnerabilidade do indivíduo imigrante que faltara na introdução do programa. As propostas apresentadas incluem não só medidas para a integração sociocultural dos imigrantes – como o ensino de língua portuguesa –, mas também políticas que promovam seu acesso a oportunidades de crescimento, como apoio ao empreendedorismo e combate ao abandono escolar. O partido finaliza o capítulo com a declaração que “o PSD, enquanto partido humanista, defende que Portugal deve manter a mesma disponibilidade e o mesmo espírito de solidariedade para com os migrantes deslocados, em estreita cooperação com a União Europeia e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)” (PSD 2019, 103).

V.7. Visão Geral

Esta análise sugere haver uma linha tênue entre tentativas de ignorar o passado colonial e a escolha de não politizar temas associados a esse passado. O que queremos dizer por isto é que, entre os partidos estudados, existem aqueles cujo foco se distancia da história portuguesa em geral, como o PCP e o IL, e aqueles que propositalmente negligenciam menções sobre a violência colonial, apagando-as da narrativa da expansão marítima portuguesa. Mesmo entre os partidos que recorrem ao passado como ferramenta narrativa, os enquadramentos discursivos utilizados tomam posicionamentos distintos, como sucede com o PSD e o Chega, por exemplo. O PSD possui um discurso sobre o “acolhimento” português que lembra o proposto pelo luso-tropicalismo, mas seu objetivo é de defender a presença imigrante no país, pelo menos enquanto esta atender às necessidades demográficas de Portugal. O Chega, por outro lado, faz breves menções à história nacional para enfatizar uma importância passada, como foi o caso em sua declaração de Portugal como o primeiro país a abolir a escravatura, mas negligencia o lado menos palatável dessa história. No lado oposto de espectro temos o BE, que coloca em causa os preconceitos estruturais da sociedade portuguesa e como são extensões do passado colonial.

Como um todo, poderíamos afirmar que houve uma politização da imigração em Portugal, dada a maneira como cinco dos seis partidos analisados possuem espaços para discutir a presença imigrante, seja para ressaltar a vulnerabilidade desse grupo, seja para criticar a ilegalidade dos processos de entrada no país. Assim, a securitização do tema também se faz presente, embora em graus diferentes, dependendo do partido. Da mesma forma que alguns partidos escolheram não invocar a história portuguesa em seus programas, a IL pouco fala sobre a temática da imigração, numa divergência da politização vista nos demais partidos. Esse fato não causa estranheza, entretanto, porque parece se alinhar ao perfil liberal que o partido projeta. Em termos de cenário geral, o tema da imigração está claramente presente, ao ponto que até mesmo sua omissão pode ser interpretada como uma estratégia política.

O Bloco de Esquerda segue essa tendência de politização da imigração, mas sem securitização. O programa discute a vulnerabilidade das comunidades imigrantes em Portugal, associando a discriminação que sofrem com um racismo estrutural decorrente do histórico de políticas racializadas do país. Adicionam a esse contexto os privilégios dados a imigrantes com melhores condições financeiras, alertando sobre as péssimas condições de trabalho às quais os menos favoritos acabam se submetendo. Para além disso, são propostas medidas de combate à persistência de ideologias discriminatórias no sistema educacional português, como a revisão do programa escolar e a reformulação do tratamento de estudantes que pertencem a comunidades marginalizadas, de modo a impedir sua continuada segregação. O programa também é o único a defender o acesso à nacionalidade portuguesa para todas as crianças nascidas em Portugal, independentemente de quem são seus progenitores.

O Chega, em comparação, parece ocupar um lugar completamente oposto. Seu programa alterna entre um esquecimento proposital da violência colonial e o resgate de imaginários passados, de feição colonialista, que condizem com a identidade nacional que desejam passar. As menções ao “império” e a Portugal como uma “potência marítima” são utilizadas para reforçar a histórica centralidade do país no espaço atlântico e, assim, para justificar ambições atuais nessa mesma região. Não só não há reconhecimento da violência envolvida nessas relações passadas, como há uma ativa negação da revisão curricular que poderia combater a contínua transmissão dessa ótica imperial higienizada. A conservação desse legado aparece também na preocupação do partido com uma “euro-diluição” e na defesa da identidade cultural portuguesa, historicamente construída. Em

seu programa, há uma completa securitização da imigração, com foco específico na entrada de imigrantes não-documentados, em seu controle apertado e em sua punição. Além disso, são observadas políticas de exclusivismo nacional, em que o acesso a medidas de bem-estar social estaria restrito aos cidadãos portugueses.

A Iniciativa Liberal, como discutimos acima, não adere à mesma politização da imigração que os demais partidos. O foco de seu programa é econômico: o seu enquadramento diagnóstico está mais voltado para a taxação excessiva que para qualquer preocupação com a presença imigrante. O PCP possui uma abordagem similar, no que diz respeito a esse enfoque econômico. Seu programa, entretanto, chega a tratar da temática migratória, reconhecendo a posição vulnerável que os imigrantes possuem na sociedade portuguesa. Embora o partido se descreva como patriota, seu programa possui breves momentos de repúdio ao sistema colonial e a movimentos nacionalistas contemporâneos, o que nos leva a crer que a ausência de maiores discussões não está associada a um esquecimento proposital, mas sim a essa diferença de foco. Aspectos da identidade nacional portuguesa, como a valorização da língua e da comunidade portuguesa emigrante, também fazem parte do programa, mas não houve aparente exaltação do imaginário imperial ou colonial.

O programa do PS se aproxima do PCP ao abordar a questão das desigualdades, sem, contudo, discutir possíveis origens históricas. Isso não significa que o partido ignora completamente o passado português: possui diversas menções ao patrimônio cultural do país e a sua projeção internacional, entrando num âmbito da cultura como ferramenta política que esteve ausente no programa do PCP. Nesse mesmo sentido, o PS o único partido além do Chega que expressa ambições em relação à CPLP como parte de sua política externa. Outro ponto de interesse é como a temática da imigração é trazida para o programa, colocada sob uma ótica positiva desde que seja feita de forma regulada. Esse posicionamento indica o início da securitização do tema, mas não possui o mesmo tom de hostilidade que o Chega, por exemplo. Sugerimos, então, que o PS equilibra a menção tangencial de temáticas imperiais e do passado colonial (a lusofonia, o mar, entre outros) com seu reconhecimento de desigualdades estruturais e discriminações étnicas na sociedade portuguesa.

Essas referências a imaginários imperiais também aparecem no programa do PSD, ainda de forma sutil, mas definitivamente presentes. A visão da sociedade portuguesa como “cosmopolita, tolerante e multicultural” nos remete a elementos centrais do luso-

tropicalismo do Estado Novo, muito embora o termo não apareça em nenhum dos programas aqui estudados. Esse discurso é introduzido como um fator positivo na entrada de imigrantes, identificada pelo partido como benéfica para o país devido a seu envelhecimento populacional. O resgate do passado fica mais claro quando o programa discute política externa, no qual frequentemente usa o termo “Portugal no Mundo” para tratar das relações históricas do país com as Américas e com a África, mas onde também não aborda a violência e as relações de poder presentes nesse contato histórico. Similarmente ao PS, o PSD condena a ocorrência de discriminações étnicas e defende medidas de inclusão, mas as origens desse desequilíbrio ficam conspicuamente ausentes das menções à história e à identidade nacional portuguesas.

Conclusão

O ponto focal desta dissertação foi estabelecer que a identidade nacional, embora não um fenômeno natural, é um elemento inegável da compreensão que o ser humano possui de seu lugar no mundo e de sua vivência. A dinamicidade identitária que acompanha a passagem para a pós-modernidade cria instabilidade em diversas esferas, quer pelo fator cultural, quer pelas inseguranças que atribuímos a esta fase do capitalismo leve (Bauman 2001). O fechamento de valores e interesses para as comunidades nacionais não é mais possível, porque essa comunidade se encontra ramificada em uma multiplicidade de identidades culturais. Isso significa que o cenário político também se fragmenta e os partidos se veem em uma competição pela atenção pública.

Da mesma forma que a era moderna foi caracterizada por estruturas pré-nacionais que permitiram aos estados procurarem formar nações, são as mudanças e inseguranças presentes em sociedades pós-industriais que criam as condições para movimentos em prol ou contra a imigração, em prol ou contra o sistema vigente, em prol ou contra o estado de bem-estar social. Todas essas vertentes são determinadas pelas transformações sociais apontadas por Norris e Inglehart (2019), que, por sua vez, advém das experiências individuais dos eleitores. Esse é um equilíbrio que gostaríamos de ressaltar: a contextualização sócio-histórica da sociedade portuguesa que aqui realizamos não pretende apagar a agência dos cidadãos como força de mudança, mas sim situar suas escolhas em um sistema semiótico que envolve influências múltiplas.

Ao trazermos a importância da língua no desenvolvimento do sujeito, referenciamos seu papel na socialização do indivíduo. É por meio da língua que são comunicados traços culturais e valores coletivos, além de ser uma forma simples de localizar o sujeito como parte de determinado sistema semiótico. Não foi à toa que Anderson (2006) apontou o capitalismo de imprensa como um importante fator na concepção de comunidades nacionais; a dispersão de ideias a partir do compartilhamento linguístico é ainda hoje uma das principais ferramentas dos estados-nações e o domínio da língua nacional continua a aparecer como uma exigência para acesso à cidadania. A língua representa a capacidade de participação na comunidade nacional e na produção do conhecimento partilhado dentro dessa comunidade.

A problemática do conhecimento desenvolvido no Ocidente foi abordada por Said (1990), que fala sobre como uma identidade oriental foi criada por autoridades ocidentais através de representações do “outro”, em um imaginário que inevitavelmente carregava ideologias imperialistas. Said questiona a suposta objetividade do conhecimento histórico, uma abordagem que tentamos trazer para a nossa análise. Sem julgamentos de caráter, nosso objetivo foi demonstrar que discursos atuais frequentemente se apoiam em perspectivas históricas influenciadas pelos paradigmas de quando foram primeiro criadas, como o luso-tropicalismo. Embora a invocação de uma sociedade inatamente tolerante possa ser feita com boas intenções, também está a negligenciar o papel de justificativa imperial que esse paradigma teve durante o século XX.

Como já discutimos, diversas são as maneiras que tais sistemas de conhecimento são difundidos. Durante a era moderna, o estado possuiu controle de um número de instituições e espaços de socialização que permitiram a aproximação da identidade nacional ao conhecimento produzido e ensinado. A diversificação que se intensifica com a pós-modernidade abre espaços para novas interpretações, devido à ampliação da influência midiática e ao surgimento de interstícios – como sugere Bhabha (1998) –, mas o estado não perde completamente o seu papel centralizador, estando ainda responsável pela instauração de políticas de caráter socioeconômico. Entretanto, cabe ao eleitorado definir os representantes governamentais que terão tal poder, o que se traduz na competitividade entre atores políticos para angariação de votos.

Nesse cenário pós-moderno, que inclui as inseguranças cada vez mais agravadas pelo processo de globalização e pelo sistema econômico internacional, a predisposição à suspeita do “outro” acaba por se associar à busca por soluções às dificuldades contemporâneas. Como discutido por Arendt (1979) e Haider (2019), o racismo continua sendo uma ferramenta de controle social, articulado de modo a redirecionar a hostilidade dos menos afortunados para que não se posicionem contra o sistema que os explora. Simultaneamente, a política identitária aparece como uma maneira de mobilizar a população em favor de determinado ator político, num posicionamento que tem mais a ver com a identidade apresentada ou percebida do que com verdadeiro alinhamento ideológico. Nos aproximamos de Mudde e Kaltwasser (2013) ao interpretar essa redobrada atenção à cultura como uma virada para a política identitária dentro do populismo europeu.

Sobre essa alteração da perspectiva política hegemônica, Yilmaz (2012) afirma que “o que costumava ser a divisão tradicional entre capital e trabalho que uma vez formou os contornos da esquerda e da direita na Europa é agora uma divisão cultural entre cidadãos nacionais de um lado e a elite cultural cosmopolitana e imigrantes muçulmanos do outro” (372-373, tradução nossa). Atribuímos seu foco na população muçulmana à maior visibilidade desses migrantes em termos de distinções culturais com o ocidente, o que certamente foi exacerbado pelos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, mas o postulado continua sendo verdadeiro para demais imigrantes. No enquadramento deste trabalho, a existência de desigualdades étnicas é reconhecida até mesmo pelos programas do BE e do PSD.

Em Portugal, a limitada saliência da temática migratória entre 1995 e 2014 observada por Carvalho e Duarte (2020) se conecta com o proposto por Hall (1979) sobre a constituição mútua dos partidos de diferentes alinhamentos. O consenso que pareceu existir até então impediu que houvesse o mesmo nível de politização da imigração que em outros países da Europa ocidental. Uma análise dos programas políticos anteriores a 2019 talvez pudesse indicar se o tema não se manifestava por outros meios, como na acessibilidade ao estado de bem-estar social ou em iniciativas para a assimilação de estrangeiros étnicos. Independentemente dessa pesquisa retrospectiva, a temática da imigração está de fato presente nos programas eleitorais de 2019, com a exceção da Iniciativa Liberal.

De uma forma geral, os partidos portugueses possuem um discurso favorável ao estado de bem-estar social, com especificidades na maneira que a direita aborda tal questão. O Chega, por exemplo, acompanha a tendência neonacionalista descrita por tantos autores como associada à direita (Eger e Valdez 2015; Finchelstein 2017; Doval e Souroujon 2021). Embora ainda mantenha forte enfoque na taxação estatal, o partido possui momentos de aceitação do bem-estar social, desde que seu acesso seja restrito à comunidade nacional, aproximando-se do exclusivismo nacional abordado por Eger e Valdez (2015). O PSD, por sua vez, possui uma abordagem mais tradicional e sua crítica à carga de impostos não extravasa para condenações do aumento de imigrantes em Portugal. Similarmente, a Iniciativa Liberal nem mesmo inclui o tema das imigrações em sua pauta.

Ainda nessa questão de posicionamentos entre a direita e a esquerda, o Chega e o Bloco de Esquerda aparecem como antíteses, similarmente à Iniciativa Liberal e ao PCP.

O que queremos dizer com isso: Os dois primeiros possuem um enfoque cultural e ideológico em seus programas eleitorais, enquanto os segundos parecem tomar uma abordagem mais econômica. Tanto o Chega quanto o Bloco de Esquerda se utilizam do passado português como base para suas propostas, embora os direcionamentos que tomam sejam opostos. O Chega – assim como o PSD e por vezes até o PS – resgata elementos do imaginário colonial, associando-os a ambições portuguesas atuais. O Bloco de Esquerda, por outro lado, dá destaque para as consequências negativas do período colonial e para as vulnerabilidades ainda presentes na população residente, em particular entre estrangeiros étnicos.

O que observamos é um mesmo tema sob enquadramentos discursivos completamente distintos. O enquadramento diagnóstico do Chega começa a fugir da direita tradicional – o liberalismo econômico que a IL ainda mantém – e se transfere para o neonacionalismo de Eger e Valdez (2015) e para o autoritarismo de Norris e Inglehart (2019), mas não é o único partido a declarar-se representativo de melhoras e mudanças. Quando o BE se posiciona como aliado de grupos vulneráveis ou quando o PCP se diz uma “alternativa patriótica e de esquerda”, esses são enquadramentos motivacionais para mobilização do eleitorado. Como vimos com Buonfino (2004) e Bourbeau (2011), a politização da imigração não ocorre somente por causa de atores políticos, mas como uma articulação contínua entre esses atores, a mídia e a opinião pública. Similarmente, quando Hill e Wilson (2003) falam de “política identitária” e de “política de identidades”, podemos inferir que o sucesso de uma política identitária que leva à exclusão social está associado a movimentos dentro de uma sociedade em que essa exclusão preexiste.

Essa é a importância da reflexão sobre como Portugal ainda encara seu legado imperial. Se partidos como o Chega e o PSD – que exaltam, embora de diferentes modos, as consequências do colonialismo português – possuem ainda hoje um forte eleitorado, é porque as instituições e espaços de socialização envolvidos na concepção do sujeito português carregam características do racismo e etnocentrismo que marcaram o sistema colonial de conhecimento. Confirmamos, assim, nossas hipóteses: sim, o cenário político português ainda recorre a argumentos associados ao imaginário colonial; e sim, de acordo com os programas de 2019, a entrada do Chega no parlamento acompanhou a tendência europeia de neonacionalismos. Ao mesmo tempo, verifica-se que partidos mais tradicionais como o PS e o PSD também tomam para si a temática imigratória, trabalhando na concepção do que compõe a identidade nacional. O discurso do Chega

pode parecer extremo, devido à maneira que invoca uma compreensão etnicamente hierarquizada da sociedade portuguesa, mas também é preciso reconhecer que a visão de tolerância do PSD introduz elementos luso-tropicais, que também fazem parte do sistema colonial de conhecimento e que abrem espaço para o negacionismo das desigualdades étnicas existentes no país.

A atenção que esta dissertação deu ao passado colonial português significou abrir mão da evolução historiográfica dos partidos políticos, que poderiam ser individualmente estudados para identificar possíveis mudanças ideológicas e adequações a novos contextos políticos. Tendo nos focado nas eleições de 2019, seria relevante examinar como os programas mudaram desde então. Essa limitação impede uma análise mais profunda de como a construção do “imigrante” em Portugal diverge ou se assemelha aos caminhos tomados por demais partidos europeus. Uma comparação com o caso francês ou britânico poderia ser de particular interesse, uma vez que esses países também tiveram um período imperial.

Essas considerações quanto ao trabalho aqui apresentado se alinham à nossa reflexão de como o resgate de complexidades históricas pode permitir compreender o presente, especialmente no que diz respeito à nação. O indivíduo é socializado no interior de sistemas que tiveram origem em um passado historicamente localizado e que deve ser estudado, de modo a permitir uma análise crítica de suas manifestações na atualidade. Muito dissemos sobre as condições ideológicas e simbólicas que envolveram o colonialismo português, mas nos faltou tratar das questões materiais pertencentes a este mesmo período, de modo a discutir como essas teorias se traduziram ou não em medidas políticas, institucionais e jurídicas. Uma análise futura se beneficiaria desse embasamento mais prático, pois permitiria delinear o desenvolvimento dessas e novas ideologias através da história.

Referências Bibliográficas

- Alba, Richard, e Victor Nee. 1997. "Rethinking Assimilation Theory for a New Era of Immigration." *International Migration Review* 31 (4): 826–74. <https://doi.org/10.4324/9780203621028-8>.
- Alexandre, Valentim. 1998. "Nação e Império." Em *História Da Expansão Portuguesa. Volume 4: Do Brasil Para a África (1808 - 1930)*, Francisco Bethencourt and Kirti Chaudhuri (eds.). Navarra: Círculo de Leitores.
- . 2000. "O Império Colonial No Século XX." Em *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Anderson, Benedict. 2006. *Imagined Communities*. London, Nova York: Verso.
- Appadurai, Arjun. 1996. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Vol. 148. University of Minnesota Press.
- . 2009. *O Medo Ao Pequeno Número: Ensaio Sobre a Geografia Da Raiva*. Tradução por Ana Goldberg. São Paulo: Editora Iluminuras, Itaú Cultural. <https://doi.org/10.48213/travessia.i73.135>.
- Arendt, Hannah. 1979. "Raça e Burocracia." Em *Origens Do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques, e Pedro Góis. 2009. "Imigrantes Em Portugal: Uma Síntese Histórica." *Ler História*, n. 56: 123–33. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1979>.
- Balibar, Etienne. 1991. "The Nation Form: History and Ideology." Em *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities.*, Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein (eds.), 86–106. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Balibar, Etienne, e Immanuel Wallerstein. 1991. *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. Verso. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Ballantyne, Tony. 2008. "Colonial Knowledge." Em *The British Empire: Themes and Perspectives*, Sarah Stockwell (eds.), 177–97. Londres: Blackwell.
- Bauman, Zygmunt. 2001. *A Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- . 2013. *A Cultura No Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Bell, Duncan. 2013. "Ideologies of Empire." Em *The Oxford Handbook of Political Ideologies*, Michael Freeden, Lyman Tower Sargent, e Marc Stears (eds.), 536–561. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.5860/choice.50-5912>.
- Benford, Robert, and David A. Snow. 1988. "Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization." Em *International Social Movement Research*, Bert Klandermans (eds.), 1:197–217. n.p.: Emerald Publishing.
- Berger, Peter L. 1999. "The Desecularization of the World." Em *The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics.*, Peter L. Berger (eds.), 1–18. Washington D.C.: Ethics and Public Policy Center.
- Bernstein, Mary. 2005. "Identity Politics." *Annual Review of Sociology* 31 (2005): 47–74. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.29.010202.100054>.
- Bethencourt, Francisco. 2015. *Racismos: Das Cruzadas Ao Século XX*. Lisboa: Temas & Debates - Círculo de Leitores.
- Bethencourt, Francisco, e Kirti Chaudhuri. 1999. *História Da Expansão Portuguesa. Volume 5: Último Império e Recentramento (1930 - 1998)*. Navarra: Círculo de Leitores.
- Betz, Hans Georg, e Carol Johnson. 2004. "Against the Current - Stemming the Tide: The Nostalgic Ideology of the Contemporary Radical Populist Right." *Journal of Political Ideologies* 9 (3): 311–27. <https://doi.org/10.1080/1356931042000263546>.
- Bhabha, Homi K. 1998. *O Local Da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bloco de Esquerda. 2019. "Programa Eleitoral 2019-2023". Acessado em 2 de janeiro de 2020. <https://programa2019.bloco.org/images/programa-com-fotos.pdf>
- Borrego, Barbara. 2016. "Demografia Da População Imigrante Em Portugal." <https://ec.europa.eu/migrant-integration/librarydoc/demographics-of-immigration-in-portugal>.
- Bourbeau, Philippe. 2011. *The Securitization of Migration: A Study of Movement and Order*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Breuilly, John. 1993. *Nationalism and the State*. Manchester e Nova York: Manchester University Press.
- Brubaker, Rogers. 2009. "Citizenship as Social Closure." Em *Citizenship and Nationhood*

- in France and Germany*, 21–34. Cambridge e Londres: Harvard University Press.
- . 2015. “Difference and Inequality.” Em *Grounds for Difference*, 1:11–47. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Buettner, Elizabeth. 2016a. “From Rose-Coloured Map to Carnation Revolution: Portugal’s Overseas Amputations.” Em *Europe after Empire: Decolonization, Society, and Culture*, 190–210. <https://doi.org/10.1017/cbo9781139047777.006>.
- . 2016b. “Reconfiguring Nations: Identities, Belonging, and Multiculturalism in the Wake of Postcolonial Migration.” Em *Europe after Empire: Decolonization, Society, and Culture*, 322–414.
- Buonfino, Alessandra. 2004. “Between Unity and Plurality: The Politicization and Securitization of the Discourse of Immigration in Europe.” *New Political Science* 26 (1): 23–49. <https://doi.org/10.1080/0739314042000185111>.
- Buzan, Barry. 1983. *People, States, and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post Cold War Era. International Journal*. Vol. 40. Brighton, Sussex: Wheatsheaf Books.
- Calhoun, Craig, Mark Juergensmeyer, e Jonathan VanAntwerpen. 2011. *Rethinking Secularism*. Nova York: Oxford University Press.
- Canclini, Néstor García. 1990. *Culturas Híbridas: Estrategias Para Entrar y Salir de La Modernidad*. Miguel Hidalgo: Editorial Grijalbo.
- Carr, Wilfred. 1995. “Education and Democracy: Confronting the Postmodernist Challenge.” *Journal of Philosophy of Education* 29 (1): 75–92. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9752.1995.tb00342.x>.
- Carvalho, João, e Mariana Carmo Duarte. 2020. “The Politicization of Immigration in Portugal between 1995 and 2014: A European Exception?” *Journal of Common Market Studies* 58 (6): 1469–87. <https://doi.org/10.1111/jcms.13048>.
- Castelo, Cláudia. 1999. *O Modo Português de Estar No Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Charaudeau, Patrick. 2015. “Identidade Linguística, Identidade Cultural: Uma Relação Paradoxal.” Em *Discurso e (Des) Igualdade Social.*, 13–30. São Paulo: Contexto.
- Chega. 2019. “Programa Político 2019”. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

<https://partidochega.pt/programa-politico-2019/>

- Cillia, Rudolf De, Martin Reisigl, e Ruth Wodak. 1999. "The Discursive Construction of National Identities." *Discourse and Society* 10 (2): 149–73. <https://doi.org/10.1177/0957926599010002002>.
- Clarence-Smith, William G. 1979. "The Myth of Uneconomic Imperialism: The Portuguese in Angola, 1836–1926." *Journal of Southern African Studies* 5 (2): 165–80. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/03057077908707999>.
- Coelho, Pedro. 2021. "A Grande Ilusão: o Ódio Saiu do Armário". SIC Notícias, 5 de janeiro de 2021. <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic/2021-01-05-A-Grande-Ilusao-o-odio-saiu-do-armario-6509975b>
- Cohn, Bernard S. 1996. *Colonialism and Its Forms of Knowledge*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Coletivo Combahee River. 1977. "The Combahee River Collective Statement." *American Studies*. Yale University. 1977. https://americanstudies.yale.edu/sites/default/files/files/Keyword_Coalition_Readings.pdf.
- Collyer, Michael. 2006. "Migrants, Migration and the Security Paradigm: Constraints and Opportunities." *Mediterranean Politics* 11 (2): 255–70. <https://doi.org/10.1080/13629390600682974>.
- Conklin, Alice L. 1997. *A Mission to Civilize: The Republican Idea of Empire in France and West Africa, 1895-1930*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Connerton, Paul. 2009. *How Societies Remember*. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo, Delhi: Cambridge University Press.
- Conrad, Sebastian. 2019. *O Que é a História Global?* Lisboa: Edições 70.
- Cooper, Frederick. 2016. *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*. Lisboa: Edições 70.
- Cunha, Luís, Lurdes Macedo, e Rosa Cabecinhas. 2018. "Fluxos, Trânsitos e Lugares de (Des) Encontro: Contributos Para Uma Lusofonia Crítica." *Comunicação e Sociedade*, no. 34: 147–64. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2941](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2941).
- Czaika, Mathias, e Hein De Haas. 2014. "The Globalization of Migration: Has the World

- Become More Migratory?” *International Migration Review* 48 (2): 283–323.
<https://doi.org/10.1111/imre.12095>.
- Deetz, Stanley. 2003. “Reclaiming the Legacy of the Linguistic Turn.” *Organization* 10 (3): 421–29. <https://doi.org/10.1177/13505084030103002>.
- Doval, Gisela Pereyra, e Gastón Souroujon. 2021. *Global Resurgence of the Right: Conceptual and Regional Perspectives*. Oxon e Nova York: Routledge.
- Eger, Maureen A., e Sarah Valdez. 2015. “Neo-Nationalism in Western Europe.” *European Sociological Review* 31 (1): 115–30. <https://doi.org/10.1093/esr/jcu087>.
- Eilstrup-Sangiovanni, Mette. 2021. “Re-Bordering Europe? Collective Action Barriers to ‘Fortress Europe.’” *Journal of European Public Policy* 28 (3): 447–67. <https://doi.org/10.1080/13501763.2021.1881585>.
- Figueiredo, António de. 2003. “The Empire Is Dead, Long Live the EU.” Em *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization*, Stewart Lloyd-Jones e António Costa Pinto (eds.), 127–44. Bristol e Portland: Intellect Books.
- Finchelstein, Federico. 2017. *From Fascism to Populism in History*. Oakland, CA: University of California Press.
- Fischer-Tiné, Harald, e Michael Mann. 2004. “‘Torchbearers Upon the Path of Progress’: Britain’s Ideology of a ‘Moral and Material Progress’ in India.” Em *Colonialism as Civilizing Mission: Cultural Ideology in British India*. Londres: Anthem Press.
- Foucault, Michel. 1999. *Vigiar e Punir*. 20ª edição. Petrópolis: Vozes.
- Francisco, Susete, e Paula Sá. 2021. “Rui Rio: ‘O PSD não é um Partido de Direita’”. *Diário de Notícias*, 27 de maio de 2021. <https://www.dn.pt/politica/rui-rio-o-psd-nao-e-um-partido-de-direita-13773396.html>
- Freixo, Adriano de. 2015. “Ecos Do Luso-Tropicalismo: A Presença Do Pensamento de Gilberto Freyre No Discurso Da Lusofonia.” *Textos e Debates* 2 (27): 471–84. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v2i27.3220>.
- Gellner, Ernest. 2008. *Nations and Nationalism*. 2ª edição. Ithaca, Nova York: Cornell University Press.
- Genschel, Philipp. 2004. “Globalization and the Welfare State: A Retrospective.” *Journal of European Public Policy* 11 (4): 613–36.

<https://doi.org/10.1080/1350176042000248052>.

- Giorgi, Alessandro de. 2010. "Immigration Control, Post-Fordism, and Less Eligibility: A Materialist Critique of the Criminalization of Immigration across Europe." *Punishment and Society* 12 (2): 147–67. <https://doi.org/10.1177/1462474509357378>.
- Greenfeld, Liah. 2009. *The Spirit of Capitalism: Nationalism and Economic Growth*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Greven, Thomas. 2016. "The Rise of Right-Wing Populism in Europe and the United States." *A Comparative Perspective*. Washington, D.C. <https://doi.org/10.11114/ijsss.v6i10.3650>.
- Haider, Asad. 2019. *Armadilha Da Identidade: Raça e Classe Nos Dias de Hoje*. São Paulo: Veneta.
- Hall, Stuart. 1979. "The Great Moving Right Show." *Marxism Today* 23 (1): 14–20. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11cw7c7.22>.
- . 1990. "Cultural Identity and Diaspora." Em *Identity: Community, Culture, Difference.*, Jonathan Rutherford (ed.), 222–37. Londres: Lawrence & Wishart.
- . 2006. *A Identidade Cultural Na Pós-Modernidade*. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A.
- . 2010. *Sin Garantías: Trayectorias y Problemáticas En Estudios Culturales*. Eduardo Restrepo, Catherine Walsh, e Víctor Vich (eds.). 1ª edição. Popayán, Lima, Quito: Enviñon Editores, Instituto de Estudios Peruanos, Universidade Andina Simón Bolívar - Sede Ecuador.
- Hall, Stuart, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke, e Brian Roberts. 1978. *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*. *The British Journal of Sociology*. 1ª edição. Vol. 29. Londres e Basingstoke: The MacMillan Press. <https://doi.org/10.2307/589668>.
- Hammond, Richard. 1969. "Unecomomic Imperialism: Portugal in Africa before 1910." Em *Colonialism in Africa, 1870-1960*, Lewis H. Gann e Peter Duignan (eds.), 1:286–319. Londres e Nova Iorque: Cambridge University Press. [papers2://publication/uuid/9DE5E685-A537-4808-BF96-1C37B58E2D15](https://doi.org/10.1017/CBO9780511524444.011).

- Hill, Jonathan, e Thomas Wilson. 2003. “Identity Politics and the Politics of Identities.” *Identities: Global Studies in Culture and Power* 10 (1): 1–8. <https://doi.org/10.1080/10702890304336>.
- Hjerm, Mikael, e Kikuko Nagayoshi. 2011. “The Composition of the Minority Population as a Threat: Can Real Economic and Cultural Threats Explain Xenophobia?” *International Sociology* 26 (6): 815–43. <https://doi.org/10.1177/0268580910394004>.
- Hobsbawm, Eric J. 2012. *A Era Das Revoluções: 1789-1848*. 25ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Holmes, Seth. 2019. *Corpos Resistentes: Imigração, Racismo e Trabalho Agrícola Nos EUA*. Nuno Domingos, Bruno Monteiro, Ana Estevens, e João Baía (eds.). 1ª edição. Odivelas: Outro Modo Cooperativa Cultural.
- Huysmans, Jef. 2000. “The European Union and the Securitization of Migration.” *Journal of Common Market Studies* 38 (5): 751–77. <https://doi.org/10.1111/1468-5965.00263>.
- Huysmans, Jef, e Vicki Squire. 2009. “Migration and Security.” In *Handbook of Security Studies.*, Myriam Dunn Cavelty e Victor Mauer (eds.). Londres: Routledge. <https://doi.org/10.5860/choice.51-2973>.
- IBGE. 2021. “População do Brasil”. Acesso em 14 de novembro de 2021. https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php
- Ikenberry, G. John. 2011. “The Future of the Liberal World Order: Internationalism After America.” *Foreign Affairs* 90 (3): 56–68.
- Iniciativa Liberal. 2019. “Um Programa Eleitoral para Descomplicar Portugal” <https://iniciativoliberal.pt/wp-content/uploads/2019/09/compromisso-eleitoral-iniciativa-liberal.pdf>
- Instituto Camões. s.d. “Áreas de atuação”. Acesso em 14 de novembro de 2021. <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/identidade/areas-de-atuacao>
- Instituto Nacional de Estatística. 2020. “Estatísticas Demográficas - 2019.” Lisboa.
- Itzigsohn, José, e Silvia Giorguli Saucedo. 2002. “Immigrant Incorporation and Sociocultural Transnationalism.” *International Migration Review* 36 (3): 766–98.

<https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2002.tb00104.x>.

Jerónimo, Miguel Bandeira. 2015a. “Colonialismo Moderno e Missão Civilizadora.” Em *Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar*, Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro (eds.), 95–119. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1041-2>.

———. 2015b. *The “Civilising Mission” of Portuguese Colonialism, 1870-1930. The “Civilising Mission” of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. Londres: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137355911>.

Kearney, Michael. 1995. “The Local and the Global : The Anthropology of Globalization and Transnationalism.” *Annual Review of Anthropology* 24: 547–65. <https://doi.org/https://doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.002555>.

Lotman, Yu. M., B. A. Uspensky, e George Mihaychuk. 1978. “On the Semiotic Mechanism of Culture.” *New Literary History* 9 (2): 211. <https://doi.org/10.2307/468571>.

Lusa. 2020. “Chega Adere ao Grupo Europeu de Extrema-Direita Identidade e Democracia”. Público, 2 de julho de 2020. <https://www.publico.pt/2020/07/02/politica/noticia/chega-adere-grupo-europeu-extremadireita-identidade-democracia-1922804>

Lusa, e Público. 2019. “Quem Vota Em Quem? Breve Análise Ao Perfil Dos Concelhos Onde Os Partidos Se Destacam.” Público. 2019. <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/noticia/caracteristicas-curiosidades-concelhos-elegeram-deputados-partido-1889118>.

Machado, Fernando Luís. 1997. “Contornos e Especificidades Da Imigração.” *Sociologia - Problemas e Práticas* 24: 9–44. <http://hdl.handle.net/10071/814>.

Maciel, Carmen L. F. 2010. “A Construção Da Comunidade Lusófona a Partir Do Antigo Centro: Micro-Comunidades e Práticas Da Lusofonia.” Universidade Nova de Lisboa. <http://run.unl.pt/handle/10362/4440>.

Margarido, Alfredo. 2000. *A Lusofonia e Os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Martins, Moisés De Lemos. 2004. “Lusofonia e Luso-Tropicalismo: Equívocos e Possibilidades de Dois Conceitos Hiper-Identitários.” Em *Congresso Brasileiro de*

- Língua Portuguesa*, 1–15. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1075>.
- Marujo, Miguel. 2019. “Bloco. 20 Anos Depois, Três Famílias que Conseguiram Ser Uma Só”. *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 2019. <https://www.dn.pt/poder/bloco-20-anos-depois-tres-familias-que-conseguiram-ser-uma-so-10631680.html>
- Matos, Vítor. 2019. “Acontecimento Nacional do Ano: A Fragmentação da Assembleia e a Primeira Noite do Resto do Regime”. *Expresso*, 21 de dezembro de 2019. <https://expresso.pt/politica/2019-12-21-Acontecimento-nacional-do-ano-a-fragmentacao-da-Assembleia-e-a-primeira-noite-do-resto-do-regime>.
- Mau, Steffen, e Christoph Burkhardt. 2009. “Migration and Welfare State Solidarity in Western Europe.” *Journal of European Social Policy* 19 (3): 213–29. <https://doi.org/10.1177/0958928709104737>.
- Mckeown, Adam. 2004. “Global Migration, 1846-1940.” *Journal of World History* 15 (2): 155–89.
- McKinlay, Patrick F. 1998. “Postmodernism and Democracy: Learning from Lyotard and Lefort.” *Journal of Politics* 60 (2): 481–502. <https://doi.org/10.2307/2647919>.
- Meinhard, Stephanie, e Niklas Potrafke. 2012. “The Globalization-Welfare State Nexus Reconsidered.” *Review of International Economics* 20 (2): 271–87. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9396.2012.01021.x>.
- Mendes, Manuela, Olga Magano, e Pedro Candeias. 2014. *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15587/1/estudonacionalsobreascomunidadesciganas.pdf>
- Meuleman, Bart, Koen Abts, Peter Schmidt, Thomas F. Pettigrew, e Eldad Davidov. 2020. “Economic Conditions, Group Relative Deprivation and Ethnic Threat Perceptions: A Cross-National Perspective.” *Journal of Ethnic and Migration Studies* 46 (3): 593–611. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1550157>.
- Millet, Damien, e Eric Toussaint. 2005. *Les Tsunamis de La Dette*. Paris: Syllepse.
- Ministério das Colónias. 1930. “Decreto n.º 18.570/1930.” *Diário do Governo* 1ª série, 156 (julho): 1307-19. <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>

- Monteiro, José Pedro. 2018. *Portugal e a Questão Do Trabalho Forçado: Um Império Sob Escrutínio (1944-1962)*. 1ª edição. Lisboa: Edições 70.
- Mudde, Cas, e Cristóbal Rovira Kaltwasser. 2013. “Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America.” *Government and Opposition* 48 (2): 147–74. <https://doi.org/10.1017/gov.2012.11>.
- Münz, Rainer. 2007. “Migration, Labor Markets, and Integration of Migrants: An Overview for Europe.” *HWWI Policy Paper*. Hamburg. http://hwwi.org/uploads/tx_wilpubdb/HWWI_Policy_Paper_3-6_01.pdf.
- Nogueira, João Pontes, e Nizar. Messari. 2005. *Teoria Das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Norris, Pippa, e Ronald Inglehart. 2019. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Nova York: Cambridge University Press.
- Nye, Joseph S. 2004. *Soft Power: The Means To Success In World Politics*. *Helvetica Chimica Acta*. Vol. 31. Nova York: Public Affairs. <https://doi.org/10.1002/hlca.19480310641>.
- Oliveira, Daniel. 2021. “Apesar dos Deveres Orçamentais da Esquerda, o Bloco Central Esteve Sempre Vivo”. *Expresso*, 27 de outubro de 2021. <https://expresso.pt/opinioao/2021-10-27-Apesar-dos-deveres-orcamentais-da-esquerda-o-bloco-central-esteve-sempre-vivo-31a2cc46>
- Oliveira, Ricardo Soares De. 2009. “A África Desde o Fim Da Guerra Fria.” *Relações Internacionais*, no. 24: 93–114.
- Parlamento. s.d. “Composição dos Grupos Parlamentares/Partidos”. <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/GruposParlamentaresI.aspx>
- Partido Socialista. 2020. “PS Saúda Retoma do Diálogo Cordial com CDS-PP”. PS, 18 de fevereiro de 2020. <https://ps.pt/ps-reabre-dialogo-com-cds/>
- Paulo, Isabel. 2019. “Ricardo Arroja, o Liberal que Quer Romper com o Eixo Horizontal Direita-Esquerda em Prol de uma Doutrina Vertical”. *Expresso*, 21 de maio de 2019. <https://expresso.pt/europeias-2019/2019-05-21-Ricardo-Arroja-o-liberal-que-quer-romper-com-o-eixo-horizontal-direita-esquerda-em-prol-de-uma-doutrina-vertical-1>

- PCP. 2019. “Programa Eleitoral do Partido Comunista Português”. https://www.cdu.pt/2019/pdf/programa_eleitoral_pcp.pdf
- . 2020. “Breve História dos Congressos”. Partido Comunista Português, 5 de dezembro de 2020. <https://www.pcp.pt/breve-historia-dos-congressos>
- Peixoto, João. 2007. “Dinâmicas e Regimes Migratórios: O Caso Das Migrações Internacionais Em Portugal.” *Análise Social* 42 (183): 445–69.
- Pennycook, Alastair. 1994. *The Cultural Politics of English as an International Language*. Harlow: Pearson Education.
- Pinto, António Costa, e Miguel Bandeira Jerónimo. 2015. “Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal.” Em *Memories of Post-Imperial Nations: The Aftermath of Decolonization, 1945–2013*, Dietmar Rothermund (ed.), 97–119. Delhi: Cambridge University Press.
- PSD. 2019. “Programa Eleitoral”. https://www.psd.pt/wp-content/uploads/2019/09/programa-eleitoral_web.pdf.
- Ramada Curto, Diogo, Bernardo Pinto da Cruz, e Teresa Furtado. 2016. *Políticas Coloniais Em Tempo de Revoltas - Angola circa 1961*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ritter, Caroline. 2021. *Imperial Encore: The Cultural Project of the Late British Empire*. Berkeley: University of California Press.
- Rosas, Fernando. 2001. “O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio Sobre o Estado Novo E a Questão Do Totalitarismo.” *Análise Social* 35 (157): 1031–54. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0810-5_3.
- Said, Edward W. 1990. *Orientalismo: O Oriente Como Invenção Do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schiller, Nina Glick, Linda Basch, e Cristina Blanc-Szanton. 1992. “Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration.” *Annals of the New York Academy of Sciences* 645 (1): 1–24. <https://doi.org/10.1299/kikaia.54.1390>.
- Schimmelfennig, Frank. 2021. “Rebordering Europe: External Boundaries and Integration in the European Union.” *Journal of European Public Policy* 28 (3): 311–30. <https://doi.org/10.1080/13501763.2021.1881589>.

- Simon, Silvana Aline Soares. 2010. “De Bretton Woods Ao Plano Marshall: A Política Externa Norte-Americana Em Relação à Europa (1944-1952).” *Relações Internacionais No Mundo Atual* 1 (9): 24–47. <https://doi.org/10.21902/Revrima.v2i14.196>.
- Smith, Anthony D. 1991. *National Identity*. Penguin Books.
- Swank, Duane, e Hans-Georg Betz. 2003. “Globalization, the Welfare State and Right-Wing Populism in Western Europe.” *Socio-Economic Review* 1 (2): 215–45. <https://doi.org/10.1093/soceco/1.2.215>.
- Teixeira, Nuno Severiano. 1987. “Política Externa e Política Interna No Portugal de 1890: O Ultimatum Inglês.” *Análise Social XXIII* (98): 687–719.
- Triandafyllidou, Anna. 2003. *Immigrants and National Identity in Europe. Immigrants and National Identity in Europe*. Londres e Nova Iorque: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203167496>.
- UNESCO. 2002. “Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural”. Acesso em 20 de setembro de 2021. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>
- Uribe, Jorge, e Pedro Sepúlveda. 2012. “Sebastianismo e Quinto Império: O Nacionalismo Pessoano à Luz de Um Novo Corpus.” *Pessoa Plural*, no. 1: 139–62.
- Valdez, Maria Ana Travassos. 2008. “Historical Interpretations of the ‘Fifth Empire.’” Universidade de Lisboa. <https://doi.org/10.1163/ej.9789004191921.i-344>.
- Ventresca, Roberto. 2021. “Neoliberal Thinkers and European Integration in the 1980s and the Early 1990s.” *Contemporary European History* 4: 1–17. <https://doi.org/10.1017/S0960777321000199>.
- Vertovec, Steven. 2009. *Transnationalism: Key Ideas. Reading Contemporary Performance: Theatricality Across Genres*. Londres e Nova Iorque: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203103838-73>.
- Waldinger, Roger. 2017. “A Cross-Border Perspective on Migration: Beyond the Assimilation/Transnationalism Debate.” *Journal of Ethnic and Migration Studies* 43 (1): 3–17. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1238863>.
- Wallerstein, Immanuel. 1991. “Racism and Nationalism.” Em *Race, Nation, Class*:

Ambiguous Identities., Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein (eds.), 37–67.
Londres e Nova Iorque: Verso.

Weil, Patrick. 2001. “Access to Citizenship: A Comparison of Twenty-Five Nationality Laws.” In *Citizenship Today: Global Perspectives and Practices*, Thomas Alexander Aleinikoff e Douglas B. Klusmeyer (eds.), 17–35. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

Weiss, Linda. 2000. “Globalization and State Power.” *Development and Society* 29 (1): 1–15.

Wendt, Alexander. 1992. “Anarchy Is What States Make of It.” *International Organization* 46 (2): 391–425. <https://doi.org/10.2307/2706858>.

Yilmaz, Ferruh. 2012. “Right-Wing Hegemony and Immigration: How the Populist Far-Right Achieved Hegemony through the Immigration Debate in Europe.” *Current Sociology* 60 (3): 368–81. <https://doi.org/10.1177/0011392111426192>.

Anexos

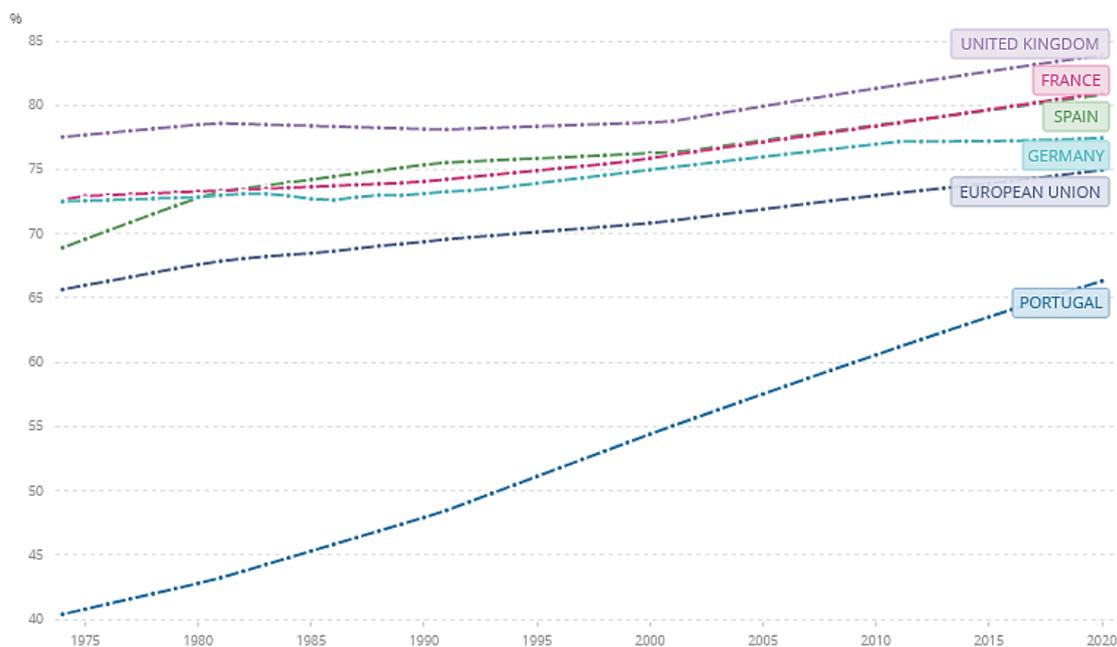
Anexo I: Síntese de alguns acontecimentos de relevância ocorridos até à formalização da CPLP. Retirado de Maciel (2010).

Data	Espaços implicados	Personalidade em destaque	Acontecimento
16 Nov. 1953	Rio de Janeiro	Dirigentes políticos dos dois países	Celebração do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal.
1956	Brasil / Portugal	Agostinho da Silva	Agostinho da Silva defende a tomada de medidas por parte de Portugal ou do Brasil para se formar uma comunidade com base linguístico-cultural comum.
1964/1965	Portugal / Moçambique	Adriano Moreira	Adriano Moreira cria o Movimento da União das Comunidades de Cultura Portuguesa
1965	Brasil	Elites políticas brasileiras	Discussão de uma comunidade semelhante à atual CPLP, rejeitada devido ao carácter ditatorial de Salazar.
1974	Portugal	Elites políticas portuguesas	Projecto de criação de uma comunidade Luso-Afro-Brasileira. (Abandonado devido a um vincado cunho neocolonialista).
1984	Praia (Cabo Verde)	Jaime Gama	Discurso de Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, propondo a formação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
17 Maio 1985	ONU	Altos-representantes dos 7	Convenção da ONU sobre o Direito do Mar onde os Sete países assinaram um texto diplomático único em língua portuguesa.
1986	Praia (Cabo Verde)	Criação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).	
1 e 2 Nov. 1989	São Luís do Maranhão (Brasil)	Chefes de Estado e do Governo	Criação do IILP; I Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa.

1992	Lisboa	Ministério Português da Educação	Criação do Instituto de Camões pelo Decreto-Lei n.135/92 sob a tutela do Ministério da Educação. Extinção do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
Março 1993	Brasília	Itamar Franco e José Aparecido de Oliveira	Proposta político-diplomática do Governo brasileiro para a criação da CPLP.
Outubro 1993	Nova Iorque	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros dos sete países de língua portuguesa, resultando uma avaliação positiva para a criação da CPLP
9 e 10 Fev. 1994	Brasília	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Criação do Grupo de Trabalho de Concertação Permanente e preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo e dos Atos Constitutivos da CPLP.
27 Maio 1994	Lisboa	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião para avaliação do Grupo de Concertação Permanente e aprovação de dois projetos: Declaração de Criação e Estatutos Provisórios da CPLP.
Junho 1995	Lisboa	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião de Ministros Cosntituição do CCP Agendamentoda Reunião Ministerial em Maputo
17 e 18 Abril 1996	Maputo	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores
16 Julho 1996	Lisboa	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião para preparar os trabalhos da Cimeira.
17 Julho 1996	Lisboa	Chefes de Estado e de Governo dos 7	Cimeira; Formalização da CPLP e eleição do Secretário Executivo; Reunião de Titulares das Pastas de Cooperação.

Fontes: www.cplp.org; Domingues, 1997; Carvalho, 2001; Lopes e Santos, 2006; Guardiola, 2006a.

Anexo II: Percentagem anual da população urbana de Portugal, Reino Unido, França, Espanha, Alemanha e União Europeia entre 1974 e 2020. Retirado de World Bank (2020).



Fonte: The World Bank. 2020. “Urban population (% of total population) - Portugal, Spain, European Union, France, Germany, United Kingdom”. Acesso em 7 de novembro de 2021.

<https://data.worldbank.org/indicador/SP.URB.TOTL.IN.ZS?end=2020&locations=PT-ES-EU-FR-DE-GB&start=1974&view=chart>

Anexo III: Tabela da população residente (número absoluto) por tipologia de áreas urbanas. Retirado do INE.

Período de referência dos dados	Local de residência (NUTS - 2013) (1)	População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Tipologia de áreas urbanas; Anual (2)		
		Sexo		Tipologia de áreas urbanas
		M	F	
		Área predominantemente urbana N.º	Área medianamente urbana N.º	Área predominantemente rural N.º
2020	Portugal	7 556 803	1 467 359	1 274 090
2019	Portugal	7 541 792	1 469 322	1 264 795
2018	Portugal	7 510 155	1 471 043	1 295 419
2017	Portugal	7 503 479	1 478 782	1 308 766
2016	Portugal	7 500 330	1 487 168	1 322 075
2015	Portugal	7 508 430	1 486 924	1 335 976
2014	Portugal	7 520 561	1 505 078	1 349 183
População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Tipologia de áreas urbanas; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente				
Notas(s):				
(1) A partir de 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor uma nova versão das NUTS (NUTS 2013). Ao nível da NUTS II ocorreu apenas uma alteração de designação em "Lisboa" que passou a ser designada por "Área Metropolitana de Lisboa".				
(2) Informação de acordo com a divisão administrativa correspondente à Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP2013) e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015.				

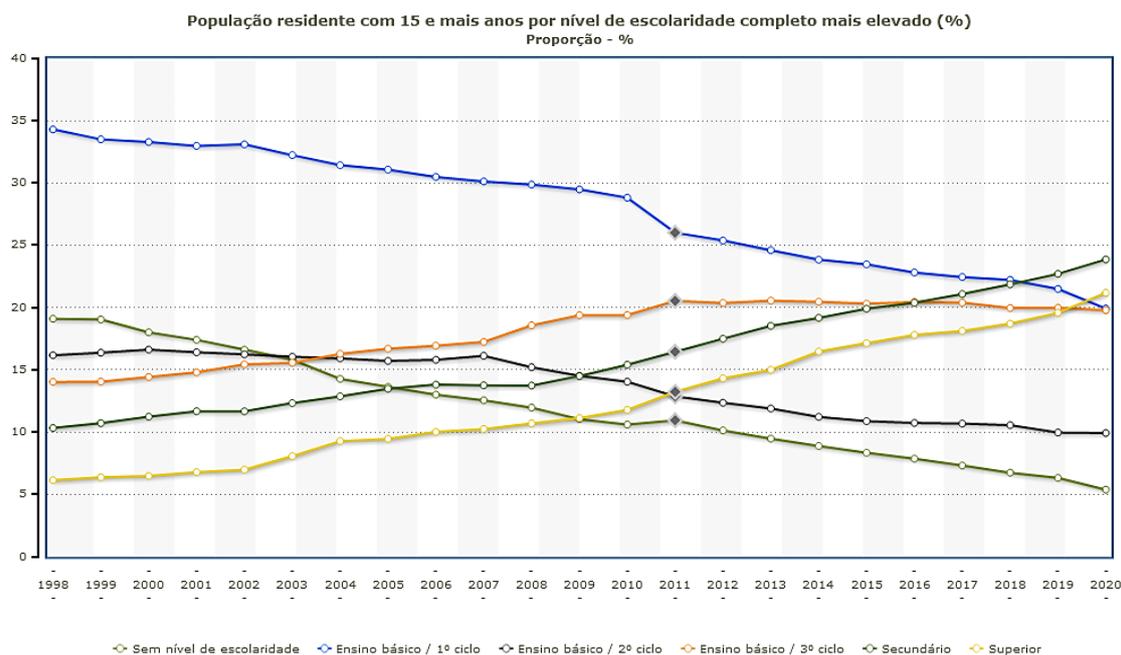
Última atualização destes dados: 19 de julho de 2021

Fonte: INE. 2021. "População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Tipologia de áreas urbanas; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente". Acesso em 7 de novembro de 2021.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008856&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt

Anexo IV: População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado (%). Retirado do PORDATA.

Anos	Nível de escolaridade					
	Sem nível de escolaridade	Ensino básico			Secundário	Superior
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo		
1998	19,1	34,3	16,2	14,0	10,3	6,1
1999	19,0	33,5	16,4	14,0	10,7	6,4
2000	18,0	33,3	16,6	14,4	11,2	6,5
2001	17,4	33,0	16,4	14,8	11,7	6,8
2002	16,6	33,1	16,2	15,4	11,7	7,0
2003	15,8	32,2	16,0	15,6	12,3	8,1
2004	14,3	31,4	15,9	16,3	12,9	9,3
2005	13,6	31,1	15,7	16,7	13,5	9,4
2006	13,0	30,5	15,8	16,9	13,8	10,0
2007	12,5	30,1	16,1	17,2	13,7	10,2
2008	12,0	29,9	15,2	18,6	13,7	10,7
2009	11,0	29,5	14,5	19,4	14,5	11,1
2010	10,6	28,8	14,0	19,4	15,4	11,8
2011	↓ 10,9	↓ 26,0	↓ 12,9	↓ 20,5	↓ 16,4	↓ 13,2
2012	10,1	25,4	12,3	20,4	17,5	14,3
2013	9,5	24,6	11,9	20,5	18,5	15,0
2014	8,9	23,8	11,2	20,5	19,2	16,5
2015	8,3	23,5	10,9	20,3	19,9	17,1
2016	7,9	22,8	10,7	20,4	20,4	17,8
2017	7,3	22,4	10,7	20,4	21,1	18,1
2018	6,7	22,2	10,5	20,0	21,9	18,7
2019	6,3	21,5	10,0	20,0	22,7	19,6
2020	5,4	19,9	9,9	19,8	23,9	21,2

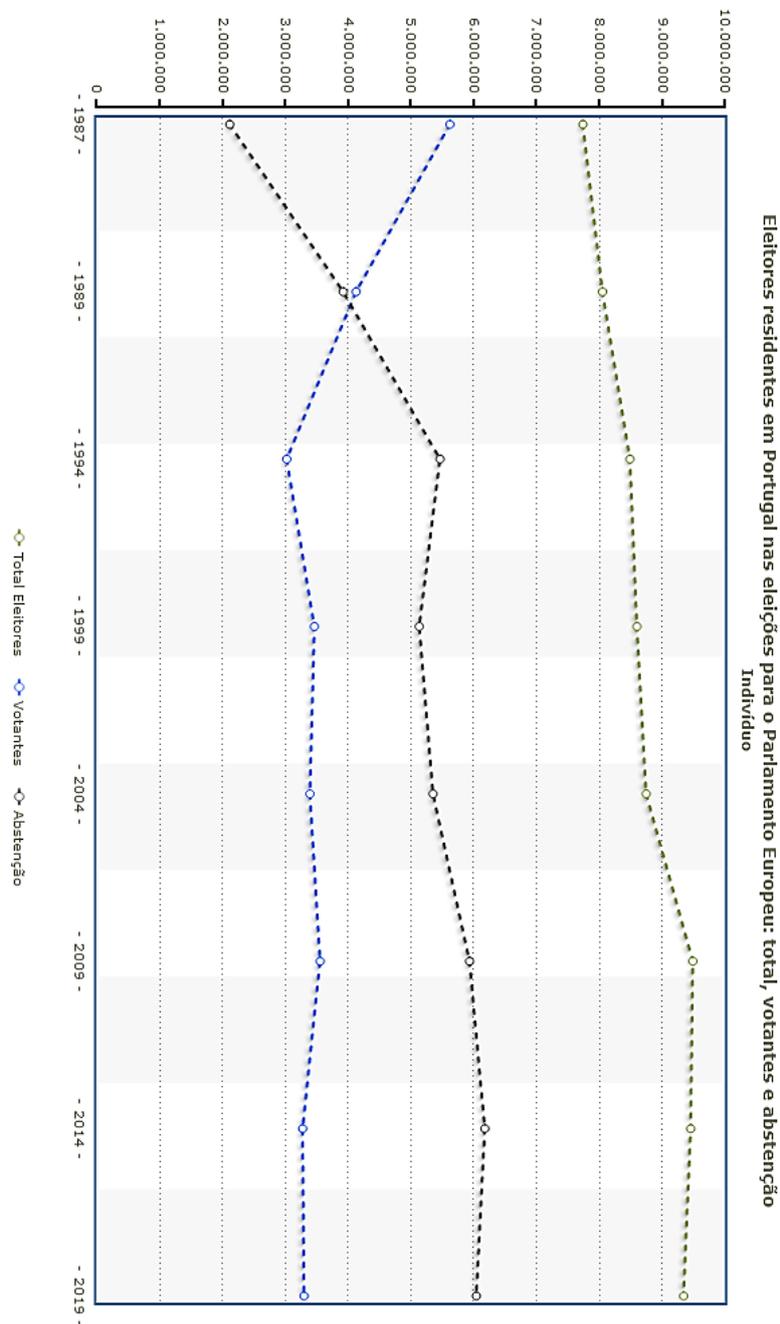


Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego, INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA. 2021. “População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado (%)”. Acesso em 7 de novembro de 2021.

[https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+\(percentagem\)-884](https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+(percentagem)-884)

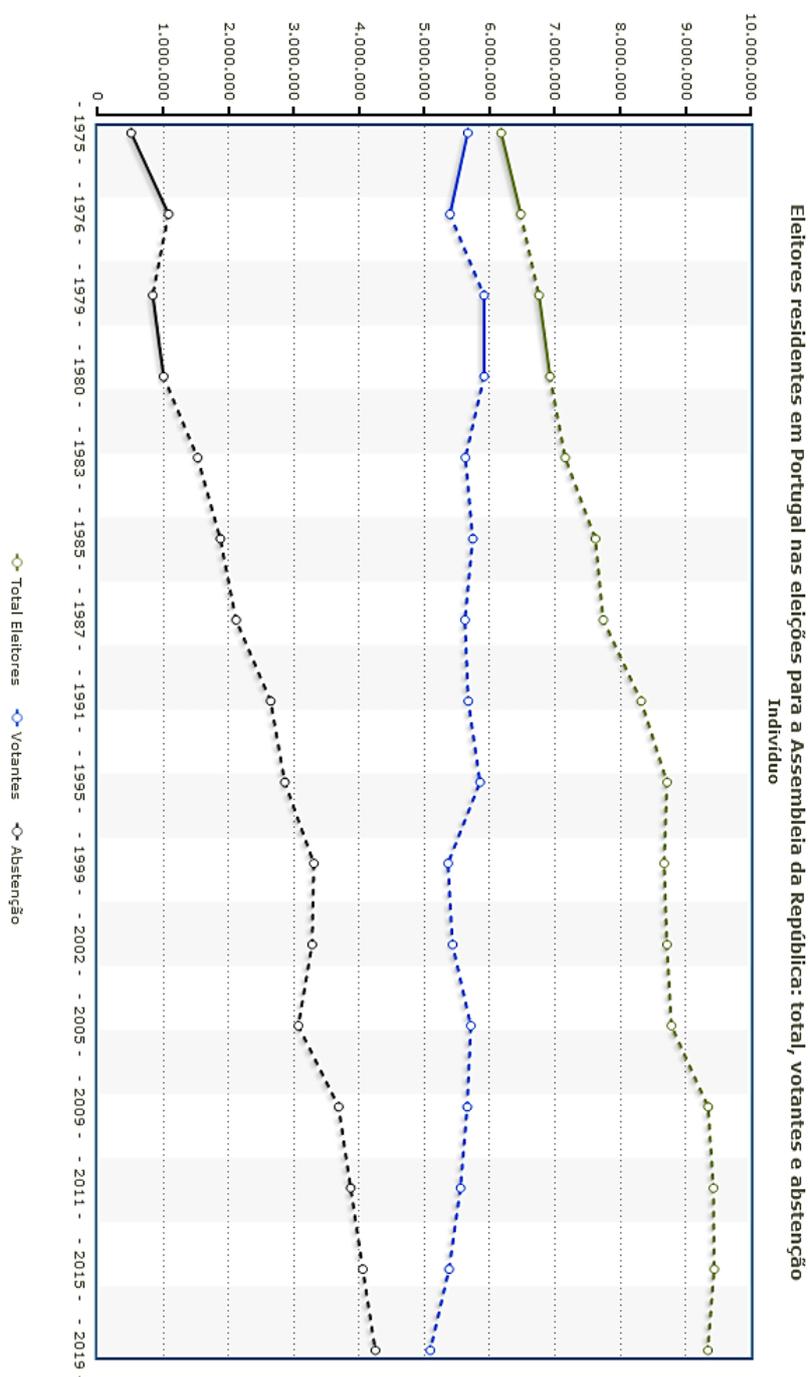
Anexo V: Eleitores residentes em Portugal nas eleições para o Parlamento Europeu: total, votantes e abstenção. Retirado do PORDATA.



Fontes de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes)

Fonte: PORDATA. 2021. “Eleitores residentes em Portugal nas eleições para o Parlamento Europeu: total, votantes e abstenção”. Acesso em 7 de novembro de 2021. <https://www.pordata.pt/Portugal/Eleitores+residentes+em+Portugal+nas+elei%3%a7%3%b5es+para+o+Parlamento+Europeu+total++votantes+e+absten%3%a7%3%a3o-2198-178155>

Anexo VI: Eleitores residentes em Portugal nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção. Retirado do PORDATA.



Fontes de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes)

Fonte: PORDATA. 2021. “Eleitores residentes em Portugal nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção”. Acesso em 7 de novembro de 2021. <https://www.pordata.pt/Portugal/Eleitores+residentes+em+Portugal+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAblica+total++votantes+e+absten%C3%A7%C3%A3o-2182>